

***MUSEU DE BIOARQUEOLOGIA***  
***Contributos para um Plano Museológico***

**Rita Almeida Azevedo Abreu Guerra**

**Trabalho de Projecto de Mestrado em Museologia**

**Outubro de 2012**

***MUSEU DE BIOARQUEOLOGIA***  
***Contributos para um Plano Museológico***

**Rita Almeida Azevedo Abreu Guerra**

**Trabalho de Projecto de Mestrado em Museologia**

**Outubro de 2012**

Trabalho de Projecto apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Museologia realizado sob a orientação científica de: Prof. Doutora Raquel Henriques da Silva e Prof.

Doutor Rui Dias

*Ao Ricardo e à Inês*

## AGRADECIMENTOS

O Trabalho de Projecto aqui apresentado foi elaborado com o contributo, apoio e incentivo de várias pessoas, a quem exprimo agora a minha enorme gratidão.

Aos meus orientadores Professora Doutora Raquel Henriques da Silva e Professor Doutor Rui Dias pela disponibilidade, acompanhamento e pela grande aprendizagem que cada um me proporcionou

À Doutora Teresa Fernandes pela ideia matriz deste projecto, pelos esclarecimentos e dados sobre o LAB, pela disponibilidade e pela amizade

Ao Pedro Themudo de Castro pela incansável disponibilidade e paciência na revisão do trabalho, amizade e suporte

Ao Francisco Motta Veiga pelos conselhos, ajuda na revisão do trabalho e amizade

À Marta pelo apoio nas traduções e incentivo ao longo de toda esta fase

À Ana Braga pela ajuda e incentivo nos momentos finais

A todos os que responderam ao inquérito realizado pela forma como se disponibilizaram a dar o seu contributo

A todos os que participaram no *brainstorming*, Ricardo, Inês, Mená, Marta, Ruben, João, Sara, Pai

À Catarina, ao Fernando e ao Dinis pelo apoio, amizade e “boa vizinhança” ao longo destes três anos, tão importante e revitalizante

A toda a minha família, ao “clã” e aos Cascalenses, pelo sempre presente incentivo, interesse e afecto

Aos meus pais, por serem o GRANDE suporte, pela infindável disponibilidade, por estarem sempre aqui, pela paciência, compreensão e afecto

Aos meus irmãos, pela força, motivação, boa disposição e GRANDE amizade

Ao Ricardo pelas sugestões certeiras que ajudaram a enriquecer o projecto, pelo incentivo, compreensão, paciência, cumplicidade e amor com que me acompanha nesta viagem

À minha filha Inês... um OBRIGADO muito ESPECIAL

## RESUMO

### TRABALHO DE PROJECTO

---

#### *MUSEU DE BIOARQUEOLOGIA - CONTRIBUTOS PARA UM PLANO MUSEOLÓGICO*

No Laboratório de Antropologia Biológica (LAB) da Universidade de Évora faz-se investigação em Bioarqueologia (estudo do material biológico humano proveniente de escavações arqueológicas). O LAB foi reunindo um grande acervo osteológico humano ao longo das duas últimas décadas. Um acervo desta natureza permite extrair inúmeras informações, proporcionando um excelente veículo para dar a conhecer realidades do passado e do presente. Surgiu então a necessidade de encontrar um meio para divulgar os resultados da investigação, promover a Bioarqueologia e preservar as colecções existentes.

Analizamos assim a viabilidade de criar um museu, confrontando-a com outras soluções (e.g. colecção visitável). O museu possibilitaria um equilíbrio entre diversas funções: conservação, documentação, investigação, interpretação, exposição e divulgação. Optamos por uma resolução alternativa - uma estratégia por etapas, utilizando metodologias da programação museológica. A finalidade é estabelecer um percurso sustentável que desenvolva produtos museológicos autónomos e que conduza à eventual criação de um museu de bioarqueologia.

Começamos por analisar o enquadramento do hipotético museu. Presentemente, o acervo ósseo da Universidade de Évora constituído por cerca de 8000 esqueletos, do Neolítico até ao século XX. Consideramos que embora existam fragilidades, o rumo que se pretende para a cidade de Évora, a envolvente natural, social e o património construído oferecem condições favoráveis à implementação deste projecto. A legislação portuguesa é propícia à preservação de bens osteológicos e, todavia, o estudo e exposição deste património não estão disseminados. Apresentamos aqui algumas referências do quadro internacional.

Em seguida, é necessário delinear o projecto. Assim, depois de apresentar a identidade, os princípios fundamentais, a missão e a vocação, definimos o público-alvo.

Em relação às funções museológicas, iniciamos pela investigação, para a qual estabelecemos a ligação entre a investigação realizada no LAB e o museu. Quanto à política de incorporação, definimos que o material ósseo humano proveniente do sul do país deverá ser incorporado, numa reserva a criar - Reserva Osteológica do Sul. Salientamos ainda a componente de inventário, por existir uma lacuna nas bases de dados para colecções desta natureza.

Na exposição de longa duração, os objectos do acervo expostos serão interpretados de modo a ilustrar um discurso em narrativa. Está também prevista uma programação de exposições temporárias. Haverá ainda uma coordenação entre a comunicação interna e divulgação.

Propomos uma taxonomia espacial de modo a relacionar as funções museológicas no espaço. Apresentamos também um modelo de equipa e para a estrutura institucional.

As fases iniciais de implementação compreendem uma exposição itinerante, um sistema de documentação, a concepção do *website*, formas de financiamento etapa após etapa e a definição de um espaço para o museu.

Na segunda parte do trabalho, apresentamos um programa para uma exposição itinerante concebido com a intenção desta se converter, no futuro, na exposição de longa duração. Para tal, propomos uma organização expositiva e uma estratégia de comunicação. Finalmente, descrevemos a exposição, na óptica de visitantes.

A concretização deste projecto tem como objectivo último, contribuir para as áreas disciplinares envolvidas e ser uma mais-valia para a sociedade. Acreditamos que existe um nicho museológico por ocupar e ambicionamos preencher essa lacuna contando com a intervenção de visitantes e outros cidadãos.

**PALAVRAS-CHAVE:** acervo osteológico humano, bioarqueologia, museu, exposição, reserva osteológica, programação museológica.

## **ABSTRACT**

### **PROJECT WORK**

---

#### *MUSEUM OF BIOARCHEOLOGY - CONTRIBUTIONS TO A MUSEOLOGICAL PLAN*

In the Laboratório de Antropologia Biológica (LAB) of the Universidade de Évora, in Portugal, there's a research in Bioarcheology (the study of human biological remains) that comes from archaeological excavations). The Lab gathered a large human osteological collection over the past two decades. A collection of this nature provides a wealth of information and is an excellent vehicle for the knowledge and diffusion of past and present realities. Now emerged the need to find a way to disseminate the research results, promote Bioarcheology and preserve the existing collections.

Thus, we analyzed the viability of creating a museum, confronting it with other solutions (e.g. visitable collection). The museum would enable a balance between several functions: conservation, documentation, research, interpretation, exhibition and dissemination. We chose an alternative solution – a strategy per stages, using museum planning methodologies. The purpose is to establish a sustainable route that develops autonomous museological products and leads to the eventual creation of a Bioarcheology Museum.

We started by analyzing the hypothetical framework of the museum. At the moment, the bone collection of the Universidade de Évora is constituted by about 8000 skeletons from the Neolithic period to the twentieth century.

We believe that although there are weaknesses, the course that is intended for the city of Évora, the natural, social surroundings and the architectural heritage, offer favorable conditions for the implementation of this project. The Portuguese legislation is propitious for the preservation of osteological property; still the study and exhibition of this heritage are not widespread.

In this paper, we will present some of the international references.

Then it is necessary to outline the project. Therefore, after presenting the identity, the fundamental principles, the mission and vocation, we will have to define the target-audience.

Regarding the museological functions, we begin the research for which we establish a link between the investigation done in the LAB and the museum. As for the incorporation policy, we define that the human bone material from the south of Portugal should be incorporated in a yet to be created reserve – the South Osteological Reserve. We also underline the inventory component, because of the gap that exists in the databases of this type of collections.

In the long-term exhibition, the objects exposed will be interpreted to illustrate a narrative discourse. A set of temporary exhibitions is also planned and there will be coordination between internal communication and dissemination.

We propose a spatial taxonomy in order to relate the museological functions in space, and will present a model for the team and for the institutional structure.

The initial stages of implementation include an itinerant exhibition, a documentation system, the conception of the website, forms of financing (in all its phases) and the definition of a place for the museum.

In the second part of the paper, we present a program for an itinerant exhibition designed with the intention of becoming, in the future, the long-term exhibition. To this end, we propose an exposition organization and a communication strategy.

Finally, we describe the exhibition, from the perspective of its visitors.

The completion of this project aims to contribute to the disciplines involved and be an asset to society. We believe that there is a museological niche to be occupied and we ambition to fill in that gap relying on the intervention of all visitors and other citizens.

KEY-WORDS: human osteological collection, bioarchaeology, museum, exhibition, osteological reserve, museum planning.



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ACAPO** - Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal
- CIAS** - Centro de Investigação em Antropologia e Saúde
- CME** - Câmara Municipal de Évora
- EI** - Coleção de Esqueletos Identificados da Universidade de Coimbra
- FCT** - Fundação da Ciência e Tecnologia
- FENACERCI** - Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social
- GAM** - Grupo para a Acessibilidade nos Museus
- GEAL** – Grupo de Etnologia e Arqueologia da Lourinhã
- HEROICA**- Health and Edibles in Roman Iberia, a Case-study for Archaeometry
- IAMIO** - Intervenções Arqueológicas para Minimização do Impacto de Obra
- ICOM** - International Council of Museums
- ICOMOS** - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
- IGESPAR** - Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico
- INE** - Instituto Nacional de Estatística
- IPA** – Instituto Português de Arqueologia
- IWGSC** - Working Group on Scientific Collections
- LAB** – Laboratório de Antropologia Biológica
- LNEG** - Laboratório Nacional de Energia e Geologia
- MBE** - Museu de Bioarqueologia de Évora
- MCE** - Ministério da Cultura de Espanha
- MNHNC** - Museu Nacional de História Natural e da Ciência
- QREN** - Quadro de Referência Estratégico Nacional
- SNMNH** - Smithsonian National Museum of Natural History
- UE** - Universidade de Évora
- UMAC** - Comité Internacional para colecções e museus universitários do ICOM
- UNESCO** – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

# ÍNDICE

INTRODUÇÃO .....	4
PARTE I – CONCEPÇÃO DO PLANO MUSEOLÓGICO .....	15
CAPÍTULO 1. A IDEIA DE UM MUSEU .....	15
CAPÍTULO 2. ENQUADRAMENTO DO MUSEU .....	22
2.1. Análise do existente .....	22
As colecções osteológicas.....	22
O LAB – Laboratório de Antropologia Biológica .....	25
Instalações .....	27
O Projecto para novas instalações do LAB e Reserva Osteológica .....	28
2. 2. Meio envolvente .....	30
Contexto natural e paisagístico .....	30
Presença humana .....	30
Sociedade e cultura .....	31
Contexto museológico .....	32
Herdade da Mitra.....	33
2. 3. Contexto Nacional e Internacional.....	34
CAPÍTULO 3. O MUSEU DE BIOARQUEOLOGIA .....	42
3.1. Identidade do Museu .....	42
1º Eixo - Um acervo com histórias para contar .....	42
2º Eixo - A atitude do museu .....	46
Princípios fundamentais .....	48
Missão, vocação e objectivos do Museu .....	49
3.2. Públicos.....	50
Análise de mercado (potenciais visitantes) .....	51
Estudos de público (visitantes reais) .....	52

Comunidade Académica e Científica .....	52
Comunidade Escolar .....	53
Comunidade Eborense.....	53
Política inclusiva.....	55
3.3. Funções museológicas.....	56
Investigação .....	56
Incorporação.....	57
Conservação.....	58
Sistema de Documentação .....	59
Comunicação e Difusão .....	61
Interpretação e Exposição .....	62
3.4. Arquitectura e acessibilidae .....	68
Reserva Osteológica.....	69
Loja, livraria e outros serviços públicos.....	72
Acesso livre de obstáculos .....	73
3.5. Equipa e Estrutura Institucional.....	75
Equipa .....	75
Estrutura institucional .....	76
3.6. Estratégias de um percurso .....	77
Exposições temporárias.....	77
Base de dados e Reserva .....	78
Website .....	79
Sustentabilidade económica.....	79
Localização.....	81
<b>PARTE II. EXPOSIÇÃO “A VIDA POR UM OSSO” .....</b>	<b>84</b>
CAPÍTULO 4. PROGRAMA DE UMA EXPOSIÇÃO ITINERANTE .....	84
4.1. Objectivos .....	84
4.2. Programa de Exposições .....	85

Conceito e mensagem a transmitir.....	85
Principais valores e conteúdos .....	86
Organização da exposição .....	88
Avaliação da exposição .....	91
Programas para públicos associados à exposição de longa duração .....	94
Princípios e Estratégias de comunicação.....	95
4.3. Visita à exposição .....	103
Início – Painel introdutório .....	103
Módulo 1 – Ossência .....	104
Módulo 2 – Era uma vez... .....	107
Módulo 3 – Diário de um Antropólogo.....	108
Módulo 4 – Mossas da vida .....	110
Módulo 5 – E agora? .....	112
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>114</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>117</b>
<b>LISTA DE FIGURAS .....</b>	<b>125</b>
<b>LISTA DE TABELAS.....</b>	<b>126</b>

## INTRODUÇÃO

No Laboratório de Antropologia Biológica (LAB) da Universidade de Évora surgiu a ideia de criar um museu a partir das colecções osteológicas existentes.

Efectivamente, neste laboratório, desenvolve-se investigação numa área disciplinar que estuda o Homem, a partir de um ponto de vista da sua biologia e interacção com o meio envolvente – a Antropologia Biológica. Ora, um dos ramos desta disciplina, explorado no LAB desde a sua fundação, é a Bioarqueologia que se dedica ao estudo de material biológico humano proveniente de escavações arqueológicas.

Considerou-se assim que um museu seria uma forma de divulgar os resultados da investigação que estava a ser levada a cabo e de promover a Bioarqueologia, uma área, até então, pouco conhecida em Portugal. Por outro lado, julgou-se que a implementação de um projecto museológico poderia ajudar a criar procedimentos de conservação para as colecções existentes. Aliás, por essa altura, estava a ser discutida a hipótese do LAB ficar responsável pela Reserva Osteológica do Sul (projecto em suspenso), na qual seria depositado todo o material ósseo proveniente das escavações arqueológicas realizadas no Sul de Portugal.

É necessário então conhecer o contexto em que se enquadraria tal museu. Este seria um museu de âmbito científico, na medida em que se divulgaria uma área disciplinar e a cultura científica.

Ora, já no século XVIII, quando ocorre a emergência da ciência moderna, os cientistas esforçavam-se para demonstrar os seus resultados aos pares, para que, dessa forma, fossem validados. Contudo, é no século XIX que começam a proliferar as actividades de divulgação científica (Delicado, 2010, p.146). Foi, no entanto, na década de 80 do século XX que se disseminou o conceito de Cultura Científica, a partir de um relatório conduzido pela *Royal Society*<sup>1</sup> em 1985 (Gregory e Miller, 1998). Nesse documento, alertava-se para a necessidade de rever a natureza e extensão da compreensão da ciência pelo público britânico, bem como, a sua adequação a uma democracia desenvolvida. Para tal, era de extrema

---

<sup>1</sup> A *Royal Society* foi a primeira instituição científica britânica e uma das primeiras do Mundo.

importância promover a ciência na sociedade<sup>2</sup>, debatê-la no parlamento, difundi-la na imprensa e ensinar os cientistas a comunicar (Gregory e Miller, 1998).

Segundo Ana Delicado (2010, p.146), tanto a comunidade científica, como o público em geral, aderiram veementemente a este movimento em Portugal, através das iniciativas da Ciência Viva - Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica.

Porém, o propósito deste modelo - aquisição de conhecimentos pelo público, a estimulação da confiança e a apreciação pela ciência - veio a revelar-se menos eficaz do que se previa. Com efeito, surge posteriormente o termo “Compreensão pública da investigação”<sup>3</sup>. Neste caso, o movimento centra-se nos processos intelectuais da ciência, em oposição aos seus produtos, que era a questão central do modelo anterior (Delicado, 2010, pp.146-147).

Ora, os museus não estão alheios a todos estes movimentos. Pelo contrário, desempenharam um papel central nos séculos XVIII e XIX, no que corresponderia à divulgação científica na época e são grandes promotores da cultura científica na actualidade (Delicado, 2010, p.147). Aliás, Marta Lourenço (2010, p.100) afirma que as transformações dos museus de ciência nas últimas décadas são consideráveis. Segundo esta autora, houve mudanças bastante visíveis – nomeadamente, na apresentação das exposições e das lojas - no entanto, as alterações mais importantes ocorreram, sobretudo, ao nível da estrutura interna, da organização e da missão. De facto, os museus de ciência, nas últimas décadas, aproximaram-se do público e atraíram novas audiências, empregaram novas tecnologias e integraram dispositivos interactivos dos centros de ciência. Os âmbitos disciplinares tradicionais evoluíram para formas mais actualizadas e, por vezes, modificaram o nome no sentido de se tornarem mais apelativos (Lourenço, 2010, p.100).

Estas transformações reflectem os movimentos de cultura científica e de “Compreensão pública da investigação”, mencionados atrás, que levaram a uma

---

<sup>2</sup> Gregory e Miller (1998) afirmam ainda que o documento releva a importância de promover a ciência na indústria, pois considera que os responsáveis pela indústria britânica necessitavam de a compreender melhor para manter a economia no país competitiva.

<sup>3</sup> Gregory e Miller (1998) distinguem entre mostrar “como a ciência funciona” e mostrar “como a ciência realmente funciona”. O primeiro pressupõe uma ideia unificada da ciência e do método científico, da verdade, neutralidade e objectividade (mito distante da realidade, muito controverso actualmente). Já o segundo centra-se na ciência como prática e como instituição: formação dos cientistas, a avaliação por pares, o escrutínio contínuo da comunidade científica.

aproximação entre ciência e sociedade. Reflectem também outro movimento que ocorreu anteriormente, nas décadas de 60 e 70 do século XX. Segundo Marta Lourenço (2010, pp.100-102), este teria o objectivo inicial de aproximar os museus e o público, mas acabou mesmo por resultar no reposicionamento da educação como pilar central da missão dos museus. A conjugação de todos estes movimentos reforçou o papel dos museus e dos centros de ciência na literacia científica e no ensino informal das ciências. Para além disso, contribuiu, de forma significativa, para o desenvolvimento da museologia e museologia científica (Lourenço, 2010, pp.100-102).

Hoje em dia, existem várias tipologias de instituições museais de índole científica, como por exemplo, museus de ciência, museus de história natural, museus de saúde, centros de ciência, jardins botânicos, jardins zoológicos, aquários, bem como todos os outros museus que divulgam as respectivas disciplinas científicas (*e.g.* museus de arqueologia, museus de etnografia).

Os museus de ciência portugueses estão associados às universidades mais antigas de três cidades: Lisboa, Porto e Coimbra. Presentemente, nestes museus, verifica-se um grande esforço no sentido de conjugar o património histórico com a divulgação e o ensino informal da ciência, através de meios interactivos. Os problemas financeiros (crónicos?) limitam permanentemente o seu funcionamento regular, todavia, continuam a promover a cultura científica e a preservar o património. Também são úteis como “cartão-de-visita” das instituições académicas (Delicado, 2010, p.153). A mesma autora (2010, p.153) afirma ainda que “Num contexto em que as universidades competem entre si por alunos, por financiamento, por prestígio científico, os museus terão um papel a desempenhar na construção de uma imagem pública favorável.” (Delicado, 2010, p.153).

O caso dos museus portugueses de história natural é muito semelhante ao dos museus de ciência, propriamente ditos: os três museus centenários pertencem às mesmas universidades (Lisboa, Porto e Coimbra). Fora do âmbito académico, existem dois museus camarários - Museu Municipal do Funchal e Museu Carlos Machado (Ponta Delgada) -, o Museu Geológico tutelado por um Laboratório do Estado (LNEG<sup>4</sup>) e o Museu da Lourinhã, de âmbito local. Também eles sofreram alterações, adaptando-se à evolução da própria ciência

---

<sup>4</sup> LNEG - Laboratório Nacional de Energia e Geologia.

e políticas científicas, nomeadamente no que respeita às práticas da cultura científica (*e.g.* interactividade e participação do público em actividades). Estas transformações permitiram, a muitas destas instituições, sobreviver à perda ou diminuição das suas funções originais (Delicado, 2010, pp.157-161).

Já os centros de ciência em Portugal surgem mais tarde, na segunda metade dos anos 90, com a criação do Ministério da Ciência e com a implementação de políticas públicas orientadas para a ciência e tecnologia. Estes centros apresentam exposições interactivas, têm como vocação a divulgação da cultura científica e a maioria não considera ser sua função ocupar-se do património. A comunidade académica participa na concepção das suas exposições e de outras actividades. Criam, frequentemente, parcerias regionais com diversos actores e, presentemente, estão distribuídos por todo o território nacional. Funcionam, assim, também como pólo de atracção turística, valorizando a região, tal como qualquer outra entidade museal (Delicado, 2010, pp.156-158).

Marta Lourenço (2010, p.102) detecta, no entanto, um problema que não ficou resolvido com as mudanças atrás mencionadas: o do património científico. Pois, por um lado, os centros de ciência não assumem o papel de preservação do património e, por outro, os museus de índole científica encontram dificuldades, cada vez maiores, de financiar as funções de inventário, conservação e investigação (Lourenço, 2010, p.100).

Tal como Marta Lourenço (2010, p.100), também nós entendemos que existe uma grande incapacidade de incluir a preservação do património na agenda da cultura científica.

A esse respeito, não podemos deixar de sublinhar o papel de Fernando Bragança Gil<sup>5</sup> que desde os anos 60 quis criar um museu que combinasse a história da ciência com a explicação didáctica e lúdica dos princípios científicos (Delicado, 2010, p.150). Desde essa altura, Fernando Bragança Gil insistiu na necessidade de integrar eficazmente os museus e os centros de ciência, e, sobretudo, o Património e a Ciência (Lourenço, 2010, p.100).

Consideramos, assim, que o futuro das entidades museais de índole científica passa por desenvolver, não apenas a função de preservação do património, mas também o seu estudo, nomeadamente no que respeita à história dos objectos. Esta dupla vertente permite

---

<sup>5</sup> Fernando Bragança Gil (1924-2009) foi, para além de professor de física da Universidade de Lisboa, o fundador e primeiro director do Museu de Ciência da Universidade de Lisboa (Lourenço, 2010, p.102).



dar um significado aos bens museológicos que os tornará, mais ricos em termos museográficos, assim como, em termos de divulgação e promoção da ciência.

Por todas estas razões, tomamos consciência de que um Museu é um grande desafio, com enormes responsabilidades. Veja-se a definição de Museu do *International Council of Museums* (ICOM):

*“A museum is a non-profit, permanent institution in the service of society and its development, open to the public, which acquires, conserves, researches, communicates and exhibits the tangible and intangible heritage of humanity and its environment for the purposes of education, study and enjoyment.”*<sup>6</sup> (ICOM, 2007).

Só tem sentido ingressar nesta empresa se ela for uma mais-valia para o público, em primeiro lugar, e também para o acervo. E apenas se for possível assegurar o funcionamento regular do museu sem lesar a sua integridade.

Acresce às responsabilidades inerentes à criação de um museu, a situação actual de Portugal. Pois, para além de dificultar a já difícil tarefa de reunir recursos financeiros para a manutenção dos museus existentes, determina uma grande ponderação sobre a viabilidade de novos projectos. Uma decisão desta natureza, mais do que nunca, deve encontrar-se suportada por um conjunto de indicadores que apontem para a sua sustentabilidade futura.

Por esta ordem de razões, necessitamos então de encontrar uma solução viável que se adeque ao nosso **objectivo**: preservar, interpretar e divulgar o acervo osteológico da Universidade de Évora, promovendo a área de Bioarqueologia em Portugal.

Ao longo do trabalho, discutiremos essa questão e concluiremos que, neste caso, será apropriado criar uma estratégia por etapas, utilizando as metodologias da Programação Museológica. A **finalidade** será estabelecer um percurso sustentável que conduza à, eventual, criação de um museu de bioarqueologia.

---

<sup>6</sup> “O museu é uma instituição permanente sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o património material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite” (Tradução em: Comité Nacional Português do ICOM, [ca. 2007]).

Há três grandes vantagens na utilização da Programação Museológica<sup>7</sup>. A primeira é o facto de ser uma metodologia adequada para organizar o trabalho multidisciplinar, conciliando componentes tão diversas que vão do orçamento, ao design, do discurso expositivo até à conservação preventiva. A segunda é que possibilita aplicar, desde já, uma metodologia que se adeque a um museu. A terceira é permitir que cada etapa do processo seja um valor acrescentado para a museologia nesta área disciplinar.

Cada passo da estratégia que iremos adoptar será assim um teste à sustentabilidade do museu. Por exemplo, definimos, como uma das etapas iniciais, implementar uma exposição itinerante. Se essa exposição for bem recebida pelo público, se conseguir um orçamento adequado e se contribuir para a promoção das mensagens escolhidas, então poderemos prosseguir para as fases seguintes. Estas devem ser ajustadas ou mesmo alteradas conforme os resultados das anteriores. Por fim, se tudo correr bem, etapa após etapa e de forma consistente, poderemos chegar à criação do Museu.

A ser instituído, o Museu poderia abordar temáticas inovadoras em Portugal e, inclusivamente, ambicionar um lugar na museologia internacional. Isto porque se verifica uma tendência nos países ocidentais de dificultar, ou mesmo impedir, o acesso aos acervos osteológicos, por razões essencialmente religiosas. E, apesar disso, estes países continuam a exhibir as colecções em exposições, divulgando, não apenas os conteúdos, como o processo de estudo. Ora, Portugal, para além de ter um enquadramento legal favorável a este respeito, possui um acervo osteológico muito rico, com colecções bastante bem preservadas e que representam uma grande diversidade de culturas e épocas.

Assim, torna-se necessário desenhar os diversos contornos do horizonte para o qual se quer caminhar – o Museu. E, simultaneamente, proceder a uma rigorosa identificação de todas as valências necessárias para o futuro equipamento, cumprindo os requisitos definidos pela Lei-Quadro dos Museus Portugueses (Lei nº 47/2004). Deve ser, desde logo, um museu bem planeado e estruturado, cujas funções museológicas estejam integradas numa dinâmica própria, como se fosse um “organismo vivo”.

---

<sup>7</sup> A Programação Museológica é um modo de pensar e um método de estudo, indispensável para gerir e coordenar as actividades do museu. Deve ser concebida como um processo geral e de reflexão sobre os objectivos do museu e, posteriormente, traduzir esses objectivos em termos de funções museológicas. Finalmente, serve para definir os requisitos para a arquitectura, funcionamento e equipamentos - expressos de forma específica, objectiva e compreensível por todas as partes interessadas (O’Byrne e Pequeet, 1979).

A partir dos princípios enunciados concebemos uma estrutura para este projecto que se divide em duas partes. A primeira, mais conceptual, onde planificamos o museu e, a segunda, na qual desenvolvemos um programa de exposição, aplicando os conceitos definidos na Parte I. A exposição a criar será itinerante e irá preparar a exposição de longa duração.

A primeira parte do trabalho – PARTE I – CONCEPÇÃO DO PLANO MUSEOLÓGICO – é constituída por três capítulos.

No CAPÍTULO 1 apresentaremos o potencial museográfico e museológico do acervo osteológico da Universidade de Évora. Depois, discutiremos a viabilidade de um museu de bioarqueologia em Évora. E, por fim, iremos propor uma estratégia por etapas como solução do problema.

Posto isto, teremos então de identificar com rigor o que existe actualmente, entender quais “os materiais de construção”, as “ferramentas iniciais” que possuímos e, por último, compreender o seu enquadramento. Por esse motivo, no CAPÍTULO 2 começaremos por descrever as colecções existentes. De seguida, explicaremos o que é o LAB, apresentando a investigação aqui realizada e descrevendo as suas instalações. Salientaremos também o projecto arquitectónico já concebido para o LAB e Reserva Osteológica. Seguidamente, apresentaremos a localização do LAB e sua envolvente: contexto natural, paisagístico, histórico, social, cultural e, também, o contexto museológico em Évora. A partir dessa descrição, explicitaremos a razão pela qual Évora é um local propício para a implementação de um projecto desta natureza. Trata-se de uma opção com fragilidades, como a reduzida dinâmica museológica ou o momento de grave crise económica e financeira, mas, simultaneamente, aliciante porque existe uma forte conjugação de factores naturais, sociais e culturais, bem como, um plano estratégico para a cidade.

Por último, discutiremos a legislação portuguesa e o enquadramento internacional, quer em termos da viabilidade do projecto, quer da pertinência de o executar, neste momento, em Portugal.

É essencial – diríamos mesmo que se trata do ponto fulcral de toda a estratégia – caracterizar bem o projecto de museu, delinear a sua “identidade” e definir princípios para cada função museológica. Assim, no CAPÍTULO 3, começaremos por definir a identidade do

museu, que inclui os conceitos alicerçantes desta identidade, os princípios fundamentais, a missão e a vocação. Em seguida, discutiremos os públicos que pretendemos abranger. Delinearemos as funções museológicas, analisando cada uma delas. Definiremos, igualmente, as condições recomendadas e exigidas para a arquitectura. Abordaremos a estrutura da equipa e a estrutura institucional. Finalmente, é necessário balizar o caminho, para tal, delinearemos as etapas que irão permitir construir um percurso viável e que deverão trazer mais-valias para consolidar o projecto global.

A segunda parte do trabalho – PARTE II. EXPOSIÇÃO “A VIDA POR UM OSSO” – é constituída por um único capítulo.

No CAPÍTULO 4 iniciaremos pela definição dos objectivos da exposição, apresentaremos, de seguida, o programa expositivo e, por fim, iremos descrever uma visita à exposição, percorrendo os vários módulos previstos, na óptica dos visitantes.

A complexidade do plano museológico exige uma metodologia que permita construir um conceito, entender as necessidades, discutir prioridades e construir equipas. Com esse intuito, adaptámos os *Criterios para la elaboración del plan museologico* criados em 2006 pelo *Ministerio da Cultura* de Espanha (MCE). Incluímos, também, conceitos de outras obras como *The Manual of Museum Exhibition* editado por Barry Lord e Gail Dexter Lord em 2001 ou *The Manual of Museum Planning* (1991) destes mesmos editores.

A metodologia recomendada em MCE (2006) utiliza três conceitos básicos: o plano museológico, o programa e o projecto.

Estes três conceitos representam uma estrutura ordenada e hierárquica. O processo inicia com uma primeira abordagem conceptual e finaliza com uma série de soluções práticas para satisfazer as necessidades da instituição em todas as suas dimensões, na forma de projectos executáveis (tabela 1).

**Tabela 1.** Estrutura do Plano Museológico.

• PLANO	Ferramenta de planeamento museológico no sentido global e inclusivo que ordena objectivos e acções no museu, em cada área funcional, estabelecendo uma sequência de prioridades.
• PROGRAMA	Documento para gestão das acções futuras em cada dimensão concreta do museu que inclui uma lista de requisitos de cada uma das funções museológicas, que se resolvem e materializam nos diferentes projectos.
• PROJECTO	Documento executável que possibilita a materialização concreta das especificidades técnicas contidas nos diferentes programas.

O plano museológico está estruturado em duas fases sucessivas no tempo:

1. DEFINIÇÃO DA INSTITUIÇÃO

- Planeamento conceptual
- Análise e avaliação

2. PROGRAMAS

- Programa Institucional; Programa de Coleções (inclui a incorporação, a conservação, a documentação e a investigação); Programa de Exposições; Programa de Divulgação e Comunicação; Programa Arquitectónico; Programa de Segurança; Programa de Recursos Humanos e Programa Económico.

Depois de traçado o plano museológico geral (PARTE I – CONCEPÇÃO DO PLANO MUSEOLÓGICO) deveremos criar um programa para cada componente do museu. Neste trabalho iremos desenvolver apenas um deles - o programa expositivo (PARTE II. EXPOSIÇÃO “A VIDA POR UM OSSO”).

Na PARTE II. EXPOSIÇÃO “A VIDA POR UM OSSO”, tal como na primeira, tornaram a adaptar-se ao caso em estudo, os *Criterios para la elaboración del plan museológico* em MCE (2006). Apesar de ser essa a estrutura base, introduziram-se conceitos das obras *Manual of Museum Exhibitions*, editado por Barry Lord e Gail Dexter Lord em 2001, e *Exhibit Labels: An Interpretive Approach* da autoria de Beverly Serrel em 1996, de forma a complementar e adequar o programa da exposição.

Do processo expositivo – Fase de Desenvolvimento, Fase de Design e Fase de Implementação – definido por Gail Dexter Lord (2001, p.2), iremos desenvolver apenas a Fase de Desenvolvimento, por esta corresponder ao Programa de Exposições de MCE (2006, pp.140-147).

Neste projecto, o programa expositivo irá seguir a definição de *brief*<sup>8</sup> de Nicks (2001, p.356) que afirma o seguinte: o *brief* é o documento que vai orientar o desenvolvimento do plano interpretativo e do design expositivo, devendo ainda incluir, pelo menos, a ideia-

---

<sup>8</sup> O *brief* da exposição é descrito por John Nicks (2001, p.356) como a etapa final da função de curadoria da Fase de Desenvolvimento, onde se reúne toda a informação obtida durante essa fase e que define o conteúdo e propósitos da exposição. Resume o conteúdo e formula a estrutura temática à volta do qual o conteúdo deve ser organizado e as questões fundamentais ou destas quais são de explorar.

chave, o esqueleto temático, a estrutura temática, o enredo, o plano de recursos e, finalmente, o plano de programação para o público.

Por último, no subcapítulo 4.3. VISITA À EXPOSIÇÃO, não adoptámos nenhuma das metodologias ou conceitos referidos anteriormente. Nesta parte do trabalho pretendemos abordar a exposição de uma forma descritiva, percorrendo a mesma, do início ao fim, como numa visita, de modo a facilitar a visualização do que virá a ser a exposição instalada.

A concretização deste projecto tem como objectivo último, contribuir não apenas para as áreas disciplinares envolvidas mas, e sobretudo, ser uma mais-valia para a sociedade. Acreditamos que existe um nicho museológico por ocupar e ambicionamos preencher essa lacuna contando para isso com a intervenção directa dos seus visitantes e outros cidadãos.

Por fim, e por todas as razões aqui enunciadas, consideramos que o ideal que suporta este projecto é a concepção de um museu **sobre** pessoas, elaborado **para** as pessoas e construído **com** as pessoas.

Efectivamente, será um museu **sobre** pessoas porque revela as suas histórias - testemunhos duma vivência individual ou colectiva. E, desde que a sua história traga algo interessante que nos faça reflectir<sup>9</sup>, esses testemunhos podem ser, tanto de pessoas anónimas, como de pessoas que se destacaram na sociedade:

*“A História humana não se desenrola apenas nos campos de batalha e nos Gabinetes presidenciais. Ela se desenrola também nos quintais entre plantas e galinhas, nas ruas de subúrbios, nas casas de jogos, nos prostíbulos, nos colégios, nas usinas, nos namoros de esquina.” (Ferreira Gullar, 2006)<sup>10</sup>.*

Será um museu elaborado **para** pessoas porque é o público que pretendemos servir e será um museu construído **com** as pessoas porque é de todo o interesse que, tanto aqueles que coabitam a cidade como todos os outros que queiram envolver-se no projecto, não

---

<sup>9</sup> Embora defendamos um ideal específico para este museu, não entendemos que todos os museus devam ter a mesma postura que a nossa, pelo contrário, consideramos que a heterogeneidade na museologia é extremamente enriquecedora para a sociedade.

<sup>10</sup> Ferreira Gullar, pseudónimo de José Ribamar Ferreira, nasceu no dia 10 de Setembro de 1930, na cidade de São Luiz. É poeta, romancista, biógrafo, dramaturgo e crítico de arte. Foi agraciado com diversos prémios, entre os quais o Prémio Camões em 2010. Foi também director da Fundação Cultural de Brasília, onde deu início ao projecto do Museu de Arte Popular, em 1961 (Revista Literal, 2002).

sejam apenas ouvidos, mas construam, também eles, o museu ao longo do tempo. Sustentamo-nos assim na reflexão de Ana Delicado (2010, p.163):

*“ (...) se os museus têm necessariamente de ser fontes de aprendizagem, também devem ser fóruns de debate, pontos de encontro entre cientistas e sociedade, lugares de troca de experiências, de “fertilização cruzada” entre conhecimento científico e conhecimento leigo. Só assim poderão ter verdadeira relevância na comunidade e transformar a realidade social.”*

Pois entendemos ser este o percurso a seguir no nosso projecto e, também, o próximo passo a alcançar pelos museus de índole científica em Portugal.

## PARTE I – CONCEPÇÃO DO PLANO MUSEOLÓGICO

### CAPÍTULO 1. A IDEIA DE UM MUSEU

Imaginemos, na óptica de visitantes, um museu onde poderíamos “viajar no tempo” para conhecer as pessoas e o seu quotidiano noutras épocas e noutros contextos (figuras 1 e 2). Nesse espaço poderíamos satisfazer curiosidades do tipo “antigamente as pessoas eram mais baixas? seriam robustas e com muitas cicatrizes? Ou eram corcundas e desdentadas? Como seriam então as pessoas e de que doenças sofreriam?”.

Um acervo constituído essencialmente por esqueletos humanos permite extrair um sem número de informações. Efectivamente os ossos, por serem muito plásticos, guardam muitas memórias da vida. Dessa forma, possibilitam a narrativa de inúmeras histórias dentro do âmbito aludido. A título de exemplo, o museu poderia mostrar certas marcas presentes nalguns esqueletos, evidenciando que são consequência de ferimentos ocorridos em batalhas ou ainda, que os dedos deformados das mulheres de dada povoação indiciam trabalhos minuciosos e continuados (*e.g.* a costura).

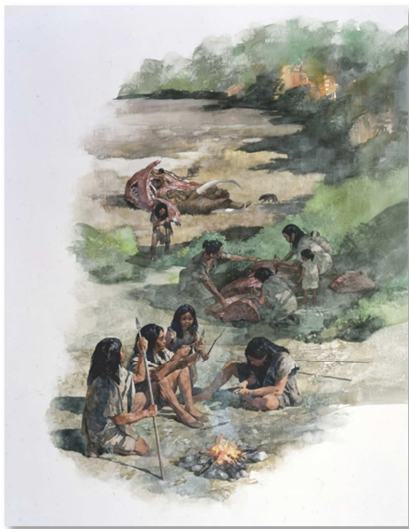


Figura 1. Representação de um momento do quotidiano pré-histórico, baseada nas escavações do sítio de Coats-Hines no Tennessee, pintada por Greg Harlin (extraído de Chapman, 2009).



Figura 2. Excerto de iluminura medieval que representa um episódio da Batalha de Aljubarrota (extraído de Fundação Batalha de Aljubarrota, [200?]).



Uma das áreas poderia estar consagrada à alimentação, onde constataríamos por um lado, que determinadas populações tinham uma dieta mais rica em açúcares do que outras e, por outro, quais as consequências dessas mesmas dietas no quotidiano. Seria ainda explicado como as análises químicas contribuem para o conhecimento sobre a alimentação dos povos antigos. Todos estes elementos serviriam também para percebermos se os esqueletos pertenciam a pessoas de uma classe económica elevada ou, se pelo contrário, correspondiam a outras que não tinham possibilidade de ter uma dieta tão farta (figura 3).



Figura 3. Excerto de “Calendário (mês de Janeiro)”, fôlio 5 do “Livro de Horas”, pertencente ao Museu de Arte antiga. Iluminura atribuída a António de Holanda (produzida entre 1517 e 1551). No excerto vê-se uma cena que representa uma refeição caseira (extraído de Instituto dos Museus e da Conservação, 2011).

A utilização de outros dados - como a estatura e a demografia das populações – permitiriam explorar outras relações entre a alimentação e a saúde, nomeadamente se uma população era saudável e robusta (*e.g.* uma povoação de pescadores) e também se passou por um período de dificuldades (*e.g.* fome ou catástrofe natural).

Os cuidados de higiene e os cuidados médicos seriam igualmente abordados no museu. Poderíamos observar como eram os dentes antes de haver o hábito de os lavar. Estariam expostos casos de trepanação<sup>11</sup>, um método fatal para a maioria dos “pacientes” embora haja evidências de sobrevivência a essa cirurgia primitiva. O espaço museológico estaria repleto de esqueletos, ossos e dentes que permitiriam a observação das marcas de doenças com mais minúcia do que é possível a qualquer médico, pois geralmente os pacientes vivos não oferecem acesso directo aos seus ossos (figura 4).



Figura 4. Imagem de uma vértebra que apresenta uma lesão óssea visível. (a) radiografia; (b) fotografia a olho nu.

<sup>11</sup> Trepanação é um orifício no crânio feito propositadamente pelo Homem, com fins provavelmente terapêuticos. Existem indícios desta cirurgia primitiva desde a Pré-História.

Portanto, os objectos biológicos e as informações obtidas através do estudo comparativo de indivíduos e de populações seriam um excelente veículo para, de forma ilustrada e esquematizada, dar a conhecer os povos do passado. Acresce que, juntando essas informações a elementos da arqueologia, história, medicina, botânica e até de engenharia, o conhecimento ganha uma nova dimensão. Com efeito, consegue-se reconstruir contextos muito completos da vida de pessoas que viveram em épocas distantes e, desse modo, compreender de uma forma global e profunda determinados momentos da história.

No entanto, é bom salientar que os esqueletos não relatam apenas a vida. Aliás, é possível reconstruir contextos específicos como os rituais fúnebres, entender o que significam e o que reflectem acerca da cultura da sua época (figuras 5 e 6).



Figura 5. Sepulcro pré-histórico do sítio da Sobreira de Cima, próximo de Moura. Os indivíduos não eram enterrados, eram simplesmente depositados no sepulcro escavado na rocha.



Figura 6. Sepultura medieval de S. Miguel de Odrinhas, em Sintra. Os indivíduos desta necrópole eram inumados segundo os rituais cristãos.

A actualidade também teria um espaço no museu. Em casos de massacres étnicos, por exemplo, recorre-se muitas vezes à análise dos esqueletos encontrados nas valas comuns para perceber o que na realidade se passou<sup>12</sup>. Recentemente, houve uma equipa portuguesa formada por arqueólogos e antropólogos que foi chamada para resgatar os restos ósseos de pára-quedistas que tinham perecido na Guiné no período da Guerra

<sup>12</sup> Clea Koof, em 2004, aborda esta questão na obra “A linguagem dos Ossos” onde relata a sua vivência como antropóloga forense na investigação dos massacres no Ruanda em 1994, na Bósnia no princípio dos anos 90 e no Kosovo, no final dos anos 90.

Colonial. Aliás, a antropologia forense desperta grande curiosidade e apetência para o público, pois é uma temática muito abordada no cinema, em séries televisivas e até na literatura.

E o que poderíamos dizer de pessoas como nós? Será que aquelas quedas que demos em crianças ficaram marcadas nos ossos? De facto algumas ficam, principalmente as das “canelas”.

No museu aqui idealizado ouvir-se-iam certas expressões durante as visitas como “a minha avó tem ‘bicos de papagaio’ como o que está aqui!” (figura 7).

Questões sobre o funcionamento do nosso corpo seriam igualmente comportadas. Seria interessante podermos saber o que acontece quando se fractura um osso do braço ou da perna. Na verdade, o nosso organismo tem uma capacidade extraordinária para responder a crises e, geralmente, há uma resposta imediata de produção de massa óssea - visível a olho nu no material osteológico - a envolver a zona de fractura.

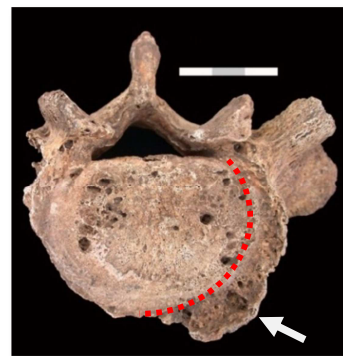


Figura 7. Vértebra com “bicos de papagaio” (seta branca). A margem que a vértebra teria se fosse saudável está assinalada com um tracejado vermelho.

A natureza do acervo permite ainda outro género de narrativas que exploram mais acentuadamente a controvérsia de alguns temas, como questões éticas e religiosas. Destaca-se a utilização de esqueletos humanos em exposição ou ainda, as variadas discriminações associadas à origem do estudo do esqueleto (*e.g.* a antropometria), especialmente o que respeita ao racismo (figura 8).

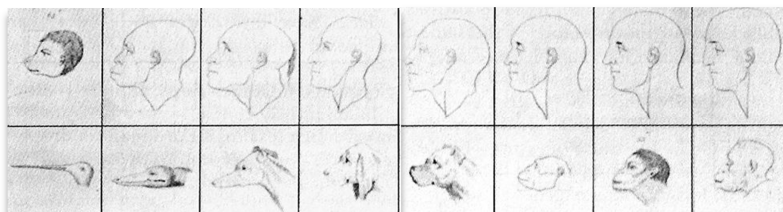


Figura 8. A versão heterogénea da cadeia do ser de Charles White (extraído de White, 1799, citado em Gould, 1985, p.298).

Os exemplos dados são uma pequena amostra das inúmeras ideias que surgem quando consideramos um acervo osteológico humano numa perspectiva museológica.

Obviamente, o conhecimento não surge do vazio. Antes de mais nada é necessário aceder a **colecções** de esqueletos. Contudo, só por si, essas colecções também não são suficientes, é preciso dar significado ao objecto. Esse significado começa por ser facultado pela **investigação**, e neste caso particular, a área disciplinar mais relevante é a Bioarqueologia. Como já referimos, a Bioarqueologia – um ramo da Antropologia Biológica – é a área científica que estuda populações do passado a partir de material biológico humano proveniente de contextos arqueológicos. A investigação sobre o acervo permite que cada esqueleto adquira o seu próprio valor na colecção e cada colecção adquira valor dentro do acervo.

Com efeito, existe em Évora um importante acervo osteológico. Tem vindo a ser realizada uma investigação consistente e aprofundada sobre as colecções desse mesmo acervo, sendo que as respectivas conclusões se revestem, à partida, de todo o interesse para o público. SERÁ QUE SÃO ARGUMENTOS PARA CRIAR UM MUSEU?

Um museu é uma entidade complexa que pode ser comparada a um organismo vivo. Cada componente deve funcionar como um órgão que tem a sua própria actividade (*e.g.* um pulmão, um rim, o coração) mas onde para ter êxito, cada um tem de estar interligado a todos os outros. Se por um lado essas unidades orgânicas tiram partido das sinergias, por outro devem estar todas orientadas para uma missão comum – no caso do organismo vivo, manter a sua sobrevivência, no caso do “organismo museológico” manter a integridade e significado da existência do museu.

Em primeiro lugar terá de se discutir se é efectivamente possível e desejável criar um Museu nos termos que temos vindo a referir, ou se será mais viável constituir uma colecção visitável (definida no artigo 4º da Lei nº47/2004).

O museu seria uma instituição sem fins lucrativos e de carácter permanente (podendo estar previstas diversas modalidades para a sua personalidade jurídica: depender da Câmara Municipal de Évora ou da Universidade de Évora, por exemplo), de acordo com o conceito de Museu definido no artigo 3º da Lei nº47/2004.

Em relação às exigências definidas na Lei-Quadro dos Museus Portugueses (Lei nº47/2004), a criação de uma Reserva osteológica do Sul (projecto suspenso) garantiria à partida o destino unitário do acervo osteológico, bem como a sua valorização através da conservação e política de incorporação. A própria Universidade de Évora (UE) tem vindo a valorizar as colecções osteológicas através da investigação inserida em projectos científicos, estudos académicos e também em relatórios para o Instituto de Gestão do Património Architectónico e Arqueológico (IGESPAR). A criação do museu iria reforçar estas funções e garantir o inventário, a documentação, a interpretação, exposição e divulgação, tendo em conta as dimensões científica, instrutiva e lúdica.

Assim, a criação de um museu seria vantajosa comparativamente à colecção visitável. Seria notória a diferença para os visitantes porque o trabalho de conservação, documentação e investigação existente na retaguarda das exposições, para além das funções interpretativas e outras formas de comunicação, traria forçosamente um aumento significativo da qualidade dos conteúdos. Seria também uma mais-valia para a comunidade científica, visto que um projecto com estas características poderia promover as áreas de investigação. Assim, poderia nascer uma dinâmica construtiva extraordinária.

Outra argumento a acrescentar é o facto de a reserva osteológica ser um local de trabalho, comparável a um herbário. Não é, por isso, viável haver visitas guiadas constantes que perturbem a sua actividade regular. Uma alternativa possível seria a promoção de exposições do acervo fora da área de reserva. Pelo que, e no seguimento do que foi mencionado, colocamos ainda outra hipótese: criar um centro interpretativo do acervo osteológico. Um centro interpretativo permitiria museografar o acervo explicitando o seu significado. Contudo, seria uma opção limitativa em relação ao seu potencial, pois não exploraria tão bem quanto um museu as sinergias entre as várias componentes (investigação, interpretação, exposição, documentação, conservação). Para além disso, é mais habitual associar um centro interpretativo a um lugar, ora neste caso, o acervo tem proveniências diversas dentro do país.

Não podemos ainda excluir da discussão a opção mais simples de todas: uma exposição temporária a partir do acervo existente.

Naturalmente estamos bem conscientes que as condições para implementar um museu ainda não estão criadas. Reflectindo sobre todas as possibilidades colocadas chegámos à conclusão que seria interessante criar uma estratégia por etapas que englobasse a maioria das hipóteses referidas. Ou seja, ter como objectivo último um museu, mas só seria considerado se ou quando houvesse condições realmente adquiridas.

Para isso propomos um plano com várias fases que se encadeiam umas nas outras e que vão construindo as condições. As etapas deverão ter o seu próprio valor, ou seja cada uma delas contribui, de forma independente, para a sensibilização e promoção da bioarqueologia ou para a preservação do acervo. Por exemplo, começar por uma exposição itinerante sobre o tema e, simultaneamente, criar uma base de dados acessível *online* de todo o acervo. Depois propor-se-ia à Câmara Municipal de Évora uma exposição interpretativa da Capela dos Ossos. Em paralelo dar-se-ia início aos esforços de implementação e angariação de fundos para o projecto da Reserva Osteológica do Sul (as etapas da estratégia são desenvolvidas no subcapítulo 3.6. ESTRATÉGIAS DE UM PERCURSO). Este faseamento seria realizado com considerável liberdade e com reduzidos constrangimentos administrativos, permitindo ensaiar o que será o museu.

Por outras palavras, a constituição do Museu será o desígnio de um caminho a percorrer, sendo o percurso a questão fulcral deste trabalho. Com efeito, a estratégia que preconizamos é a de ir criando produtos museológicos que sejam peças que irão formar o *puzzle* maior – o Museu – mas, simultaneamente, tenham o seu valor autónomo.

Para tal, precisamos de definir neste trabalho a personalidade do Museu “ideal”. Aquele que foi bosquejado no início do capítulo e que queremos atingir no futuro, de modo a criar a direcção do caminho a percorrer. No entanto, antes disso, é fundamental conhecer o que existe à partida. É necessário descrever o acervo ósseo, conhecer o local onde está instalado, perceber a dinâmica de estudo das colecções no Laboratório de Antropologia Biológica da Universidade de Évora e os projectos relacionados que estejam em curso. Por outro lado, é essencial conhecer o enquadramento local, nacional e internacional. Todos estes assuntos são tratados no próximo capítulo.

## CAPÍTULO 2. ENQUADRAMENTO DO MUSEU

### 2.1. ANÁLISE DO EXISTENTE

#### AS COLECÇÕES OSTEOLÓGICAS

O acervo osteológico da Universidade de Évora (UE) nasceu a partir de uma escavação arqueológica realizada no Convento de Flor da Rosa, no Crato, sob a responsabilidade científica de Teresa Fernandes<sup>13</sup>. A escavação arqueológica ocorreu na década de 90 do século passado e foi a primeira de muitas outras que se seguiram. O material ósseo humano exumado dessas escavações (figura 9) constitui, em grande parte, o actual acervo da Universidade. O cemitério dos Remédios de Évora é a outra proveniência do material que compõe o acervo, constituindo a Colecção de Esqueletos Identificados de Évora.



Figura 9. Material osteológico proveniente da intervenção arqueológica a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, em Lagos. (a) crânio; (b) vértebra, (c) mandíbula.



Figura 10. Escavação arqueológica de uma Necrópole Paleo-cristã no centro de Mértola, com o fim de minimizar o impacto de obra.

As **escavações arqueológicas** foram realizadas em diversos pontos do país, principalmente no sul de Portugal (Alentejo e Algarve). Algumas colecções osteológicas foram obtidas através de intervenções com finalidade científica em cemitérios antigos, como foi o caso na Necrópole de S. Miguel de Odrinhas, em Sintra. No entanto, é de salientar que grande parte das colecções tem origem em intervenções arqueológicas de minimização do impacto de obra (IAMIO) (figura 10).

<sup>13</sup> Teresa Fernandes é Professora Auxiliar na UE na área das Ciências Biológicas e é responsável pelo Laboratório de Antropologia Biológica. É directora do curso de 1ºciclo de Biologia Humana e pertence ao Centro de Investigação em Antropologia e Saúde (CIAS) da Universidade de Coimbra.

A **Colecção de Esqueletos identificados de Évora** corresponde ao conjunto de esqueletos provenientes do Cemitério dos Remédios de Évora. Esta colecção surge a partir de um protocolo entre a Universidade e a Câmara Municipal, realizado em 1997, onde se estabelece que os esqueletos que não são “reclamados” ao fim de vários anos nos cemitérios de Évora<sup>14</sup>, são recolhidos e passam a estar à responsabilidade da UE, através do LAB. Até há data, a colecção é constituída por cerca de uma centena de esqueletos.

As colecções ósseas que têm origem em IAMIO são inúmeras e heterogéneas. A escavação no Centro de Estremoz, por exemplo, durou vários anos, possibilitando a recolha de mais de uma centena de esqueletos num estado de conservação razoável (vários completos e em bom estado). No entanto, houve casos em que a equipa do LAB foi chamada ao local e exumou apenas um ou dois esqueletos em muito mau estado. Estas colecções de IAMIO são importantes por um lado, pela sua representatividade, oferecendo amostras de várias localizações e períodos diferentes. Por outro, porque algumas delas contêm esqueletos em muito bom estado, de onde se retiram informações importantes, como os exemplares que evidenciam patologias (raras ou comuns).

As escavações científicas são cruciais para estudos aprofundados, pois são realizadas com mais tempo e, geralmente, estão enquadradas em projectos científicos<sup>15</sup>.

A Colecção de Esqueletos Identificados de Évora tem outras finalidades, é uma colecção essencialmente do século XX, que proporciona informações adicionais ao esqueleto, como o nome, o sexo, a idade e de que morreu, entre outras. Estas informações permitem, por exemplo, criar metodologias para se fazer o diagnóstico de sexo e idade em colecções onde não existem esses dados (quase todas as colecções provenientes de escavação). As colecções identificadas são escassas em Portugal e no Mundo. Em Portugal, para além da colecção de Évora, existe apenas uma colecção identificada no Museu Nacional de História Natural e da Ciência (MNHNC) em Lisboa e outra na Universidade de Coimbra.

---

<sup>14</sup>Évora tem dois cemitérios, o Cemitério dos Remédios e o Cemitério do Espinheiro. Apesar do protocolo dizer respeito a ambos, até agora só se recolheram esqueletos do Cemitério dos Remédios, devido a problemas de decomposição dos corpos no Cemitério do Espinheiro.

<sup>15</sup>Em curso, por exemplo, está o projecto “HEROICA: *Health and Edibles in Roman Iberia - a Case-study for Archaeometry*” iniciado em 2010 no âmbito de Projectos de Investigação Científica da Fundação da Ciência e Tecnologia (FCT) envolvendo várias instituições científicas. Nesse projecto existe um trabalho multidisciplinar que utiliza análises químicas e bioquímicas em colecções ósseas do período romano para se tirarem ilações sobre a saúde e alimentação na Península ibérica romana.



Das colecções antropológicas do MNHNC (Lisboa) faz parte uma colecção de Esqueletos Identificados com cerca de 1700 esqueletos humanos oriundos dos cemitérios de Lisboa (MNHNC, 2010)<sup>16</sup>.

A Universidade de Coimbra alberga 3 colecções osteológicas identificadas, a colecção das Escolas Médicas, a colecção de Trocas Internacionais e a colecção de Esqueletos Identificados (EI). As primeiras são compostas por crânios e mandíbulas enquanto a EI é composta por esqueletos completos, maioritariamente de adultos. A EI terá sido adquirida entre 1915 e 1942, é constituída por 505 esqueletos completos recolhidos do Cemitério da Conchada (Wasterlain, 2006, pp.15-17).

Presentemente o número de esqueletos que existem no LAB rondará os 8000 (excluindo os ossários<sup>17</sup>). A taxa de esqueletos recolhidos por ano é muito inconstante, desde menos de uma dezena ao atípico ano de 2008 em que se recolheram cerca de 4 mil indivíduos (em estados de conservação muito variáveis) numa única escavação no centro de Tomar.

A cronologia do material osteológico varia desde o Neolítico final até à década de 80 do século XX. Estão representadas populações do Neolítico, da Idade do Ferro, do período Romano, do Paleocristão, de todo o período Medieval (o mais representado) e também entre o século XV e final do século XX. Já o estado de conservação é muito variável e depende muito das condições ambientais e circunstanciais da escavação.

Em relação à titularidade, as colecções osteológicas são consideradas espólio arqueológico, logo património português, como está expresso no artigo 74º da Lei nº107/2001<sup>18</sup>. Por essa razão e dado o enquadramento jurídico para o depósito definitivo

---

<sup>16</sup> A colecção de esqueletos de origem Africana, depositada pela Sociedade de Geografia de Lisboa e a colecção de material osteológico diverso, proveniente essencialmente do remanescente da Colecção de Ferraz de Macedo e de escavações arqueológicas são as outras colecções antropológicas do MNHNC (MNHNC, 2010).

<sup>17</sup> Ossário é o termo utilizado para um conjunto de ossos que não se encontravam articulados anatomicamente *in situ*. Ocorre geralmente quando uma sepultura é utilizada várias vezes e se afastam os ossos que lá estão para a utilização seguinte.

<sup>18</sup> O primeiro ponto do artigo 74º da Lei nº107/2001 diz o seguinte “Integram o património arqueológico e paleontológico todos os vestígios, bens e outros indícios da evolução do planeta, da vida e dos seres humanos: a) Cuja preservação e estudo permitam traçar a história da vida e da humanidade e a sua relação com o ambiente; b) Cuja principal fonte de informação seja constituída por escavações, prospecções, descobertas ou outros métodos de pesquisa relacionados com o ser humano e o ambiente que o rodeia”.

dos bens (artigo 16º do Decreto-Lei nº270/99)<sup>19</sup>, as colecções estão ao encargo do LAB, com conhecimento e aprovação do IGESPAR (actual Direcção-Geral do Património Cultural).

A relevância do acervo do LAB não está simplesmente na sua natureza, pois existem colecções osteológicas humanas dispersas por vários museus, câmaras municipais e empresas de arqueologia no país. O material ósseo que existe no LAB tem características importantes como ser um acervo de grandes dimensões, em que parte do material está em excelentes condições (o Sul de Portugal oferece condições de solo mais favoráveis para conservação dos esqueletos que o Norte) e onde existe uma grande representatividade em termos temporais. Porém, a grande mais-valia deste acervo é ele ser alvo de uma investigação activa que desvende os seus significados, ao contrário de uma grande parte das outras colecções osteológicas em Portugal<sup>20</sup>. Acresce ainda o facto das colecções osteológicas serem raras na Europa, pois numa grande parte dos países europeus, o material ósseo tem de ser obrigatoriamente devolvido ao local de origem, onde é reinumado após a sua investigação.

#### O LAB – LABORATÓRIO DE ANTROPOLOGIA BIOLÓGICA

O LAB é o laboratório da Universidade de Évora dedicado à **investigação** e formação em Bioarqueologia, desde o início da década de 90 do século XX (figura 11). A sua actividade científica, reconhecida a nível nacional e internacional, é comprovada pelas publicações em diversas revistas internacionais. A investigação tem sido realizada por Teresa Fernandes - responsável pelo LAB, por colaboradores (geralmente estagiários e recém-



Figura 11. Material osteológico em fase de estudo no interior do Laboratório de Antropologia Biológica (LAB).

<sup>19</sup> O quinto ponto do artigo 16º do Decreto-Lei nº270/99 explica o seguinte “ No prazo máximo de dois anos após a incorporação em depósito provisório, o IPA deverá propor ao Ministro da Cultura a incorporação definitiva dos bens, ouvidos os serviços competentes, o arqueólogo responsável, o Instituto Português de Museus e as entidades públicas e privadas envolvidas, designadamente as administrações regionais e locais das respectivas zonas de proveniência, e tendo em atenção a rede nacional de museus”.

<sup>20</sup> Há uma excepção importante que é o acervo da Universidade de Coimbra. Neste caso existe o Centro de Investigação em Antropologia e Saúde (CIAS) da Universidade de Coimbra que oferece uma grande actividade científica sobre o seu notável acervo osteológico humano. Destaca-se também o MNHNC onde também se têm realizado várias publicações científicas.

licenciados) e também por investigadores de outras instituições – CIAS, IGESPAR, entre outros.

Desde a criação do LAB que a investigação científica é centrada nos estudos de populações humanas antigas considerados mais “tradicionais”, ou seja numa análise transversal dos esqueletos de determinada amostra, preenchendo vários parâmetros, para através do perfil biológico de cada indivíduo se aceder à caracterização da população a que outrora pertenceram. O estudo de cada colecção começa geralmente por cumprir um relatório com as informações elementares exigido pelo IGESPAR<sup>21</sup>. E, em menos de metade dos casos, são efectuados estudos mais aprofundados.

A investigação mais “tradicional” tem vindo a perder alguma vitalidade, mas em contrapartida, têm começado a surgir outros projectos (*e.g.* HEROICA, já referido anteriormente) que integram tecnologias mais inovadoras, exigindo análises mais complexas – estudos bioquímicos e de biologia celular, por exemplo – e são mais interdisciplinares. Estes novos desenvolvimentos científicos estão a mudar, aos poucos, o rumo da investigação no LAB. Este aspecto é positivo pois mantém-se o objecto de investigação – o acervo osteológico – mas alarga-se o espectro de conhecimento. De qualquer forma, é preciso não descurar por completo os estudos “tradicionais” pois são estes que fazem a caracterização geral dos indivíduos e das amostras populacionais e que permitem tomar decisões sobre os estudos mais específicos a seguir.

Para além dos elementos referidos, a **equipa** é constituída por mais 3 técnicos da Universidade a tempo parcial. A equipa é bastante volátil, pois quer os colaboradores, quer os técnicos estão constantemente a mudar. Esse aspecto traz alguns inconvenientes, em termos de conhecimento e experiência de manuseio das colecções, e deverá haver um esforço, a médio prazo, para estabilizar alguns elementos da equipa.

---

<sup>21</sup>Não existe na legislação nenhum artigo que expresse claramente a obrigatoriedade de um relatório antropológico quando aparecem vestígios ósseos humanos. Contudo, tem sido interpretado assim dada a exigência de especialistas em antropologia física presentes em intervenções onde apareçam vestígios antropológicos (artigo 8º do Decreto-Lei nº270/99) e à referência a um relatório final para os trabalhos arqueológicos sujeito à aprovação pelo IGESPAR, referido em vários artigos do mesmo Decreto-Lei (*e.g.*, artigos 5º, 12º e 14º). Com efeito, é prática corrente o IGESPAR exigir a integração do estudo antropológico no relatório arqueológico sempre que aparecem vestígios ósseos humanos.

Evidentemente, não existe apenas a componente de investigação científica no LAB. Uma vez que existe um acervo, é preciso inventariá-lo e preservá-lo.

O processo de **inventariação** da colecção é muito recente. Os três técnicos começaram há cerca de um ano a inserir os dados num sistema informático básico – *FileMaker*. Era urgente criar um registo da colecção e, nesse sentido, esta acção foi fundamental. Porém, é insuficiente quer para apoiar a investigação científica, quer como sistema de documentação de um museu e, como tal, será uma prioridade deste projecto encontrar soluções para esta questão (as propostas são discutidas em 3.3. FUNÇÕES MUSEOLÓGICAS).

Os métodos de **conservação** utilizados no LAB são realizados, quer por investigadores, colaboradores ou técnicos e começam logo durante a escavação arqueológica. O material ósseo é transportado depois para o LAB, bem identificado e acomodado em caixas ou contentores. Já no laboratório, seguem-se uma série de procedimentos que preparam os ossos para serem estudados (ver a metodologia de Conservação em pormenor no ANEXO 1). No entanto, salientamos que actualmente não existe qualquer preparação conservativa do material para ser exposto.

### INSTALAÇÕES

O LAB encontra-se na Herdade da Mitra que é um pólo da Universidade de Évora, a cerca de 12 km da cidade. Quer o LAB propriamente dito, quer os dois edifícios onde estão depositadas as colecções ocupam um lugar designado por Pátio Matos Rosa, no interior da Herdade (figura 12).



Figura 12. Instalações do LAB e depósitos das colecções osteológicas. (a) Edifício do LAB (seta vermelha); (b) Depósito de colecções - Capela (seta azul); (c) Outro edifício de depósito das colecções (seta amarela).

O LAB coabita num edifício com outros laboratórios de investigação e tem condições mínimas de trabalho e segurança para as colecções que estão a ser manuseadas.

Já os edifícios onde está depositado o acervo não são de maneira nenhuma adequados às suas funções, pois apresentam zonas muito húmidas que são prejudiciais à conservação dos ossos, principalmente aqueles que ainda não foram trocados de caixas de cartão para caixas de esferovite. As inundações que acontecem ocasionalmente durante o Inverno têm consequências severas sobre as colecções (algumas etiquetas, por exemplo, tornaram-se ilegíveis, perdendo-se a informação de forma irreversível). De resto, os ossos são relativamente resistentes à iluminação e à baixa temperatura que existe todo o ano naquele espaço. Um dos edifícios é uma antiga capela com cerca de 50,4 m<sup>2</sup>, onde os contentores de material ósseo estão empilhados até aos 2,5 m de altura, ocupando cerca de 126 m<sup>3</sup> (figura 13). O outro edifício apresenta condições e dimensões muito semelhantes, ou seja no total o acervo osteológico ocupa actualmente cerca de 100 m<sup>2</sup> e aproximadamente 250 m<sup>3</sup>.



Figura 13. Interior da antiga Capela do Pátio Matos Rosa e actual depósito do acervo osteológico da Universidade de Évora.

#### O PROJECTO PARA NOVAS INSTALAÇÕES DO LAB E RESERVA OSTEOLÓGICA

Como já foi referido, as instalações onde se encontra o acervo osteológico não são adequadas e o próprio laboratório já demonstra algumas limitações para o trabalho aí realizado. Com efeito, estava previsto pela Universidade de Évora um novo projecto a incorporar no Parque da Ciência e Tecnologia, onde se expectavam novas instalações para o LAB e se assumia um novo espaço para a Reserva Osteológica da Universidade. Em 2008 já existia um programa preliminar que incluía um estudo arquitectónico preliminar<sup>22</sup> para o novo laboratório de antropologia biológica e equipamento necessário. O investimento

<sup>22</sup> O projecto arquitectónico foi concebido pelo projectista Nuno Ramos, dos serviços técnicos da Universidade de Évora.

específico para o LAB estava orçamentado em cerca de 500 mil euros. Uma parcela seria financiada pelo Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e a outra pela Universidade de Évora. Infelizmente, apesar de o projecto do laboratório que seria inserido no Parque da Ciência e Tecnologia já ter sido aprovado pelo QREN, foi suspenso devido a falta de verba para a contrapartida nacional.

De qualquer modo, como se pretendia que a sustentabilidade das novas instalações fosse garantida por fundos externos à Universidade (pelos serviços prestados e através de agências financiadoras de projectos científicos portugueses e internacionais), a ambição do LAB é retomar o projecto no futuro. Por conseguinte, na tabela 2 são apresentados os espaços como foram pensados no programa preliminar de 2008.

**Tabela 2.** Espaços e áreas projectados no programa preliminar de 2008.

Espaços	Área	Observações
Laboratório de investigação	60 m2	Equipada com bancadas encostadas à parede.
Laboratório de aulas	60 m2	Para ocupação até 15 alunos.
Laboratório de microscopia	25 m2	Equipada com microscópios, serra e micrótomo.
Sala de Limpeza	25 m2	Sala de preparação do material para estudo.
Reserva osteológica	200 m2	Equipada com estantes metálicas em módulos rolantes sobre calhas para armazenamento do material. Condições de temperatura e humidade constantes ao longo do ano.
Arrumos	10 m2	Equipada com cacifos.
Gabinets (2)	40 m2	Equipados com secretárias, armários e prateleiras.
Instalações sanitárias	30 m2	
Átrio	20 m2	
Subtotal	470 m2	
Total (Subtotal+circulações)	≈600 m2	

Paralelamente existe a intenção de constituir uma Reserva Osteológica do Sul. A ideia surgiu do IGESPAR e do LAB e significava que a Reserva da Universidade em vez de receber apenas o material recolhido pelo LAB, receberia todo o material ósseo humano proveniente do Sul de Portugal. Ora, as dimensões previstas no programa preliminar para as novas instalações prevêm o dobro do espaço das instalações actuais. Serão as dimensões previstas suficientes? Se as condições financeiras não permitirem um espaço maior, então o espaço deverá ser pensado em módulos, de maneira a que se possa ir aumentando a reserva à medida das necessidades.

\*\*\*

Depois desta apresentação daquilo que pode constituir o núcleo fundamental de “matéria-prima” do museu que propomos, é crucial detectar as potencialidades e fragilidades de toda a envolvente. A localização do acervo, o seu contexto, a legislação portuguesa e o enquadramento internacional são alguns dos assuntos desenvolvidos em seguida.

## **2. 2. MEIO ENVOLVENTE**

As colecções osteológicas encontram-se na Herdade da Mitra, nas proximidades da cidade de Évora, na região do Alentejo Central (ver mapas no ANEXO 2).

### **CONTEXTO NATURAL E PAISAGÍSTICO**

A paisagem da região de Évora é muito emblemática. Integrada na vasta planície alentejana, apresenta uma ondulação suave, com uma altitude média de 240 m. A paisagem do Concelho de Évora, com cerca de 1.300 Km<sup>2</sup> e apesar das transformações recentes, ainda se caracteriza por uma cultura de cereais (em regime extensivo), com zonas de pastagens e manchas de floresta de sobro e azinho. As linhas de água mais relevantes são o rio Dgebe, o rio Xarrama e a ribeira de Valverde. O clima é tipicamente mediterrânico, com Verões quentes (média anual de 128 dias com temperatura média superior a 25°C) e Invernos frios (90 dias por ano com média inferior a 5°C) (Câmara Municipal de Évora, 2011).

### **PRESENÇA HUMANA**

Segundo a Câmara Municipal de Évora (CME), em 2011, o principal pólo urbano da região é a cidade de Évora, considerada uma cidade média portuguesa. Tem cerca de 50.000 habitantes e apresenta um crescimento razoável que contraria a tendência da região no seu conjunto (CME, 2011).

A região de Évora apresenta vestígios da presença humana desde a pré-história. Existem vários monumentos megalíticos dispersos pela região, dos quais se destacam os Cromeleques dos Almendres e a Anta do Zambujeiro. E desde aí a ocupação tem sido vasta e muito diversa. Aliás, as cidades árabe, medieval e modernas construídas sobre a cidade romana, deixaram fortes evidências da sua presença (CME, 2011). Todas essas marcas

deixadas pelos antepassados, em conjunto com a típica paisagem da região, contribuíram para Évora se tornar na cidade carismática que é hoje.

#### SOCIEDADE E CULTURA

O Centro Histórico de Évora é um sítio com uma identidade muito forte. Aliás, não foi por acaso que em 1986 foi incluído na Lista de Património Mundial pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), organismo da UNESCO, como explica a CME (2012): “Em 1986, o ICOMOS tomou como definição do Centro Histórico de Évora a de um centro urbano único, pela sua beleza, homogeneidade e dimensão, e pelo valor do seu património cultural e arquitectónico, que conta com mais de 380 edifícios classificados, dos quais 36 são monumentos nacionais”. Ou, mais especificamente: “[...] o de ser Évora o melhor exemplo de uma cidade portuguesa da idade do ouro (Século XVI) e de a sua paisagem urbana permitir compreender a influência da arquitectura portuguesa no Brasil, em locais como São Salvador da Baía, também Património Mundial da Humanidade desde 1985.” (CME, 2012).

Dos vários monumentos, destacam-se para este projecto as igrejas, porque antes da criação dos primeiros cemitérios enterravam-se os mortos junto delas (ou no seu interior, conforme o estatuto socioeconómico). Por conseguinte, as intervenções arqueológicas no centro da cidade são constantes e é habitual encontrar esqueletos sepultados nessas zonas. Sem esquecer as necrópoles romanas, árabes e visigóticas que surgem também regularmente (por vezes sobrepostas). Outro monumento que merece especial atenção é a Capela dos Ossos dada à sua afinidade em termos de colecção.

Para além das características já mencionadas, é de salientar a forte presença da Universidade de Évora, cujos pólos dispersos tanto no centro histórico como na envolvente, criam uma dinâmica bastante marcante, conferindo um carácter académico à cidade.

Presentemente, têm surgido vários projectos em Évora, como é o caso da Acrópole XXI<sup>23</sup>, que não se podem desprezar, pois estão a desenvolver novas dinâmicas que abrangem transversalmente a economia, a cultura, o turismo e o património.

---

<sup>23</sup> Acrópole XXI define-se como “uma intervenção no núcleo urbano da cerca velha do Centro Histórico de Évora que visa revitalizar esta zona da cidade através da promoção de acções de regeneração urbana,



## CONTEXTO MUSEOLÓGICO

Segundo os dados estatísticos do Instituto Nacional de Estatística (INE) para 2010 (ver ANEXO 3), existem 9 museus no Alentejo Regional e apenas 3 em Évora (com cerca de 31 mil visitantes/ano), num universo de quase 14 milhões de visitantes por ano distribuídos pelos 360 museus existentes em Portugal (INE, 2011, pp. 154-155).

Constata-se assim que o quadro museológico nesta região é pobre, com todas as vantagens e inconvenientes que daí advêm. Aparentemente, se a concorrência é menor, a capacidade de angariar visitantes é superior. No entanto, uma oferta reduzida atrai menos pessoas à cidade e este aspecto terá, quase certamente, um ónus maior. Apesar de tudo, o panorama não é tão curto como possa parecer à partida.

Évora apresenta também 12 espaços de exposição de arte que tiveram 82 mil visitantes em 2010. Para além disso, existem na cidade outros espaços de índole museológica, apesar de não serem considerados museus no estudo do INE (2011). É o caso da Casa da Balança, da Unidade Museológica da antiga Central Elevatória de Águas, do Núcleo Museológico do Alto de S. Bento e do Centro Interpretativo *Megalithica Ebora* no Convento dos Remédios. Este quadro já denota um esforço para aumentar a diversidade da oferta museológica na cidade, o que é crucial para atrair um público interessado e criar sinergias. Contudo, e não excluindo outras colaborações, o Museu de Évora deverá ser o parceiro mais importante para alavancar o projecto.

Um documento fundamental para compreender a tendência museológica na cidade é o Plano Estratégico de Évora 2020 (Universidade de Évora, 2009). Neste estudo, onde são definidas estratégias e prioridades para a cidade, são apontados alguns vectores estratégicos extremamente favoráveis para a criação do museu. É o caso de se querer “criar um ‘bairro dos museus’, rede museológica e expositiva, de dominante histórico-artística, na acrópole da cidade antiga” (Carvalho *et al.*, 2009, p. 121). Ou a pretensão de “consolidar e desenvolver rotas e circuitos temáticos do ponto de vista cultural ou turístico com especial relevo para o enfoque arqueológico de ‘Évora subterrânea’ e para o património edificado, móvel e integrado de cariz religioso” (Carvalho *et al.*, 2009, p. 121). Um “bairro de museus”, ainda

---

acompanhadas da dinamização da actividade económica do comércio tradicional, do turismo, do património e da cultura.” (ÉVORAÉ, [201?]).

que de uma índole (histórico-artística) diferente da que se perspectiva para o museu de Bioarqueologia, é um enquadramento extremamente cativante para qualquer projecto museológico que se queira implementar no local, pois a atracção de turistas e outros visitantes interessados parece ser francamente promissora. Por outro lado, os conteúdos e mensagens do museu idealizado vão completamente ao encontro do enfoque turístico-cultural em “Évora subterrânea”.

#### HERDADE DA MITRA

Como já foi referido, o acervo osteológico não se encontra no centro da cidade. Em vez disso, está depositado no Pólo da Mitra da Universidade de Évora (figura 14).

Este local situa-se numa zona rural onde a paisagem é constituída essencialmente por montados de sobreiros e azinheiras e a povoação mais próxima é Valverde, bem distinta do carácter urbano de Évora. Neste pólo faz-se investigação e dá-se formação em áreas como agronomia e zootecnia, veterinária e ciências biológicas. Aqui está situada também a Anta Grande do Zambujeiro, monumento megalítico com relevância internacional. A estrada que liga Évora a Alcáçovas (N380) dá acesso à herdade mas o serviço de transportes públicos é muito reduzido.

A localização do acervo na Herdade da Mitra pode vir a ser um problema para o projecto, dada a menor acessibilidade em relação ao centro de Évora. As soluções para associar o acervo ao centro da cidade serão discutidas no subcapítulo 3.6. ESTRATÉGIAS DE UM PERCURSO.



Figura 14. Espaços da Herdade da Mitra, nas proximidades da cidade de Évora.

\*\*\*

Em relação ao enquadramento de um futuro museu, o balanço é positivo. Pois se por um lado as condições existentes apresentam fragilidades, como a reduzida dinâmica museológica, o momento de grave crise económica e financeira e alguma falha na comunicação entre a Câmara Municipal e a Universidade. Por outro lado, o rumo que se pretende para a cidade, a envolvente natural, social e o Património Construído (na cidade e região envolvente) oferecem um “caldo nutritivo” com potencial.

### **2. 3. CONTEXTO NACIONAL E INTERNACIONAL**

A legislação portuguesa é bastante favorável à preservação do material osteológico humano proveniente de necrópoles antigas. Como já foi referido, as colecções desta natureza estão protegidas por lei que as considera património nacional (artigo 74º da Lei nº 107/2001) e releva a importância do espólio antropológico quando exige a presença de especialistas em antropologia física na escavação de necrópoles (Decreto-Lei nº270/99). Assim, não é de admirar a existência de diversas colecções osteológicas humanas disseminadas por museus e outras entidades nacionais. É comum encontrá-las em museus municipais, museus de arqueologia e museus de história natural. Porém, o estudo, a interpretação e exposição deste património já não é tão disseminado.

Em relação ao estudo, o relatório antropológico sujeito a aprovação pelo IGESPAR (actual Direcção-Geral do Património Cultural), regra geral, exige apenas um estudo preliminar com os elementos básicos sobre o material osteológico exumado das escavações arqueológicas. Isto significa que todas as colecções recolhidas nas últimas décadas (por universidades ou empresas de arqueologia) foram alvo de um estudo preliminar, salvaguardando informações fundamentais. No entanto, falta estudar uma parte considerável das colecções exumadas anteriormente e o material recolhido já com as novas regras não está a ter a atenção devida em termos de potencial de investigação.

Já em relação a exposições e comunicação com o público, existem dois quadros em Portugal que convém referir. Em primeiro lugar, os museus (e outras entidades) que encerram colecções osteológicas humanas e exploram muito pouco o seu interesse para o público. Em segundo, as exposições temporárias que procuram comunicar através de colecções de naturezas afins mas que são realizadas esporadicamente.

Nos museus de história natural de Lisboa e do Porto, por exemplo, acontece ocasionalmente serem expostas algumas peças da colecção mas, na maior parte dos casos, sem uma contextualização adequada, sem explorar um discurso expositivo sobre o assunto e sem aproveitar o potencial museográfico. É o caso da exposição de “Colecções de Naturalista no MNHNC (temporariamente encerrada) onde estão expostos ossos humanos (um crânio, uma mão e um pé) cuja única contextualização é a sua função pedagógica. Ou, nessa mesma exposição, o esqueleto humano em articulação anatómica que está apenas a compor o cenário do que seria um gabinete de naturalista (figura 15). Estes dois museus têm colecções relativamente grandes, porém nem estão acessíveis ao público nem estão devidamente documentadas<sup>24</sup>.



Figura 15. Esqueleto articulado numa representação de um gabinete de naturalista na exposição “Colecções de Naturalista” no MNHNC.

O próprio CIAS está ligado ao Museu Antropológico, integrado no Museu da Ciência da Universidade de Coimbra, através das colecções osteológicas e do acervo de instrumentos antropométricos (Universidade de Coimbra, 2003) mas apesar desta relação não há qualquer apresentação do acervo osteológico ou discurso expositivo nesse sentido.

No panorama nacional existem pontualmente algumas exposições relacionadas com os temas do museu em projecto. Marta Moreno-García e Carlos Pimenta<sup>25</sup> já organizaram algumas exposições no âmbito da



Figura 16. Cartaz da exposição “Quando os Ossos revelam História” comissariada por Marta Moreno-García e Carlos Pimenta (extraído de Moreno, 2008).

<sup>24</sup> Informações referentes ao Museu Nacional de História Nacional (Lisboa) facultadas pelo Dr. Hugo Cardoso. Em Cunha (2010) são referidas as informações sobre o Museu de História Natural do Porto.

<sup>25</sup> Marta Moreno-García é uma investigadora do *Instituto de Historia do Consejo Superior de Investigaciones Científicas* (CSIC) em Espanha e Carlos Pimenta é investigador nos Laboratórios de Arqueociências do IGESPAR. Ambos são investigadores com larga experiência da área da Arqueozoologia.

arqueozologia, ou seja de material osteológico proveniente de escavações arqueológicas mas neste caso de animais e não humano. São exemplos a exposição itinerante “*Quando os Ossos revelam História*”, organizada pelo Laboratório de Arqueozologia do IGESPAR em 2008 (figura 16) ou a exposição temporária “*Ossos que Contam História*”, apresentada em 2010 pela Fundação Millenium BCP em Lisboa.

Algumas exposições no âmbito da arqueologia, antropologia e história natural poderão, eventualmente exibir alguns ossos humanos. Porém, não foram encontradas exposições dedicadas exclusivamente ao tema da Bioarqueologia (humana) em Portugal.

No quadro internacional, as colecções osteológicas aparecem tanto nos museus de história natural como em museus de arqueologia e por vezes em museus de antropologia/etnologia. Nos museus de história natural existe muitas vezes um departamento ou uma área dedicada exclusivamente à antropologia e evolução humana. É o caso do *Natural History Museum* em Londres, do *Centre for Human Bioarchaeology* do *Museum of London*, do *Smithsonian National Museum of Natural History* em Washington ou do *American Museum of Natural History* em Nova Iorque.

O *Museo de Evolución Humana* em Burgos é a referência estrangeira mais importante para este projecto. Primeiro, por se tratar de um museu com um acervo de natureza muito próxima ao acervo osteológico de Évora. Segundo, por se situar em Espanha, pois os achados arqueológicos e antropológicos têm grandes afinidades dentro da Península Ibérica. E por fim, por apresentar uma abordagem museográfica e valores museológicos que se pretendem implementar no futuro museu (figura 17).

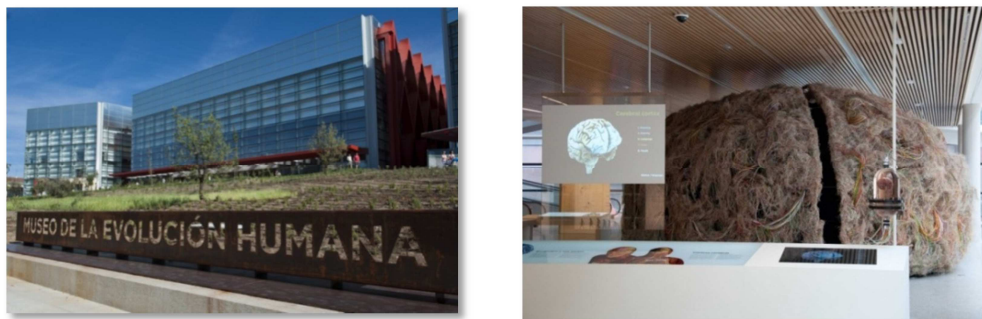


Figura 17. *Museo de la Evolución Humana*, em Burgos. (a) Vista do exterior do edifício; (b) elemento expositivo que explica o cérebro humano; (c) Representação de um episódio fúnebre na pré-história (extraído de Junta de Castilla y León, 2012).

O *Museo de Evolución Humana*, apresentado em *Junta de Castilla e León* (2012), foi inaugurado em Julho de 2010 e é exclusivamente dedicado à evolução humana. Tem como base o sítio da Serra de Atapuerca, Património da Humanidade, onde foram encontrados achados fundamentais para perceber aspectos muito relevantes da evolução humana.

O período de tempo que é abordado no Projecto de Burgos é muito anterior ao que se pretende para o projecto de Évora. Com efeito, o museu de Burgos apresenta os primórdios e o período que antecede o *Homo sapiens* enquanto que a nossa proposta para o museu de Évora tem como foco central o *Homo sapiens* e o seu contexto em vários períodos históricos. No entanto, a abordagem museográfica é inspiradora, pois tem um discurso expositivo simultaneamente moderno, atractivo, artístico e científico. Ou seja, apresenta procedimentos de investigação, explica dados científicos e contextualiza as informações de uma forma narrativa, com recurso a excelentes meios tecnológicos, muito visual, procurando transmitir também sensações através da imagem, som, etc.

Não sendo expectável que o investimento a fazer num novo museu como o preconizado possa igualar o do Museu de Burgos, o discurso museográfico revigorante e a tipologia dos elementos expositivos são referências impreteríveis nos programas relacionados com o público (e.g. programa de exposições, programa de actividades para o público, programa de comunicação) para a proposta de plano do Museu de Bioarqueologia de Évora.

Em países como o Brasil, Inglaterra ou Estados Unidos da América já há muito tempo foi descoberto o potencial expositivo dos esqueletos humanos antigos, ao contrário de Portugal. Há exposições e museus estrangeiros direccionados precisamente para as questões que se querem abordar, como é ilustrado nos casos apresentados em seguida.



Figura 18. O Kit Didáctico do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville, no Brasil (extraído de Museu Arqueológico de Sambaqui, [200?]).

O Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville no Brasil possui uma exposição itinerante denominada “Ossos para Ofício” e um *Kit* didáctico associado à exposição que é facultado a escolas e outras entidades (figura 18). A exposição apresenta



resumidamente a pré-história da região e o enterramento de homens pré-coloniais que construíram os sambaquis (concheiros). Depois, dá destaque ao trabalho do antropólogo físico e explora vários tipos de análise como o parentesco biológico, a dieta alimentar, as condições de trabalho, as manifestações simbólicas e as estimativas de sexo e idade, que conduzem ao conhecimento do estilo de vida dos grupos pré-coloniais (Espaço Zulma, 2010).

O *San Diego Museum of Man* (San Diego, EUA) é um museu que conjuga a antropologia cultural e a física. A frase associada ao título do museu “*We teach people about people*” (San Diego Museum of Man, 2001a) transmite uma ideia muito forte de proximidade entre as colecções e os visitantes. Este museu organizou uma exposição temporária designada “*Strange Bones: Curiosities of the Human Skeleton*” exibida entre 2010 e 2012 (figura 19). A exposição foca várias coisas curiosas, estranhas e diferentes que acontecem ao nosso esqueleto ao longo da vida. Os visitantes podem ver espécimes com evidências de doenças como o nanismo, escorbuto ou sífilis, bem como fracturas saradas anormalmente ou deformações culturais como anéis no pescoço. A mensagem da exposição é que o esqueleto humano é uma estrutura que nos suporta mas que é simultaneamente muito adaptável, no sentido em que responde às doenças, modificações culturais, ou outras pressões ao osso. O suporte e a resposta a agressões ao esqueleto permite-nos sobreviver (San Diego Museum of Man, 2001b).



Figura 19. Exposição “*Strange Bones: Curiosities of the Human Skeleton*” (extraído de *San Diego Museum of Man*, 2001b).

A *Wellcome Collection* oferece várias exposições, eventos e serviços ao público, como é o caso da famosa biblioteca *Wellcome Library*. Esta instituição aborda uma perspectiva muito interessante, que deverá ser explorada a partir do acervo osteológico de Évora, a ligação entre medicina, vida e arte no passado, presente e futuro (Wellcome Trust, 2012). Entre várias exposições associadas aos temas possíveis do museu em projecto, está uma

exposição apresentada em 2008, designada “*Skeletons*” (figura 20). Esta exposição, produzida em colaboração com o *Museum of London*, chama a atenção para os esqueletos humanos que se encontram debaixo das ruas londrinas. A exposição apresenta parte da colecção de 17000 esqueletos humanos do *Museum of London*, mostrando os ossos de quem viveu, morreu e foi enterrado nessa cidade e transmitindo a ideia de que cada esqueleto revela a sua história possibilitando uma visão fascinante sobre os tempos em que viviam e os riscos para a saúde do dia-a-dia (e.g. sífilis, varíola e raquitismo) (Wellcome Trust, 2008).

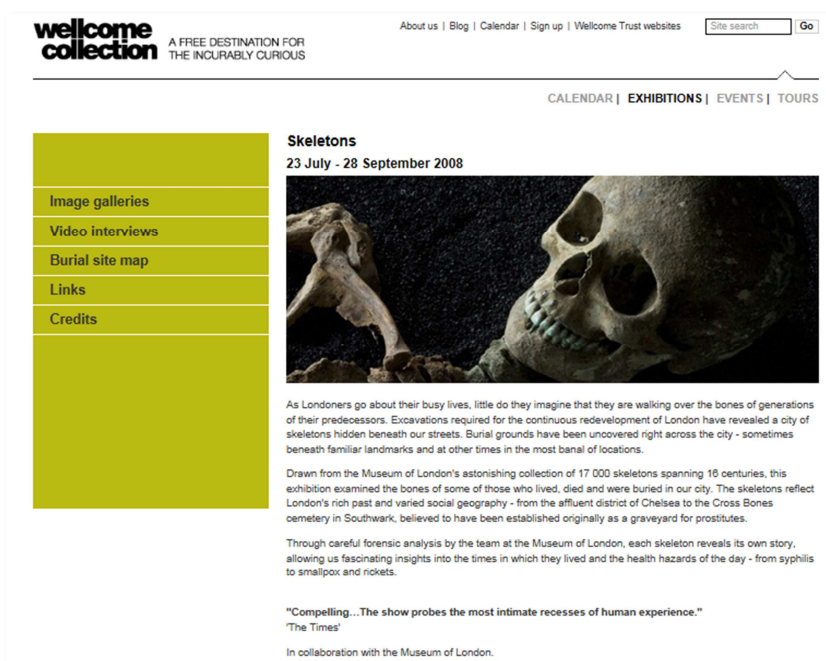


Figura 20. Aspecto da página da internet da *Wellcome Collection* que apresenta a exposição “*Skeletons*”. Extraído de *Wellcome Trust* (2008).

Por último, no website do *Smithsonian National Museum of Natural History* (SNMNH) encontra-se um sítio dedicado a uma exposição “*Written in Bone. Forensic Files of the 17<sup>th</sup>-Century Chesapeake*” inaugurada em 2009 e que estará aberta até 2013 em Washington (EUA) (figura 21). A exposição apresenta a área disciplinar da Bioarqueologia de forma muito completa e apelativa para o público a partir de colecções osteológicas humanas do século XVII. Na exposição, é narrada a história de colonos da Virgínia e de pessoas estabelecidas em *Maryland*, através dos esqueletos. Destaca-se ainda o “Laboratório de Antropologia forense” onde os visitantes podem encontrar informações fascinantes sobre pessoas e factos que ocorreram na América. Neste “Laboratório” são apresentados os procedimentos,



instrumentos e tecnologias usados pelos cientistas do século XXI para esclarecer questões sobre pessoas, locais e histórias do passado (SNMNH, 2010).

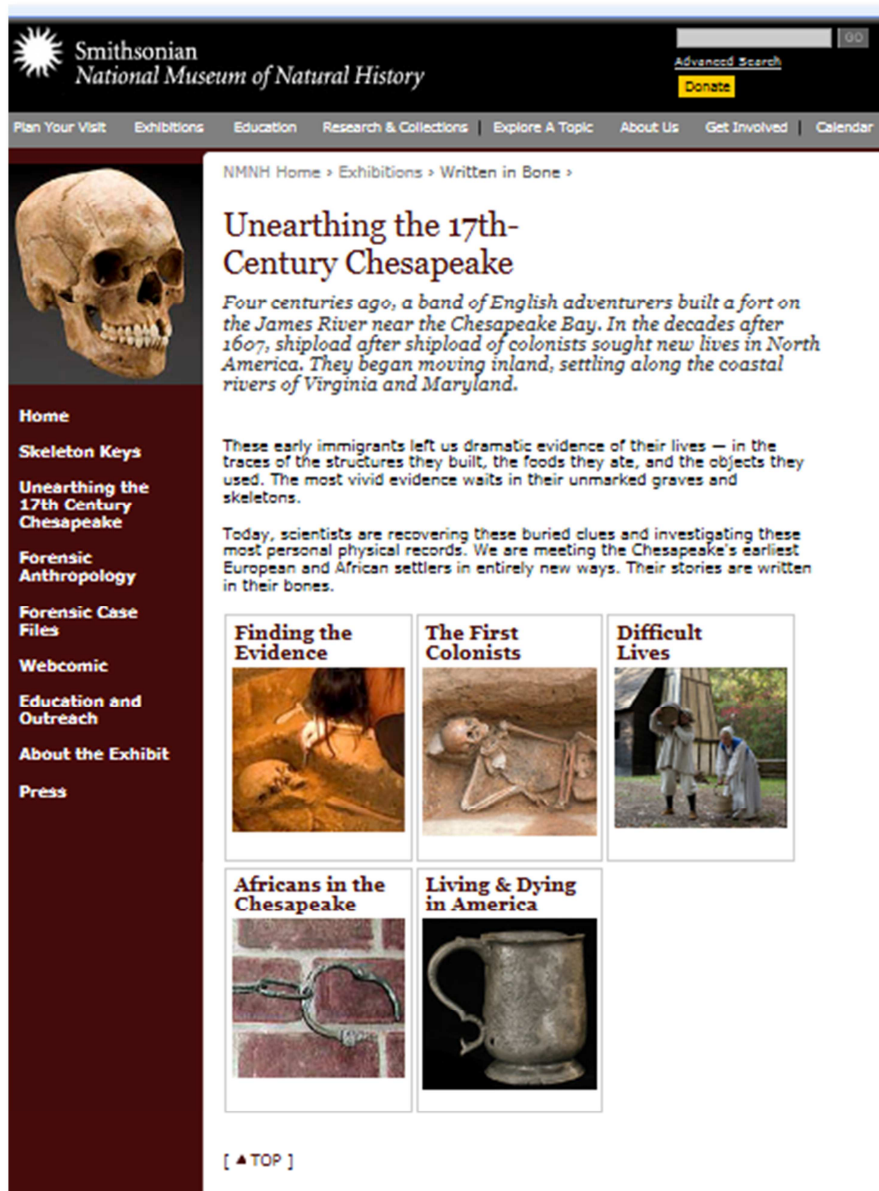


Figura 21. Aspecto da página da internet da exposição "Written in Bone. Forensic Files of the 17<sup>th</sup>-Century Chesapeake" (extraído de SNMNH, 2010).

A exposição "Written in Bone. Forensic Files of the 17<sup>th</sup>-Century Chesapeake" representa bem aquilo que se pode comunicar ao público a partir de um acervo osteológico. A exposição apresenta várias abordagens, desde a narrativa histórica, aos procedimentos de investigação, até uma discussão sobre o que será o futuro do esqueleto (e.g. próteses). O próprio *website* é um excelente modelo em termos de conteúdo e forma. Como tal, deverá

ser uma exposição de referência no programa de exposições e no programa de comunicação.

Numa grande parte dos países europeus não é possível manter os acervos osteológicos, devido a questões essencialmente religiosas. Também nos Estados Unidos da América existe uma dificuldade cada vez maior em estudar e manter estes acervos por causa, especialmente, da protecção da cultura do sagrado dos índios americanos, obrigando muitas vezes à devolução das colecções por parte dos investigadores. Apesar das dificuldades em manter os acervos osteológicos nesses países, as colecções continuam a ser exibidas em exposições e existe o esforço de divulgar não só os conteúdos como o processo de estudo, demonstrado nos exemplos dados.

Portugal tem um enquadramento legal com tendência para aumentar a protecção de acervos de natureza antropológica e não o contrário. Os acervos nacionais, especialmente do Sul do país, estão bastante bem preservados e representam uma grande diversidade de culturas e épocas. Ora, por esta ordem de razões, Portugal tem um nicho museológico por ocupar e, quando o fizer, poderá assumir uma posição importante nessa área ao nível europeu.

## CAPÍTULO 3. O MUSEU DE BIOARQUEOLOGIA

### 3.1. IDENTIDADE DO MUSEU

O corolário lógico daquilo que foi exposto nos dois primeiros capítulos, onde sobressai um conjunto de argumentos positivos para a criação de um Museu de Bioarqueologia em Évora (MBE), é uma definição mais concreta da sua identidade. Para tal, vamos apoiar-nos em dois eixos principais. O primeiro dedicado ao acervo<sup>26</sup> e ao seu significado, o segundo relacionado com uma atitude museológica específica. Depois, iremos descrever os princípios fundamentais, a missão, a vocação e os objectivos do Museu.

Para sustentar a construção do conceito e mensagens a transmitir que ora apresentamos, baseámo-nos nas referências internacionais mencionadas no CAPÍTULO 1. Como referências nacionais, utilizámos o Museu da Ciência de Coimbra e o Museu da Lourinhã.<sup>27</sup> O Pavilhão do Conhecimento e outros Centros de Ciência Viva são usados nalguns aspectos específicos tal como a ênfase dada à promoção da ciência e à interactividade.

#### 1º EIXO - UM ACERVO COM HISTÓRIAS PARA CONTAR

A focalização no acervo osteológico dá, por si só, um carácter singular ao museu. Efectivamente, é um museu que alberga esqueletos humanos e onde **cada esqueleto** tem uma história para contar, como ilustra bem o exemplo que se segue.

<sup>26</sup> O termo “acervo” é utilizado como conjunto de todos os bens culturais, incluindo quer os bens contidos em colecções, quer os bens que não se enquadrem em nenhuma delas. “Colecção” é o termo utilizado para o conjunto de bens com origem e natureza comuns.

<sup>27</sup> A escolha do Museu da Ciência de Coimbra deveu-se a ser um museu universitário com bastante qualidade. Apesar de recente, apresenta já uma diversidade de prémios associados ao seu projecto de renovação: foi vencedor do Prémio *Micheletti* 2008 (o mais inovador museu em ciência, técnica e indústria), foi vencedor do Prémio Municipal de Arquitectura Diogo de Castilho (pela Câmara Municipal de Coimbra) e recebeu uma Menção Honrosa para Museu do Ano (pela Associação Portuguesa de Museologia), em 2007; em 2009, os arquitectos João Mendes Ribeiro, Carlos Antunes e Desiré Pedro, responsáveis pela requalificação do Laboratório Químico, foram agraciados com o prémio de arquitectura ENOR; em 2010, recebeu os prémios de Melhor Serviço de Extensão Cultural e Melhor Aplicação e Gestão Multimédia, pela Associação Portuguesa de Museologia (Museu da Ciência, 2011a)

O Museu da Lourinhã foi escolhido por ser um museu local com projecção internacional (na secção da paleontologia dos dinossáurios). O museu funciona com base numa associação de utilidade pública, GEAL – Grupo de Etnologia e Arqueologia da Lourinhã, um grupo dinâmico e apaixonado (Museu da Lourinhã, 2011a). O museu tem uma mensagem ousada, na medida em que assume a projecção internacional da Lourinhã, particularmente como sítio paleontológico, o que se reflecte no seu discurso expositivo. A Lourinhã é nele apresentada em várias dimensões que vão desde a arqueologia e a história, a aspectos etnológicos da comunidade, até aos dinossáurios, de uma forma organizada e muito envolvente.



Figura 22. Levantamento fotográfico e gráfico do esqueleto (extraído de Ferreira, *et al.*, 2008, p.465).

Em 2007 apareceu um esqueleto (identificado como PC-1) durante as sondagens arqueológicas de diagnóstico, realizadas no âmbito do projecto “Qualificação da zona envolvente às muralhas – Parque da Cidade – Programa Polis de Lagos”, junto à muralha da cidade de Lagos (Ferreira *et al.*, 2008, p.457). O que faria o esqueleto de alguém que viveu na época moderna, enterrado de forma tão isolada,

naquele lugar? A equipa do LAB foi chamada ao local, exumou o esqueleto e estudou-o em laboratório. Após o estudo (antropológico e arqueológico) chegou-se à conclusão que se tratava de um jovem, com cerca de 12 a 17 anos de idade, inumado entre os séculos XVI e XVII. O facto de ser adolescente resultou numa diagnose de sexo inconclusivo, pois nesta idade, se for de sexo masculino, ainda não desenvolveu por completo as características que permitem um diagnóstico mais seguro (Ferreira *et al.*, 2008, pp. 465-470).

O corpo terá sido abandonado, sem qualquer ritual simbólico no acto de deposição. Com efeito, não está inserido em nenhuma necrópole e, aparentemente, é um caso isolado. Para além disso, a posição em que foi enterrado parece aleatória, sem corresponder a nenhum ritual religioso (figura 22) (Ferreira *et al.*, 2008, p.465-466).

Os dentes despertaram a atenção dos antropólogos porque estavam limados (figura 23), indiciando rituais de cultura africana. A suspeita de se tratar de um indivíduo de origem africana conduziu ao estudo mais pormenorizado das características morfométricas. Estes estudos não asseguram a origem populacional mas servem para indicar se a hipótese tem alguma validade. Os resultados revelaram uma forte possibilidade do indivíduo PC-1 ter uma proveniência africana.

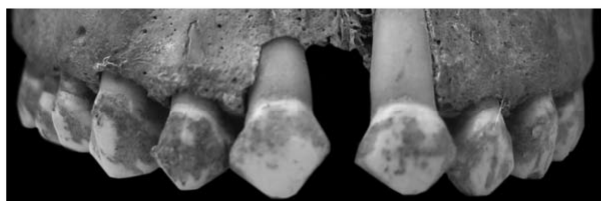


Figura 23. Incisivos superiores do PC – 1 com desgaste não mastigatório (extraído de Ferreira, *et al.*, 2008, p.467).

Outro facto relacionado com esta questão é que os escravos africanos chegavam aos locais de destino já com os dentes mutilados, mas esta prática caía em desuso entre os que já nasciam no local, de modo a não serem identificados como escravos, caso conseguissem escapar. Posto isto, juntando todos os dados, é muito plausível que o adolescente enterrado junto à muralha de Lagos fosse um jovem escravo que nasceu em África e que depois foi trazido para Portugal (Ferreira, *et al.*, 2008, pp.467-468).

Por último, é provável ainda que o jovem tivesse lepra, na hora da sua morte. Pois, foram observadas algumas lesões patológicas, distribuídas pelo esqueleto, nomeadamente crânio e pés, consistentes com a doença, mas infelizmente não foi possível confirmar o diagnóstico (Ferreira, *et al.*, 2008, pp.468-470).

O que terá acontecido a este(a) desafortunado(a) adolescente? Como terá morrido? Terá sido um jovem escravo trazido para Portugal que não aguentou a dureza da viagem? Terá morrido da doença (lepra ou outra patologia com manifestações semelhantes)? O que terá acontecido para o seu corpo ter sido abandonado daquele modo, sem direito a qualquer ritual e de forma tão isolada? Terá sido largado no local por ser leproso? Para algumas destas perguntas, as respostas virão com novos estudos, incluindo a possibilidade de existir uma antiga gafaria próximo do local onde foi encontrado o PC-1. Infelizmente, não haverá respostas para tudo. De qualquer forma, este esqueleto já contou uma história: um jovem de origem africana e provavelmente leproso, morreu e foi enterrado sem quaisquer cuidados funerários, num local isolado junto da muralha de Lagos por volta do século XVI ou XVII (Ferreira *et al.*, 2008).

As informações não são interpretadas apenas pelos esqueletos individualmente, pois **cada colecção** representa geralmente uma amostra de uma população. Ou seja, cada uma das quais tem também histórias para contar. É esse o caso da colecção de S. Miguel de Odrinhas:

O estudo desta colecção revelou que se tratava de uma amostra<sup>28</sup> de uma população cristã que viveu em S. Miguel de Odrinhas durante os séculos X e XI. A similitude dos ossos sugere uma grande proximidade genética entre os seus elementos e, se assim for, deveria ser uma população muito fechada, que se cruzava bastante entre si. Os esqueletos

---

<sup>28</sup> A amostra estudada compreende 157 indivíduos, provenientes de 40 sepulturas.

pertenciam a indivíduos relativamente altos (a estatura média masculina é de 173,14 cm e a feminina de 158,06), o que indica um ambiente favorável durante o crescimento. Outra característica é a sua enorme robustez. No entanto, o mais curioso é a sua aparente saúde, isto é, quando se analisaram as patologias, detectaram-se sobretudo lesões associadas à longevidade como, por exemplo, a perda dentária ou a osteoartrose. Para além disso, esta população apresenta um índice de idosos (40%) superior a todas as séries medievais portuguesas com as quais se estabeleceu comparação. Destaca-se ainda a escassez de patologias infecciosas (Fernandes, 2008).

Estas conclusões colocam uma questão pertinente: como é que uma população que viveu há cerca de 1000 anos atrás, muito antes do uso de antibióticos, quase não apresenta vestígios de doenças infecciosas? Apesar de algumas hipóteses avançadas, a questão ainda está por esclarecer, tal como é constatado por Fernandes (2008, p.263):

*“Surpreendeu a quase inexistência de lesões infecciosas numa população medieval rural, para a qual seriam de esperar algumas zoonoses<sup>29</sup>. Este baixo número de lesões infecciosas observadas, quando cruzada com a longevidade dos adultos parece indicar que essa ausência não resultaria de uma fragilidade do sistema imunitário que conduziria à morte num curto período de tempo, sem que o tecido ósseo pudesse estar envolvido, mas antes sugere algum tipo, por agora desconhecido de imunidade o que sugere o interesse de futuras investigações nesta série medieval de S. Miguel de Odrinhas.”*

Os dois exemplos apresentados servem-nos também para recolocar a questão daquilo que se pode aprender através dos ossos, ou por outras palavras, a essência do próprio museu.

A exposição *“Written in Bone”* patente até Janeiro de 2013 no *Smithsonian National Museum of Natural History* (SNMNH) responde à questão, salientando que todos possuímos uma autêntica biografia nos nossos ossos. Pois estes vão registando o nosso percurso à medida que crescemos, vivemos e morremos. A “biografia” permanece no esqueleto durante muito tempo possibilitando-nos a “leitura” dos ossos e, desse modo, a conhecer a história de vida das pessoas de populações antigas. Acresce que, por vezes, é esta a única fonte existente para interpretar e aceder à sua história (SNMNH, 2012).

---

<sup>29</sup> As zoonoses são doenças infecciosas que se transmitem dos animais vertebrados ao homem e vice-versa.

Assim, enquanto na Antropologia Forense<sup>30</sup> se pretende, antes de mais, determinar a identidade de uma pessoa ou a causa da sua morte, já nas investigações arqueológicas, o material ósseo humano permite-nos ver a **história** através da vida de **peessoas “reais”** (SNMNH, 2012). De facto, muitas populações percorreram ou viveram no território português ao longo do tempo. Cada uma delas foi deixando o seu rasto genético e cultural. É nesse sentido que, no MBE poderíamos conhecer precisamente um pouco da vida das pessoas “reais”<sup>31</sup>, como exemplificámos atrás.

Outro aspecto que queremos pôr em relevo é o próprio processo da “leitura” dos ossos, o que nos conduz ao segundo eixo, a atitude museológica.

## 2º EIXO - A ATITUDE DO MUSEU

Em primeiro lugar, o museu é concebido para as pessoas em geral, procurando distinguir-se de museus concebidos essencialmente “para os pares”. Será assim um museu sobre pessoas para pessoas.

Em segundo lugar, situa-se no domínio de uma museologia científica moderna que combina as colecções museológicas com uma abordagem interactiva com os visitantes. Pelo que passamos a explicar: de acordo com Van Praët, Mota, Byrne e Pita (2007, pp.20-21), o conceito de museologia científica que se desenvolveu na segunda metade do século XX tinha como ambição promover a ciência na sociedade e, simultaneamente, incentivar os jovens a seguir o caminho da ciência. Alguns exemplos de empreendimentos incutidos nesse conceito são o *Exploratorium* de S. Francisco (EUA), *La Caixa* em Barcelona (Espanha) ou, mais tarde, o Pavilhão do Conhecimento em Lisboa. Durante esse período, ocorreu uma secundarização das colecções dos museus de ciência. Só a partir da década de 90, aparece uma nova museologia científica que procura mostrar a ciência no seu próprio processo de produção “tal qual se faz”, mas enaltecendo o contacto com o autêntico e as emoções por ele geradas, através das colecções dos museus. Já no século XXI, houve várias iniciativas internacionais no

<sup>30</sup> A Antropologia Forense aplica os conhecimentos e técnicas da Antropologia Física aos problemas médico-legais, através do estudo de vestígios ósseos e dos tecidos moles. Os antropólogos forenses trabalham geralmente integrados em equipas interdisciplinares especializadas em ciências forenses (Ubelaker, 2004, p.37). Para além de ter um papel decisivo para a identificação, o antropólogo forense assiste o patologista na avaliação da causa e da circunstância da morte (Cunha e Pinheiro, 2006, p.224).

<sup>31</sup> Numa perspectiva próxima do conceito do *The People's Story Museum* de Edimburgo que explora a vida do cidadão comum de Edimburgo apresentado na página web (*The City of Edinburgh*, 2012a).

sentido da valorização do património cultural universitário<sup>32</sup> e é neste contexto que se desenvolve a apresentação humanizada da ciência e da tecnologia.

Obtém-se, por conseguinte, uma combinação entre a interpretação dos objectos expostos e a interactividade proporcionada aos visitantes. O Museu da Ciência da Universidade de Coimbra é um exemplo desta museologia científica contemporânea em Portugal. Efectivamente, desde a década de 90 tem-se vindo a desenvolver, apoiado nas colecções e no próprio espaço arquitectónico (designado por “espírito do lugar”) e, paralelamente, criando novas ofertas culturais (Van Praët, Mota, Byrne e Pita, 2007, pp.20-21).

No caso do projecto do MBE, pretendemos implementar o idêntico conceito de museologia científica contemporânea. Dentro deste âmbito, procuraremos ainda transmitir características da ciência conotadas geralmente como negativas, mas que são valores imprescindíveis para que haja produção científica: os resultados falhados e a frustração associada, o erro, a dúvida, a persistência e a controvérsia.

Em terceiro lugar, outro contributo preponderante para a atitude e identidade do museu consiste nos “olhares cruzados” sobre o objecto. Ou, por outras palavras, corresponde à interdisciplinaridade subjacente à principal área disciplinar que estuda o acervo – a Bioarqueologia.

Com efeito, uma das características mais relevantes da Bioarqueologia reside no facto de ser uma área de fronteira entre diversos campos disciplinares. Na realidade, é uma

---

<sup>32</sup> Dentro desse âmbito, em 2000 foi criado o UMAC - Comité Internacional para colecções e museus universitários do ICOM, durante a ICOM *Triennial Conference in Barcelona* (Espanha).

O UMAC proporciona um fórum para todos aqueles que trabalham ou estão associados a museus, galerias ou colecções universitários (incluindo herbários e jardins botânicos). O UMAC preocupa-se com o papel das colecções de instituições de educação superior e as comunidades que elas servem. O objectivo é proteger o património ao cuidado das universidades (ICOM, 2012).

A partir desta iniciativa, foram publicados vários documentos, nomeadamente: *University museums in the United Kingdom. A national resource for the 21st century Scientific Collections: Mission-Critical Infrastructure for Federal Science Agencies - University Museums Group* (2004); *Opening doors to learning. University museums for 21st century Scotland - University Museums in Scotland* (2004); *Recommendation Rec(2005)13 of the Committee of Ministers to member states on the governance and management of university heritage - Working Group on Scientific Collections (IWGSC)* (2008); *Declaration de Salamanca sobre el Patrimonio historico-cultural de las universidades - Reunion in Salamanca* (2008); *En el marco del I encuentro Museos Universitarios del Merco sur - Carta de Intencion de los Museos Universitarios de Argentina* (2010); *In frame of the first meeting of the University Museums of the Mercosur - Note of intention of the University Museums of Argentina* (2010); *Recommendations on Scientific Collections as Research Infrastructures - German Research Council* (2011).



disciplina que segue a cultura das ciências naturais mas que, simultaneamente, se cruza com a arqueologia, a história e ainda com a medicina (figura 24). Este perfil fronteiriço será um dos traços identitários do Museu que preconizamos, onde serão sempre explorados os aspectos transdisciplinares e interdisciplinares associados.

Aliás, os temas fundamentais abordados ilustram bem a diversidade e cruzamento de disciplinas: a osteologia humana e a anatomia comparada, a evolução humana, a paleopatologia, os rituais funerários, e ainda a história – e a pré-história – do quotidiano das populações, com especial relevo para o que ocorre em território português.<sup>33</sup>

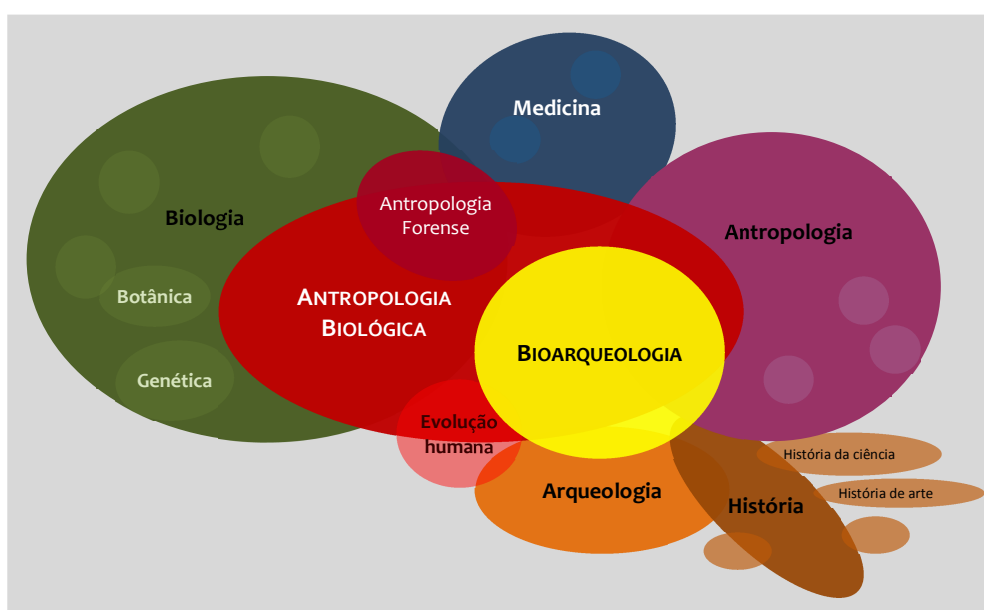


Figura 24. Diagrama da interacção entre a Bioarqueologia e outras disciplinas.

#### PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Um museu necessita de ter princípios que o regem. Por conseguinte, enunciamos os valores fundamentais para este caso, tendo em consideração que estes deverão manifestar a identidade do museu e sustentar a sua integridade a longo do tempo.

O museu tenderá a servir a comunidade local de uma forma gradual e consistente. Por outro lado, o seu carácter científico exige um compromisso com a comunidade

<sup>33</sup> É de notar que apesar da Antropologia Forense não estar incluída na Bioarqueologia, deverá ser contemplada no museu, principalmente no âmbito de exposições temporárias e outras actividades para o público. Por um lado, por ser uma área disciplinar com objectivos e metodologias muito semelhantes à Bioarqueologia e, por outro, por ser uma área extremamente cativante para o público. Por outras palavras, é possível utilizar a Antropologia Forense para explicar certos aspectos da Bioarqueologia de uma forma diferente e empática.

académica e científica, impõe a divulgação do conhecimento produzido, bem como rigor científico nas formas de comunicação – quer sejam exposições, catálogos, outras publicações ou palestras. Por se tratar de um museu dirigido para usufruto de toda a sociedade, dar-se-á um especial relevo à política inclusiva.

Seguindo as recomendações do código deontológico do ICOM, nomeadamente dos pontos 2.5, 3.7, 4.3 e 4.4 (ICOM, 2009), o museu terá em consideração a susceptibilidade do seu acervo para algumas pessoas, procurando respeitar a dignidade humana dos povos e diversidade das suas culturas. Serão tomadas precauções nas várias funções do museu e o discurso museológico terá uma abordagem simultaneamente científica e sensível em relação à exposição dos materiais ósseos humanos, em particular.

#### **MISSÃO, VOCAÇÃO E OBJECTIVOS DO MUSEU**

A **missão** do Museu de Bioarqueologia de Évora é investigar, preservar, interpretar e divulgar o acervo osteológico. Deverá contribuir para a dinamização, desenvolvimento, disseminação e valorização da Bioarqueologia em Portugal. Deverá também promover e valorizar a região, com uma abordagem singular, narrando histórias através dos ossos das pessoas que aí viveram. Idealmente, o que desejamos atingir ao cumprir a missão é que o museu se torne um Centro de Discussão da Relação do Homem com o Meio onde se insere do ponto de vista interdisciplinar (biologia, história, antropologia, ecologia, psicologia, sociologia, arquitectura e outras) a partir das colecções, da sua documentação e das exposições.

A **vocação** do museu é essencialmente científica, quer na vertente da divulgação e promoção, quer na dimensão da investigação. Por outras palavras, o museu estará vocacionado para interpretar e comunicar à sociedade o significado do acervo e outros conhecimentos relacionados, através de perspectivas transdisciplinares. Para esse efeito, terá também como vocação o estudo nas áreas de Bioarqueologia e afins a partir das colecções – material osteológico proveniente de populações humanas antigas em território português.

Tencionamos, assim, projectar a cidade de Évora com uma perspectiva ousada de fusão entre a ciência e a cidade, promovendo, deste modo, uma relação de proximidade, de respeito e de transparência entre a comunidade local e a comunidade científica.

Nesta fase não serão definidos **objectivos gerais**. Apesar da sua indispensabilidade, nesta fase primordial do projecto não é possível prever o que vai existir, o que vai faltar e quais as prioridades do museu no período de instalação. Por esse motivo, deixamos essa tarefa para quando estiver garantida a sustentabilidade do museu como um todo. Em vez disso, definiremos os objectivos e prioridades da estratégia escolhida (no subcapítulo 3.6. ESTRATÉGIAS DE UM PERCURSO).

### 3.2. PÚBLICOS

A ideia do museu de bioarqueologia surge precisamente a partir da necessidade de partilhar uma realidade com o resto da sociedade. Importa agora aferir quem poderá interessar-se por essa realidade e como poderemos direccionar a mensagem.

Presumimos, como ponto de partida, que o perfil de um museu de ciência, como aquele que estamos a delinear, atrai desde logo dois tipos de público: comunidade académica/científica e comunidade escolar. Aliás, segundo vários estudos de público, a maioria dos visitantes naturais de um museu partilham com a equipa de curadoria a origem social, educação, idade e interesses (O'Neil, M., 1991, pp.19-20). Assim, e como a Reserva tem um papel fundamental para a investigação, é naturalmente esperado que uma parte do público seja constituída por estudantes e investigadores (nacionais e estrangeiros). As escolas surgem na extensão deste perfil.

Porém, um museu não deve limitar-se ao seu público natural. De facto, um espaço museológico pode escolher ter uma personalidade diferente através de uma política de comunicação pensada nesse sentido (O'Neil, 1991, pp.19-20). Neste caso, pretendemos que o museu envolva a comunidade local, pois, entre outras coisas, tem um carácter identitário da região a explorar.

Por último, consideramos que o acervo e a dinâmica que vai gerar em seu redor, tornam o museu atraente e estimulante para um público mais vasto que as comunidades mencionadas.

No entanto, será através de análise de mercado e, mais tarde, de estudos de público que poderemos conhecer objectivamente para quem o museu pode ser mais apelativo e o que deveremos fazer para atrair outros públicos. É de salientar também o facto de este ser um parâmetro dinâmico onde se prevêem flutuações com o tempo.

Seguidamente, iremos desenvolver cada um dos parâmetros mencionados.

#### ANÁLISE DE MERCADO (POTENCIAIS VISITANTES)

Quando Sellers (2001, pp.39-40) apresenta a análise de mercado em museus, salienta a importância da partilha de estatísticas e estudos de público com outros museus da mesma região. Simultaneamente, constata a vantagem de cada um manter os seus próprios registos, porque ajudam a prever a resposta do público numa exposição que queiramos desenvolver. Por esse motivo, durante o projecto teremos a preocupação de propor estudos de público e partilha de estatísticas a outros museus da região de Évora (em particular com o Museu de Évora). Já dos nossos próprios registos destacamos, das variáveis que devem constar, a variação sazonal e a demografia.

É, pois, da maior relevância conhecermos os padrões de sazonalidade para calendarizar as exposições. Sabemos que em Évora a sazonalidade é um parâmetro importante no turismo. Com efeito, entre 2007 e 2008 a Câmara Municipal de Évora (CME) elaborou um estudo sobre o perfil do turista da cidade onde destaca uma grande variação entre a época alta e época baixa, Agosto de 2007 (41.389 turistas) e Janeiro de 2008 (3.912 turistas), respectivamente (CME, 2008). A demografia constitui outro dado informativo a registar, porém, segundo Sellers (2001, pp.40-41), não deveremos utilizá-la com a finalidade de fraccionar as actividades e as estratégias de comunicação conforme os segmentos de público.

Sellers (2001, p.39) esclarece ainda alguns números gerais sobre visitantes, nomeadamente haver, por norma, mais mulheres do que homens a visitar os museus; ou grande parte dos utentes ter mais de 40 anos; ou mais de 75% dos visitantes terem educação superior<sup>34</sup>. Estes valores irão servir de referência mas devem ser confrontados com dados turísticos da região de Évora e estudos de público de museus da região.

Os estudos de mercado têm ainda outra utilidade: facilitar a obtenção de patrocínios. Pois, como constata Sellers (2001, p.42), pode ser muito interessante para as empresas ou outras entidades conhecerem o perfil dos visitantes antecipadamente. Assim, por esta ordem de razões, os estudos de mercado serão realizados inicialmente para a exposição

---

<sup>34</sup> Números de visitantes adultos.

itinerante, para as várias exposições e actividades previstas nas diferentes etapas estratégicas, e depois para o próprio museu.

#### ESTUDOS DE PÚBLICO (VISITANTES REAIS)

Ao contrário dos estudos de mercado, os estudos de público utilizam visitantes reais. No caso deste projecto, temos a vantagem de iniciar os estudos de público antes do MBE, propriamente dito, ser criado. Ou seja, tencionamos realizar avaliações já na exposição itinerante e nas outras fases que antecedem a instalação do museu. Depois, os estudos devem prosseguir durante a fase inicial e terem continuidade durante a manutenção do museu. Propomos, inclusivamente, que sejam efectuados registos básicos na bilheteira – de preferência através de *software* adequado – e estudos regulares mais aprofundados, por exemplo, através de colaboração académica.

A partir do que iremos aprender com os estudos de público, ficaremos mais habilitados para criar exposições que associem a investigação de curadoria com o conhecimento e experiências dos visitantes, de modo a que as exposições comuniquem mais eficazmente e com maior significado. May (2001, p.33) entende que esta convergência tem o propósito da exposição não ser apenas baseada na investigação (*research-based*) do museu nem exclusivamente conduzida pelo *marketing* (*market-driven*), mas sim responder à audiência (*audience-responsive*), que é o que pretendemos para as exposições e outras actividades que iremos realizar.

#### COMUNIDADE ACADÉMICA E CIENTÍFICA

As exposições podem ser de grande interesse para os docentes e alunos da universidade de Évora e servir como um excelente “cartão-de-visita” para investigadores externos. Contudo, a componente mais dirigida à comunidade académica e científica é a Reserva Osteológica. Aliás, será a dinâmica entre esta comunidade e a reserva que irá conduzir à produção de publicações e a uma programação de actividades associadas (*e.g.* conferências, debates, congressos, cursos).

Outra questão a ter em atenção é o envolvimento de elementos desta comunidade na programação de exposições, pois segundo May (2001, pp.32-33), há situações onde a

integração de alguns membros de *stakeholders*<sup>35</sup> na equipa é vantajosa. Neste caso, os contactos não devem ser limitados a um grupo de antropólogos, mas deverão ser alargados a outros *stakeholders* da universidade e da cidade (*e.g.* arqueólogos, historiadores, médicos).

#### COMUNIDADE ESCOLAR

O perfil do MBE será apelativo para um público escolar por permitir enquadrar uma formação informal na sua actividade curricular, possibilitando aos alunos visualizar e compreender perspectivas dos conteúdos de um modo que não encontram na sala de aula. Por outro lado, é um público interessante para o museu porque é regular, com uma calendarização previsível permitindo, dessa forma, organizar uma panóplia de actividades adequadas às diferentes fases do ano lectivo.

A política do museu dirigida a esta comunidade será realizada essencialmente como prolongamento natural das políticas para a comunidade académica, assumindo o papel de sensibilização e motivação das camadas mais jovens. O esforço maior será realizado na concepção da programação expositiva e de outras actividades. Para tal, julgamos ser importante desenvolver uma colaboração com a Agência Ciência Viva - Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica, dado o perfil desta entidade, cuja missão é promover a cultura científica e tecnológica da população portuguesa, em geral, e dos mais novos em particular.

Sugerimos ainda, que esta linha dirigida para faixas etárias mais jovens não seja demasiado restrita às escolas. Por outras palavras, as exposições e outras actividades devem ser acessíveis e atractivas para os mais novos, também fora do horário escolar.

#### COMUNIDADE EBORENSE

Um aspecto que merece igualmente referência é a preocupação de conceber as actividades (incluindo exposições) de forma interessante e apelativa para os habitantes da região de Évora.

---

<sup>35</sup> Os *stakeholders* são grupos de pessoas que têm um especial interesse ou especial conhecimento sobre os conteúdos da exposição (May, 2001).

Primeiro, pelas razões que originaram a ideia do museu. Ou seja, as colecções provenientes da região explicam aspectos desses mesmos lugares, tendo assim um carácter identitário. A própria investigação e outras actividades relacionadas com o acervo ocorrem em Évora, logo faz todo o sentido dar um destaque especial a esta cidade e à região envolvente.

Em segundo lugar, e relacionado com o primeiro, há a necessidade de explicar as várias intervenções arqueológicas à população. Isto porque, apesar das mais-valias para o conhecimento, as escavações perturbam igualmente o quotidiano dos cidadãos. As áreas de exposição serão pensadas para que este público possa conhecer uma parte importante da sua própria história, mas que possa, simultaneamente, conhecer e usufruir das razões que justificam esse transtorno.

Tivemos ainda em consideração a argumentação de Silberberg (1991, pp.62-63) que defende uma atenção especial dada ao mercado de residentes. Efectivamente, os residentes são mais provavelmente visitantes regulares, voluntários ou membros do museu. O autor (1991, pp.62-63) começa por realçar que geralmente o mercado dos residentes é negligenciado embora seja um público-alvo que está facilmente disponível. Por estes motivos, é necessário dar atenção a certos estímulos que aumentam o número de visitantes residentes, como: a visita de amigos e familiares, o desejo dos pais de passarem “tempo de qualidade com os filhos” ou um evento/exposição especial com tempo limitado (Silberberg, 1991, pp.62-63).

É por isso importante não só programar exposições e outras actividades que visam esta comunidade, mas também envolvê-la nessa mesma programação. Por exemplo, uma exposição que apresente uma narrativa baseada em esqueletos provenientes da região de Évora é uma excelente oportunidade para dar início ao processo de envolvimento da comunidade. Aliás, algumas patologias muito frequentes na Colecção Identificada (Século XX) podem estar representadas em fotografias na posse de elementos deste grupo.

Há outras formas de participação que deverão ser desenvolvidas como o trabalho voluntário ou o acolhimento de ideias/projectos novos da iniciativa de elementos da comunidade. Obviamente, estas formas de participação também se aplicam a pessoas da Universidade ou das escolas.

## POLITICA INCLUSIVA

Queremos também explorar outros perfis de público como, por exemplo, os turistas portugueses e estrangeiros que se deslocam a Évora, Cidade Património Cultural da Humanidade. Na tabela 3, apresentamos os resultados mais relevantes de um estudo já mencionado anteriormente, o estudo do Perfil do Turista da cidade de Évora, elaborado entre 2007 e 2008 pelo Departamento de Desenvolvimento Económico da Câmara Municipal de Évora (CME, 2008). O estudo permite-nos aferir um perfil do turista da cidade e perceber que é um público relativamente fácil de atrair, pois comparando este estudo com os valores fornecidos por Sellers (2001, p.39) mencionado atrás, a faixa etária e as habilitações académicas estão de acordo com um perfil de visitante de museu. E, para reforçar esta ideia, verificamos que há uma insatisfação com os espaços museológicos e eventos culturais, indicando uma vontade dos turistas de usufruir de maior oferta cultural.

**Tabela 3.** Resultados em destaque do estudo do Perfil do Turista da cidade de Évora de 2007/2008.

Género	Feminino	52,8%
	Masculino	47,2%
Idade média	40 e 49 anos	26%
Habilitações académicas	Ensino superior	73,2%
Actividade Profissional	Activo	69,6%
	Trabalhador por conta de outrem	50,3%
Nacionalidade	Europeus	72,9%
Mercado emissor	Nacional	23,9%
	Espanhol	13,3%
País de residência	Portugal	25,4%
Proveniência	Algarve	18,8%
	Lisboa	15,7%
Obtenção de informação turística sobre Évora	Internet	65,3%
	Recomendação de familiares e amigos	43,6%
Média da estadia	2 dias	62,8%
Motivos da visita	Património arquitectónico classificado	61%
	Gastronomia tradicional	29%
Meio de transporte	Veículo próprio	51,4%
	“Automóvel de aluguer”	33,6%
Elementos de avaliação que revelaram valores relativamente baixos no que respeita ao grau de satisfação	Acessibilidades ao Centro Histórico de Évora Sinalização turística Espaços museológicos Eventos culturais	

No entanto, é preciso que a oferta corresponda efectivamente às expectativas desses potenciais visitantes. Aliás, tal como afirma O’Neil (1991, p.28), consideramos que se o plano museológico não oferecer um real acesso físico, intelectual, linguístico e emocional para a



maioria das pessoas, então não tem significado. É também por esse motivo que a política inclusiva faz parte dos principais valores do projecto.

Assim, para facilitar a implementação da política inclusiva, seguiremos o conceito de acesso público de Spencer (1991, pp.71-74) que distingue o acesso físico do intelectual. Com efeito, segundo o autor (1991, pp.71-74), o acesso físico tem implicações em áreas como o exterior do museu, orientação interior, horas de abertura, acesso sem obstáculos, tipos de exposição etc. É uma dimensão da maior relevância que será discutida em 3.4. ARQUITECTURA E ACESSIBILIDADE, neste capítulo.

O acesso intelectual, pelo seu lado, refere-se, conforme Spencer (1991, pp.71-74), à forma como as colecções são interpretadas e como são tornadas inteligíveis para os visitantes. Embora estas preocupações sejam abordadas transversalmente em todo o trabalho, será dada uma especial relevância ao assunto em INTERPRETAÇÃO E EXPOSIÇÃO, no próximo subcapítulo.

### **3.3. FUNÇÕES MUSEOLÓGICAS**

Iremos agora desenvolver o que julgamos dever ser incluído em cada função museológica, definindo ideias abrangentes e propondo soluções para questões em concreto.

#### **INVESTIGAÇÃO**

A investigação sobre o acervo é já uma realidade. No entanto, precisamos de definir o que se alteraria com a implementação de um museu.

Devemos decidir se a função de investigação será exercida pelo próprio LAB ou se será realizada por um coordenador (poderá pertencer ao LAB). Este faria a interligação da actividade do LAB com o museu e passaria a gerir o estudo das colecções realizado por elementos externos ao museu. A decisão deverá ser tomada também consoante a organização institucional e tutelar do próprio museu.

Independentemente da decisão, é essencial haver um ponto de encontro entre os estudos realizados pelo LAB e a missão do museu, tal como ressalva Barry Lord (2001a, p.29): a política de investigação deve estabelecer o compromisso do museu de modo a garantir que o tempo, o dinheiro, o pessoal e a logística que vão ser dedicados a esta função museológica estão de acordo com a missão do Museu.

Em princípio, a segunda opção – um coordenador que faz a ligação entre o LAB e o Museu - é a mais adequada. Efectivamente, na política definida por Barry Lord (2001a, p.30), a função de investigação abrange todos os estudos possíveis de fazer num museu - estudos de mercado, de educação, de curadoria, de conservação, etc. - e não apenas aqueles que se incluem na área disciplinar. Todos os estudos seriam, assim, organizados em planos individuais e, depois, integrados num plano de investigação global da instituição. Nesta estratégia programática, que também defendemos, o coordenador tem um papel fundamental na gestão de toda a investigação realizada.

### INCORPORAÇÃO

A política de incorporação vai afectar, quer o parâmetro da dimensão das instalações, quer a sua organização. É, pois, importante discuti-la. Isto é, deveremos decidir se mantemos a política instituída no LAB, sem restrições, incorporando todo material osteológico humano proveniente das escavações realizadas ou se é recomendável alterá-la.

Ora, uma vez que o material osteológico é proveniente de escavações arqueológicas e, por esse motivo, considerado património nacional (Lei nº 107/2001, artigo 74º - 1), a responsabilidade sobre ele é do IGESPAR (actual Direcção Geral do Património Cultural). Assim, cumpre a esta entidade propor o local definitivo de depósito à tutela, após o estudo do material (Decreto-Lei nº270/99, artigo 16º - 3, 5 e 6). Como já referimos, pretendemos que esse local definitivo seja a Reserva Osteológica do Sul. Não deverá haver impedimentos, uma vez que foi o próprio IGESPAR a propor a solução da reserva osteológica à Universidade de Évora. Aliás, existe uma grande dificuldade em encontrar espaços adequados e disponíveis para depositar todo o material osteológico exumado no decorrer das escavações arqueológicas. A reserva seria então uma forma de solucionar em parte este problema no sul do país.

Assim, a política de incorporação não poderá ser realizada apenas em função dos destinatários do museu, devido ao compromisso com o IGESPAR. A reserva terá que incorporar todo o material proveniente das escavações, não podendo haver selecção dirigida no sentido dos interesses museológicos. Essa será então uma limitação do MBE.

Outra questão que importa esclarecer é a origem das colecções. À partida, pretendemos que a reserva venha a receber o material oriundo do Sul de Portugal. No

entanto, houve e haverá escavações realizadas pelo LAB fora desse território. Desta forma, a reserva será predominantemente (e não estritamente) constituída por materiais do Sul de Portugal.

Não podemos esquecer ainda que, com o desenvolvimento das exposições, irão surgir colecções de outras naturezas, como as réplicas e modelos ou mesmo instrumentos científicos<sup>36</sup>. Estas novas colecções também deverão ser contempladas, não só em termos de espaço mas também de organização, registo e documentação.

Por conseguinte, a maior dificuldade a resolver na política de incorporação será seguramente o crescimento do acervo a longo prazo. Efectivamente, apesar do problema do material osteológico não ser tão grave como o de outros materiais arqueológicos - pois não aparecem em tão grande quantidade – ele existe e tem de ser solucionado. Acresce ainda à incorporação contínua do material osteológico, a incorporação de colecções de outras tipologias, como já mencionámos.

Por esta ordem de razões, em 3.4 ARQUITECTURA E ACESSIBILIDADE, apontaremos algumas formas de solucionar as questões aqui levantadas.

### CONSERVAÇÃO

Tal como acontece no domínio da investigação, já existem alguns procedimentos de conservação no LAB, contudo, não são suficientes para manter a integridade do acervo. O que é preciso alterar?

A conservação do material será uma das principais funções da Reserva Osteológica do Sul. Com efeito, é preciso garantir, em primeiro lugar, que os devidos procedimentos preventivos sejam contemplados. Assim, esta função museológica deverá incluir um programa de conservação preventiva e também projectos de intervenção directa para os casos de emergência. O programa deve definir então a gestão e práticas de todo o processo de conservação e armazenamento das colecções (Lessa, 2011, p.5).

A conservação de acervo osteológico, tal como noutras colecções arqueológicas, tem certas peculiaridades que as distingue de outras colecções: a alimentação contínua do

---

<sup>36</sup> O surgimento das colecções de naturezas não osteológicas é um assunto que será mais desenvolvido no CAPÍTULO 4. PROGRAMA DE UMA EXPOSIÇÃO ITINERANTE.

acervo através das escavações arqueológicas e o manuseamento constante decorrente do seu estudo são algumas das características que exigem cuidados ajustados ao seu perfil (Lessa, 2011, p.5). Outra especificidade do acervo esquelético humano é, enquanto material orgânico, ser higroscópico (absorve facilmente a humidade) (Souza, 2008 *citado em* Lessa, 2011, p.5). Por essa razão e de acordo com Lessa (2011, p.5), as principais ameaças são a humidade e os ataques biológicos, bem como as alterações de humidade e temperatura que provocam fissuras na sua macro e microestrutura. A luz é outro factor que também pode ajudar à degradação.

Propomos assim a aplicação da metodologia sugerida por Lessa (2011), que é uma adaptação das medidas preconizadas por Neves (1988 *citado em* Lessa, 2011, p.6) com os devidos ajustamentos ao caso em concreto. No LAB já se praticam alguns procedimentos incluídos na metodologia referida e agora deveremos completar com os restantes, como descrevemos no ANEXO 1.

#### SISTEMA DE DOCUMENTAÇÃO

O sistema de documentação é uma prioridade porque é uma forma de salvaguardar a informação e, simultaneamente, de facilitar o acesso às colecções propriamente ditas e ainda à documentação associada.

Segundo *Ministerio da Cultura* de Espanha (2006) os processos de documentação no museu são trabalhos que se executam de forma sequenciada, que se aplicam aos objectos da colecção, aos próprios documentos e também à sua gestão. Esta sequência geralmente inclui: identificação, ordenação, catalogação, documentação gráfica, documentação de processos de restauro ou de movimento das colecções e recuperação e difusão da informação. A partir das recomendações atrás mencionadas, elaborámos uma proposta para o sistema de documentação, apresentada no ANEXO 4.

Do sistema de documentação proposto, salientamos a componente da catalogação, que discutiremos de seguida por colocar em evidência uma questão pertinente: a ausência de *software* adequado a colecções de natureza osteológica humana.

Para definir um sistema informático apropriado às colecções osteológicas da Universidade de Évora fizemos uma pesquisa das bases de dados usadas em colecções semelhantes. Isto é, inquiriram-se alguns departamentos dos seguintes museus: *National*

*Museum of Natural History* de Londres, Museu Nacional de História Natural de Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia e Museu de Antropologia [pertence ao Museu de Ciência] da Universidade de Coimbra (ANEXO 5).

A pesquisa realizada confirmou a lacuna nas bases de dados de colecções na área da bioarqueologia, tendo-se verificado que nas entidades inquiridas onde existem colecções osteológicas humanas, não há nenhum sistema de documentação informatizado que se aplique a esta tipologia de objectos<sup>37</sup>. Inclusivamente, ao analisar as bases de dados que se usam nessas instituições, percebemos a impossibilidade de adaptar alguns campos a esta realidade. O próprio interesse manifestado por certos museus para encontrar soluções demonstra esse mesmo vazio.

Uma razão que pode explicar a lacuna detectada é o facto das colecções osteológicas humanas se encontrarem na fronteira entre as colecções arqueológicas e as naturais, não se ajustando completamente a nenhum dos modelos. Por esse motivo, é também importante que o programa escolhido seja compatível com bases de dados comumente usadas nestes dois tipos de colecção.

Numa fase posterior a esta análise, pudemos apurar que na empresa Sistemas de Futuro<sup>38</sup> estão a desenvolver um novo sistema precisamente dedicado às colecções osteológicas, designado por *Inanthropos*<sup>39</sup> (figura 25) que poderá apresentar uma resposta para o problema. É um sistema que tem ainda a vantagem de poder funcionar de forma integrada com os outros já existentes (como o *inarte* ou o *innatura*).

Também tem algumas desvantagens como, por exemplo, o facto de implicar um investimento grande. Apesar disso, cumpre os parâmetros que a colecção exige, adequando-se às suas necessidades actuais, às da investigação e às necessidades futuras do museu. E, embora o sistema ainda não esteja concluído, estará acessível muito em breve.

<sup>37</sup> Informações confirmadas por Dr.ª Andreia Salvador (curadora do *National Museum of Natural History* de Londres), Dr. Hugo Cardoso (departamento de Antropologia Biológica do Museu Nacional de História Natural em Lisboa, em 2011) e Dr. Luís Raposo (director do Museu Nacional de Arqueologia, em 2011).

<sup>38</sup> Sistemas do Futuro é uma empresa vocacionada para a aplicação de novas tecnologias da informação na Gestão do Património Cultural, Natural e Imaterial. Foi fundada em 1996 e, entre os vários projectos desenvolvidos, é responsável pela criação e manutenção das bases de dados do Museu da Ciência.

<sup>39</sup> O sistema *Inanthropos* está a ser desenvolvido em colaboração com o doutoramento de Cristina Cruz da Universidade de Coimbra.

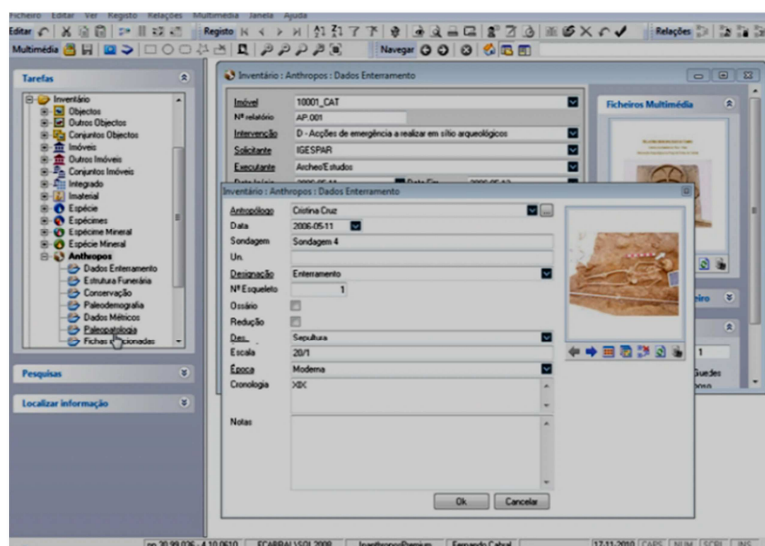


Figura 25. Aspecto da base de dados *Inanthropos Premium*, Gestão de Coleções de Osteologia (2011).

## COMUNICAÇÃO E DIFUSÃO

A função museológica da Comunicação e Difusão visa conjugar todos os meios de comunicação do museu para o público, incluindo as exposições, actividades, publicações, sítio da internet, e outros meios de divulgação.

Dada a sua relevância, a componente das exposições, bem como a componente de outros programas para o público são desenvolvidas em separado neste projecto. Por conseguinte, todos os outros aspectos da comunicação deverão ter uma abordagem conjunta e ser coordenados por um elemento da equipa do MBE. Esse coordenador será responsável pela comunicação interna e divulgação do museu e deverá actuar a partir de 3 suportes fundamentais: a cultura interna, o “sistema de documentação” e o *website*.

A **cultura interna** do museu deve preconizar a transparência e transmissão de informação entre os vários elementos da instituição, quer sejam da mesma equipa, quer sejam de equipas diferentes. Aliás, deverão ser estipuladas reuniões regulares com toda a equipa do MBE, incluindo seguranças e empregados de limpeza<sup>40</sup>.

Existem ainda ferramentas informáticas que podem contribuir para assegurar a qualidade a comunicação. É possível, por exemplo, potenciar o **sistema de documentação**

<sup>40</sup> As reuniões gerais têm o intuito de promover o debate, esclarecer e informar toda a equipa sobre assuntos e actividades do museu. Devem ser distintas das reuniões técnicas que se debruçam sobre assuntos muito específicos.

para servir como instrumento de gestão. Isto é, podemos incluir informação no sistema de modo a ser usado por várias funções desde a documentação, às exposições, passando pela gestão e contabilidade. Esta ferramenta, se for actualizada com regularidade, permite difundir facilmente a informação pelas diversas equipas do museu. E, consequentemente, vai permitir transferir a informação para o *website*, fazer orçamentos, organizar uma actividade, entre muitas outras.

A forma de comunicar internamente ir-se-á reflectir na comunicação com exterior, pois todo o museu terá a capacidade de difundir as suas mensagens principais e prestar esclarecimentos. A comunicação externa parte assim do mesmo princípio, como demonstramos a partir do exemplo mencionado por Barry Lord (2001b, p.28). Neste caso, o *Australian Museum* tem uma caixa de sugestões para exposições que não é apenas usada pelos visitantes directamente mas por todo o pessoal do museu. Aliás, a equipa do museu pode colocar as suas próprias ideias e também servir de veículo das ideias dos visitantes, principalmente aqueles que têm mais contacto com o público, como sejam os guias ou seguranças.

O ***website*** deverá ser uma ferramenta bem explorada pois pode ser usada, não só para divulgação, como uma extensão virtual do espaço do museu. Realçamos ainda quatro questões que deverão estar presentes no *website*:

- (i) A apresentação do museu. Deve esclarecer o visitante sobre a vocação e a missão do museu, bem como os discursos museológicos das exposições.
- (ii) A EQUIPA. É importante saber quem são os responsáveis das diferentes funções do museu. E, sempre que possível, acompanhar o nome com o contacto electrónico<sup>41</sup>.
- (iii) O *website* da internet deve ser acessível também ao maior número de pessoas.
- (iv) Acesso a conteúdos relacionados com as colecções ou área disciplinar e às bases de dados.

#### INTERPRETAÇÃO E EXPOSIÇÃO

Embora a interpretação das colecções se reflecta de diversas formas – palestras, congressos, cursos, publicações, actividades variadas para diferentes idades e interesses – a exposição é o meio de expressão que mais irá sobressair no museu.

---

<sup>41</sup> O modelo de referência é a página *Web* de *Edinburgh Museums and Galleries* da autoria de *The City of Edinburgh Council* (2012b), onde aparecem as pessoas da equipa e as suas respostas a 3 ou 4 perguntas sobre o seu trabalho.

Assim, iremos criar um programa *audience-responsive*<sup>42</sup> constituído por uma exposição de longa duração e uma programação de exposições temporárias – algumas das quais itinerantes.

Para tal, a tipologia expositiva predominante no MBE será a exposição explicitamente interpretativa. Assim, cada uma delas terá uma mensagem que será claramente comunicada ao visitante. Para além disso, será sempre muito bem explicada a razão que levou a seleccionar os objectos que estão expostos.

Naturalmente, a missão e os valores fundamentais do museu terão de estar sempre reflectidos nas exposições do museu. Este aspecto será mais acentuado e explícito na exposição de longa duração e, embora possa estar mais atenuado nalgumas exposições temporárias, tem de estar presente.

- **Exposição de longa duração**

A exposição de longa duração (terminologia que preferimos por acentuar a renovação parcial que com alguma frequência deverá ir tendo) é, como habitualmente, a peça central do futuro museu.

Para ser bem sucedida, é necessário cumprir determinados requisitos que são muito heterogéneos entre si. Ou seja, é preciso apresentar o acervo de modo a ter significado e narrativa, ter sentido estético e assegurar as condições de preservação dos bens. Simultaneamente, tem de ser interessante e apelativa para o público, no seu todo. Por conseguinte, tem de haver uma coordenação efectiva desses mesmos objectivos.

Nesta exposição será colocado em prática um dos modelos sugeridos por Barry Lord (2001c, p.264), que recomenda a selecção de um número de bens reduzido, mas com exemplares representativos do acervo. Este modelo tem a finalidade de dar mais espaço à interpretação do que é exposto. No CAPÍTULO 4, desenvolvemos uma proposta de exposição itinerante orientada neste sentido. Ou seja, terá os mesmos valores e conceitos, e será concebida de modo a facilmente se converter, mais tarde, na exposição de longa duração.

---

<sup>42</sup> *Audience-responsive* é um termo que já definimos atrás e que é o conceito utilizado por May (2001, p.33) para uma exposição que não é nem exclusivamente baseada na investigação (*research-based*) do museu nem exclusivamente conduzida pelo *marketing* (*market-driven*), mas que se pretende que responda à audiência (*audience-responsive*).



- **Exposições temporárias**

Segundo Barry Lord (2001d, p.276) as exposições temporárias são fundamentais para a relação do museu com a comunidade onde está inserido, são cruciais para os visitantes regulares, tal como para atrair novos visitantes e turistas culturais. Tencionamos, assim, criar uma programação de exposições temporárias que cultive precisamente os três aspectos mencionados.

Para ajudar a criar uma linha programática, as exposições serão classificadas segundo o envolvimento do museu na sua organização. Por outras palavras, iremos utilizar uma escala adaptada da descrita por Barry Lord (2001d, pp. 276-277) com 4 graus diferentes de envolvimento do museu na organização da exposição: envolvimento total; exposição temática; exposições de iniciativa de outros e “*package shows*”. Ilustraremos esta escala com propostas para exposições temporárias, algumas das quais exequíveis num curto espaço de tempo:

Um envolvimento total será uma nova apresentação da colecção permanente. Uma vez que a proveniência das colecções osteológicas têm alguma diversidade espacial e temporal, é possível criar várias exposições recorrendo apenas a casos do próprio acervo como, por exemplo, a saúde oral ao longo dos tempos em Portugal.

Uma exposição temática, que relaciona as colecções com objectos de outras instituições de modo a oferecerem uma contextualização, encontra-se no segundo grau da escala. Para o acervo osteológico é particularmente importante o seu contexto. Quando os esqueletos são encontrados numa escavação, existe toda uma envolvência que lhes dá uma identidade e é, por isso também, quase obrigatório incluir objectos ou estruturas nas exposições que contam as suas histórias. Nestes casos, é evidente a necessidade da colaboração de especialistas em história e arqueologia. Um exemplo seria uma exposição que trate o tema dos rituais funerários ao longo do tempo e em diferentes culturas ou religiões.

Já com um grau de envolvência menor, estão as exposições de iniciativa de outros. Podemos, por exemplo, acolher exposições já realizadas como a exposição “*Ossos que Contam História*” comissariada por Marta Moreno-García, Carlos Pimenta e José Paulo Ruas

sobre os ossos de animais em contexto arqueológico, ou promover exposições sobre escavações onde tenham sido encontrados vestígios ósseos.

Por último, estão os “*package shows*” que o museu recebe e expõe. Apesar de não estarem previstos, não devem ser excluídos, pois apenas implicam oportunidade e possibilidades de orçamento. O papel inverso será, no entanto, um objectivo do museu, ou seja, procurar transformar as suas próprias exposições em exposições itinerantes e prestar esse serviço a entidades que as queiram expor.

- **Exposições itinerantes**

Barry Lord (2001e, p.290) sugere que uma forma de reduzir os custos de uma exposição temporária, é fazê-la circular por outros museus ou outras entidades.

Uma vez que a exposição itinerante vai ser importante na política de exposições deste museu, salientamos uma das preocupações de Barry Lord (2001e, p.291): a deslocação de um espaço para outro pode ser um factor de deterioração das peças, sendo que as partidas e chegadas são pontos especialmente fracos no que respeita à segurança.

Uma forma de minimizar estas questões, é reduzir o número de peças originais nas exposições itinerantes. Isto é, para transformar exposições temporárias em exposições que vão percorrer câmaras municipais, universidades, outras instituições ou eventos, podemos substituir alguns objectos autênticos por outros meios – réplicas, modelos, fotografias e vídeos – quando, e apenas nesse caso, não se perde valor substancial da exposição. Por exemplo, numa exposição temporária ou de longa duração, para explicar como se faz a diagnose sexual, apresentamos as diferenças entre dois esqueletos autênticos, um de homem e outro de mulher. No entanto, numa exposição itinerante, os esqueletos podem ser substituídos por réplicas, pois não se perde a mensagem nem o valor museológico da autenticidade. Quando apresentamos patologias nos ossos, por exemplo, já haverá relutância em as substituir, porque o valor da autenticidade dos objectos expostos é muito maior.

- **Programação pública**

Em Portugal, a “programação pública” ou a “programação de outras actividades” são convencionalmente designadas por “serviço educativo”. No entanto, consideramos que este

termo está demasiado associado a um público escolar ou infantil. Por essa razão, resolvemos adoptar o conceito “*public programme*” utilizado por Brown (2001) ou “*other public programmes for exhibitions*”<sup>43</sup> referido em Lord e Lord (1991), afirmando um conceito de programação para um público bem mais abrangente. Por outro lado, preferimos não utilizar o termo “educativo”, como explicaremos mais à frente neste capítulo.

A programação de actividades ajudam a reforçar as ideias nucleares das exposições e potenciam as experiências do visitante (Brown, 2001, p.297). Ou seja, uma estratégia de comunicação e de interpretação de conteúdos que não se restrinja a uma exposição e que inclua outras actividades relacionadas, tais como palestras, debates, cinema, publicações, actividades para os mais pequenos, entre outras, tem uma probabilidade maior de ser eficaz. Mas para isso, precisamos de nos focar nos interesses e atitudes que queremos estimular ou sensibilizarão o visitante.

Por conseguinte, analisamos abaixo para o nosso caso em concreto, os parâmetros enumerados e descritos por Brown (2001, p.297): o espaço de realização dessas actividades, o acesso ao “*real thing*”, a interactividade e interacção humana, a estimulação do afecto (em sentido lato) e a flexibilidade e dinamismo.

O **espaço** deve ser visto de forma abrangente. Presumindo que o museu é instalado em Évora, as actividades podem ser realizadas, nomeadamente, nas salas do museu (salas de exposição ou sala multiusos), em auditórios, noutros museus da cidade (em actividades conjuntas), ou mesmo noutros espaços em Évora (*e.g.*, Templo de Diana ou Cromeleque dos Almendres), visitas a locais de escavação ou espaço virtual na internet.

A programação de actividades é também uma oportunidade para o público ter acesso ao “*real thing*” e/ou à investigação real. É o caso de *workshops* onde se pode ter contacto com alguns materiais osteológicos; ou dialogar com os antropólogos e outros investigadores; ou visitas a escavações onde podem, eventualmente, participar no processo. Segundo Brown (2001, pp. 301-302), esta abordagem permite ao visitante envolver-se na “*human story*” do museu, tornando a experiencia mais memorável para ele.

---

<sup>43</sup> O termo “*other public programmes for exhibitions*” refere-se essencialmente a actividades associadas a uma exposição enquanto o termo “*public programme*” é mais genérico.

Tal como Brown (2001, p.301), também nós consideramos que uma boa exposição estimula não só a “pensar como a **sentir**”, e as actividades para o público podem potenciar esse efeito. Deste modo, a política expositiva deverá estar orientada para que cada exposição crie emoções – seja pela sensação de descoberta, pela estética de algumas peças, pela polémica de alguns assuntos ou mesmo pelo repúdio de alguma patologia do esqueleto – podendo e devendo as actividades paralelas reforçar essa componente emocional das exposições, por exemplo, através de demonstrações ao vivo.

A **interactividade** e/ou interacção humana é condição necessária nestas actividades, quer seja num jogo interactivo na página da internet do museu, quer seja o conferencista a dar uma palestra.

Já a **flexibilidade** e **dinamismo** são características imprescindíveis deste tipo de programação e podem ser incluídos de forma intrínseca na exposição, como as visitas guiadas ou mesmo a simulação da escavação de uma necrópole como a apresentada no módulo 3 da exposição itinerante descrita mais à frente, no CAPÍTULO 4.

Há outras actividades que extrapolam o âmbito das exposições mas que estão associadas à missão do museu como, por exemplo, uma atribuição de prémios aos melhores alunos de cursos académicos associados à Bioarqueologia, ou roteiros culturais com guia a locais associados à antropologia de populações antigas como necrópoles romanas, medievais ou capela dos ossos. Todas estas actividades, aliás, promovem a integração holística da investigação, colecções e programas para o público, como tanto preza Brown (2001, p.299).

O museu assume assim não ter um serviço restrito ao público escolar e infantil. Terá, no entanto, uma forte programação de actividades que trata os visitantes de forma transversal, sem discriminar nenhum interessado. Por outro lado, tendo em conta a dimensão académica também associada ao museu, as actividades não terão uma função educativa, no sentido comum do termo, em vez disso, serão actividades variadas e heterogéneas incluídas numa linha orientada para a curiosidade pela ciência (ou conhecimento), independentemente da idade do “curioso”.

- **Acesso intelectual**

Em relação ao acesso intelectual, as interpretações devem ter como base a colecção e a missão da instituição e, simultaneamente, as necessidades do público. Para esse efeito e tal como afirma Spencer (1991, pp.74-76), consideramos que as necessidades de grupos de interesses especiais devem ser integradas antes e durante os programas de exposições ou outras actividades para o público. Há ainda a ter em consideração que a comunidade deve ser consultada para haver uma correspondência às suas necessidades e sensibilidades. Depois será ainda necessário garantir que a comunicação com o público é realmente efectiva. Nesta medida, tal como já mencionámos, os estudos de público são cruciais para irmos avaliando a acessibilidade intelectual das exposições do museu (Spencer, 1991, pp.74-76).

### **3.4. ARQUITECTURA E ACESSIBILIDADE**

Depois de termos definido as funções museológicas, é necessário perceber como é que elas se vão relacionar entre si no espaço, tendo em conta os seus requisitos, dinâmicas e circulações.

Temos plena consciência de que a escolha do espaço irá necessariamente condicionar o perfil do museu, nomeadamente, em relação ao tipo de exposições a implementar, ao tipo de públicos que se relacionará com o museu e ao tipo de colaborações que, em menor ou maior grau, será possível estabelecer com algumas entidades. Assim, torna-se particularmente importante definir com rigor as condições que devem ser recomendadas e exigidas para o espaço pretendido, de modo a não comprometer a missão e os valores que estão na base de todo o projecto. Isto sem esquecer, à partida, que as decisões sobre a arquitectura serão condicionadas também pelas disponibilidades existentes e pelos meios que vierem a ser disponibilizados.

Embora ainda não esteja definida a localização do MBE (assunto abordado no próximo subcapítulo) é plausível que venha a ser instalado em Évora ou nas suas proximidades. Como tal, foi a partir dessa localização que resolvemos propor uma taxonomia do espaço museológico, representada no fluxograma da figura 26. Aqui, englobamos os requisitos espaciais de acordo com o delineamento conceptual do museu e as exigências do acervo, mas também com uma preocupação que tem em vista uma acessibilidade abrangente. Esta proposta, baseada na taxonomia espacial apresentada por

Dober (1991, pp.237-239) e na análise de zonas museológicas realizada por Gail D. Lord e Barry Lord (1991), é desenvolvida no ANEXO 6.

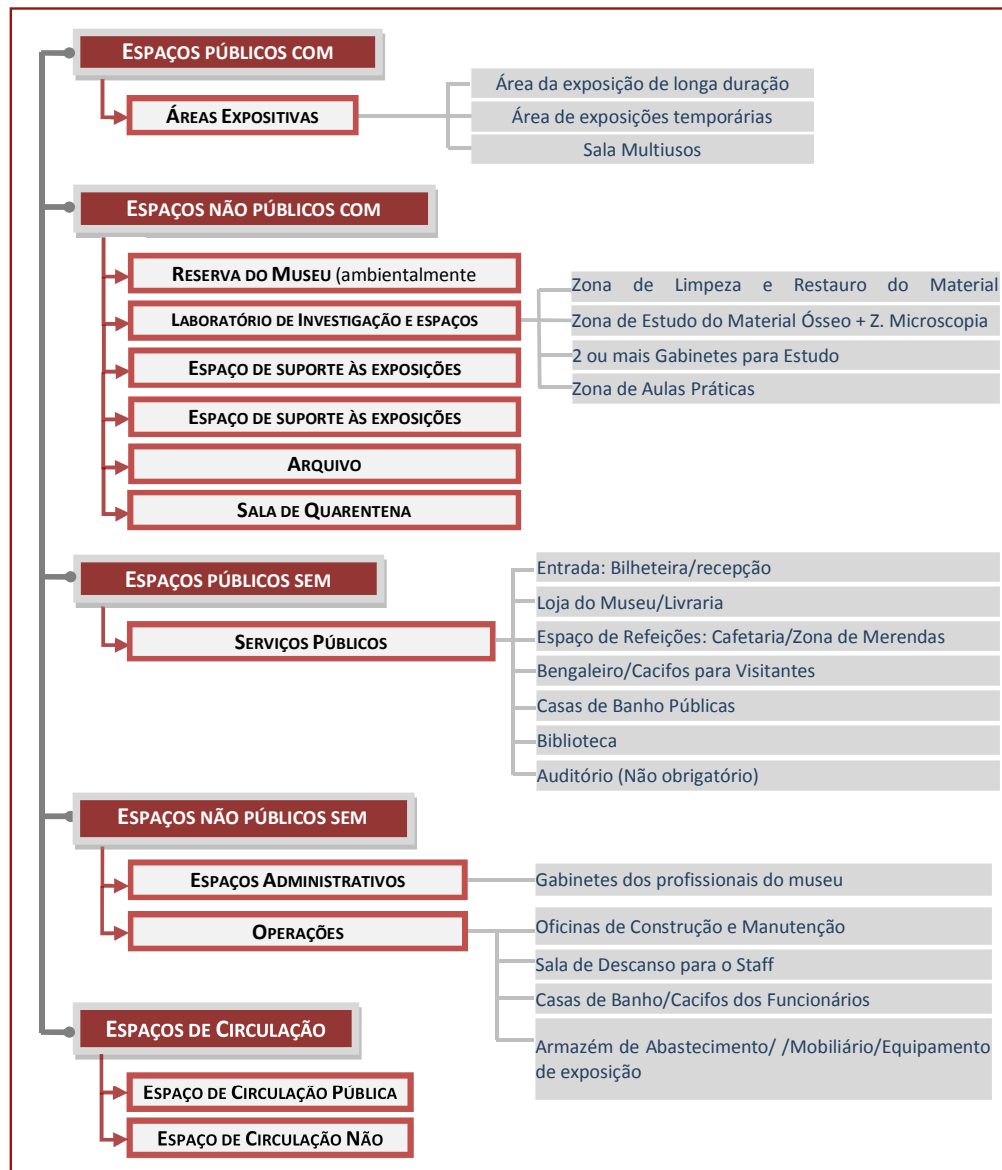


Figura 26. Fluxograma das zonas museológicas de acordo com sua funcionalidade.

### RESERVA OSTEOLÓGICA

Iremos agora debruçar-nos sobre a reserva osteológica de forma a ilustrar as preocupações subjacentes aos requisitos espaciais propostos.

A Reserva Osteológica é um projecto suspenso, como já foi referido anteriormente. Quando for implementada será o âmago do museu. Será o local para onde é enviado todo o

material osteológico humano proveniente de escavações arqueológicas a sul do Tejo. É, efectivamente, o “coração” do museu onde vai estar depositado o acervo, do qual todo o resto emerge.

Para que a reserva seja, tal como pretendemos, um grande centro de discussão científica, um espaço de intercâmbio de especialistas e estudantes, capaz de atrair investigadores e empresas (nacionais e estrangeiras), e ainda cooperar com entidades de investigação e formação, é necessário clarificar algumas questões.

Assim, o primeiro requisito para a selecção do espaço de reserva é evitar instalações subterrâneas, pátios externos e torres pois, de uma forma geral, não têm condições de temperatura e/ou humidade relativa para armazenar colecções, como sublinha, aliás, Lessa (2011, p.13). Em relação às condições ambientais no interior, será suficiente manter a temperatura e humidade constantes, tal como concluímos quando abordámos a questão da conservação. Relativamente à segurança, o acervo osteológico não exige um sistema complexo, bastarão, para tal, os sistemas obrigatórios (*e.g.* contra incêndios, contra roubos).

Outro aspecto importante é conceber a Reserva de modo a ser *user-friendly*, agilizando as tarefas e potenciando o espaço existente. É fundamental que todo o acervo esteja acessível e organizado para uso de investigadores e estudantes (internos e externos). Por essa razão não pode operar com um sistema de reserva compacta. Uma boa solução é colocar estantes metálicas em módulos rolantes sobre calhas, como é sugerido no projecto preliminar mencionado no CAPÍTULO 2. O espaço deve ser ainda potenciado em altura (com acesso por escada, *mezzanine*, ou outro).

A organização física da reserva deve permitir o fácil, rápido e visível acesso aos objectos. Já o acesso físico às peças deve ser efectuado apenas através de técnicos com essa responsabilidade, por questões de controlo de segurança.

Em relação às dimensões, teremos de contemplar espaço suficiente na reserva para a circulação das pessoas, objectos e, ainda, para o acondicionamento das colecções futuras. De facto, foi já referido que as colecções osteológicas, dado o seu carácter científico, tendem a crescer continuamente, realidade essa que propicia um fluxo constante de entrada, como constata Lessa (2011, p.13). Importa, assim, prever espaços para o crescimento do acervo desde o início, mesmo sendo ocupado de modo provisório para outras actividades.

Por conseguinte, a estimativa de espaço disponível necessário será calculada a partir de uma taxa de crescimento anual, tal como sugere Barry Lord (2001c, p.263).

Apesar da enorme imprevisibilidade da actividade de campo e excluindo a atípica escavação realizada em Tomar (entre 2007 e 2009), de onde se recolheram cerca de 6 mil indivíduos, assumimos um espectro de 175 a 300 esqueletos exumados por ano. Adicionamos a este valor, uma taxa de cerca de 17,5% para contingências e crescimentos inesperados, tal como recomenda Nicks (1991, p.124), obtendo assim uma estimativa preliminar de espaço médio para cada ano (ver tabela 4). Para além disso, como já referimos anteriormente, o aparecimento de novas colecções no seguimento das exposições realizadas é muito provável. Irão surgir colecções de réplicas, modelos, entre outros objectos. Acrescentamos assim cerca de 10 a 15% à taxa de crescimento anual para as colecções de natureza não osteológica (tabela 4).

O tempo de uso será planeado de acordo com a ponderação entre o valor estimado e as possibilidades reais. Isto significa que utilizando as estantes em módulos rolantes e potenciando o espaço em altura (para 3 m), os 200 m<sup>2</sup> estimados no projecto de 2008 dariam para cerca de 35 anos (a uma taxa anual de 10 m<sup>3</sup>).

**Tabela 4.** Cálculo preliminar da área anual e do volume anual para a reserva.

Colecções osteológicas						Total incluindo outras colecções (+10-15%)
			Contingências + Cresc. inesperado	Total/ano		
Nº esqueletos	Actual	≈8000	-	-	-	
	Por ano	≈150-250	≈26-43	≈175-300		
Área ocupada	Actual	≈100 m2	-	-	-	
	Por ano	≈2-3 m2	≈0,35-0,52 m2	≈2,35-3,5	≈2,5-4 m2	
Volume ocupado	Actual	≈250 m3	-	-	-	
	Por ano	≈5-8 m3	≈0,87-1,4 m2	≈6-9,5 m3	≈6,5-11	

Outra questão que se coloca é a relação da arquitectura com o público-alvo. De facto, a Reserva osteológica é pensada essencialmente para uso de investigadores e estudantes. Logo, à partida, não deverá ser visitável. No entanto, apontamos uma solução intermédia para o projecto de arquitectura: a abertura de uma janela que percorra toda a reserva, ou outra solução semelhante, possibilitando ao visitante ver o seu funcionamento, sem provocar perturbação. Obviamente que esta proposta deve ser ponderada em função dos



custos associados. Se o orçamento for demasiado elevado, existem alternativas no âmbito da programação de outras actividades.

Quanto à situação espacial da reserva no museu, seria desejável que as funções museológicas se encontrassem todas no mesmo edifício ou muito próximas umas das outras. Contudo, existe a hipótese da reserva não estar fisicamente junto às demais áreas museológicas. Neste caso, criar-se-ia uma **reserva off-site**.

Ora, segundo Nicks (1991, pp.116-17) uma reserva *off-site* tem algumas implicações negativas, nomeadamente a existência de algum risco de perda ou dano na deslocação da colecção; a duplicação de logísticas é inevitável; o aumento de pessoal e/ou a contabilização do tempo dispendido nas deslocações entre os dois locais é igualmente outra consequência. Isto sem esquecer alguns previsíveis problemas de motivação da equipa. Apesar disso, pode ser uma boa solução de compromisso, caso o edifício escolhido para o MBE não tenha as condições, quer de área ou volume, quer de conservação e segurança requeridas para incluir a reserva. Neste caso, será necessário assegurar que a reserva *off-site* está fisicamente próxima (ou mesmo adjacente) ao laboratório de investigação.

#### LOJA, LIVRARIA E OUTROS SERVIÇOS PÚBLICOS

Em relação a serviços públicos que o MBE possa prestar, destacamos a loja e livraria, por terem um papel importante a desempenhar no museu, não apenas como forma de angariar receitas, mas também no que podem oferecer ao público e demais interessados ou mesmo na projecção da imagem.

Sugerimos a criação de uma loja que seja em parte livraria e em parte um espaço para *merchandising* e outros artigos, onde sejam vendidos produtos que estejam associados aos conteúdos do museu. Existem alguns modelos interessantes em Portugal, como são os casos das lojas do Museu da Lourinhã, do Museu da Ciência (Coimbra) e do Pavilhão do Conhecimento (Lisboa)<sup>44</sup>.

---

<sup>44</sup> Cada uma destas instituições tem uma loja *online*: Museu da Lourinhã (Museu da Lourinhã, 2011b), Pavilhão do Conhecimento (Pavilhão do Conhecimento, 2012) e Museu da Ciência (Museu da Ciência, 2011b).

O Museu de Bioarqueologia deve seguir estes três exemplos<sup>45</sup>, particularmente a loja “*in situ*” do Museu da Lourinhã. O Museu da Lourinhã é extremamente dinâmico e a loja não é excepção, pois segue os objectivos do museu e promove produtos da região que são referidos no discurso expositivo, apresenta algumas estratégias comerciais apelativas, como o cheque brinde e promoções. Realçamos ainda as suas próprias produções<sup>46</sup>.

Propomos então que se faça um esforço para criar produtos próprios, em três linhas: uma vertente ludo-didáctica que inclua livros e objectos associados às exposições, outra vertente associada a “lembranças” com design próprio e apelativo e outra vertente mais especializada que inclua publicações próprias e outras da especialidade. Uma loja *online* no *website* será crucial para a promoção destes produtos.

Os outros serviços públicos - como o auditório, a cafetaria, o restaurante, as casas de banho, o bengaleiro, entre outros - serão ponderados conforme a localização do museu. Por exemplo, se o museu for instalado num edifício da Universidade de Évora, poderá ser pertinente criar um protocolo entre os serviços do museu e o auditório da universidade que já existam no edifício (ou próximo). No entanto, salientamos que o caso da cafetaria, em particular, deve ser bem reflectido por ser um serviço de apoio importante para os visitantes, podendo ser uma fonte considerável de receitas e de atracção de visitantes para o museu.

#### ACESSO LIVRE DE OBSTÁCULOS

A maioria de nós, um dia na nossa vida, irá sofrer de uma incapacidade. A certa altura somos demasiado novos, demasiado velhos, demasiado míopes ou demasiado surdos para usar facilmente os museus (Spencer, 1991, p.73). Podemos pensar também que cada um de nós tem, pelo menos, pequenas dificuldades – como ser demasiado baixo ou demasiado alto, ter uma ligeira dislexia, ter dificuldade de concentração, ou estarmos simplesmente mais cansados em determinado dia – e, conseqüentemente, cada um de nós tem exigências

---

<sup>45</sup> A loja do Pavilhão do Conhecimento aposta em produtos para um público mais jovem, didácticos e muito atractivos comercialmente. Já o Museu da Lourinhã e o Museu da Ciência têm produtos associados aos conteúdos do próprio museu muito interessantes e atractivos do ponto de vista comercial. Para além disso, vendem outros produtos didácticos e de especialidade relacionados com as mensagens e conteúdos do museu, pertinentes, atractivos e dirigidos a diversos clientes. Ambos aproveitam a loja online para dar ênfase aos seus próprios produtos.

<sup>46</sup> O Museu da Lourinhã tem as suas produções próprias como é o caso das reproduções de dinossauros da “coleção de holótipos do Museu da Lourinhã”.

específicas para se sentir confortável. Dessa forma, quando concebemos espaços com acesso livre de obstáculos, fazemo-lo para todos nós e não só para uma minoria. Este é o princípio de inclusão que queremos afirmar neste projecto.

Geralmente, as soluções mais genéricas e subtis são as mais abrangentes em termos de capacidades e interesses, em oposição a soluções específicas para uma limitação específica (Spencer, 1991, p.73). Um exemplo muito ilustrativo foi dado no 6º Seminário GAM<sup>47</sup> pelo arquitecto Carlos Mourão Pereira<sup>48</sup>: um simples corrimão que percorre toda a exposição permite a um cego acompanhá-la de forma autónoma sem estar dependente de outras pessoas. Por outro lado, serve para as pessoas mais velhas terem um apoio que lhes facilita o percurso, e acresce ainda que se torna geralmente um apoio que agrada às pessoas com deficiência mental. Por isso, como ilustra este breve exemplo, um simples corrimão pode tornar uma exposição mais agradável e mais cómoda para muita gente.

Por outras palavras, quando estamos a facilitar o acesso a alguns, podemos estar a estender essa facilidade a muito mais gente do que à partida se pensou.

Podemos estar ainda a criar uma nova perspectiva da exposição, tornando-a mais rica. É o caso de dispositivos desenvolvidos para aceder aos conteúdos da exposição através do tacto, concebidas para pessoas com deficiência visual. Estes dispositivos proporcionam uma experiência diferente também para os outros visitantes, especialmente os mais novos.

Em última análise, o acesso livre de obstáculos depende muito da interacção humana (Spencer, 1991, p.73). Ou seja, idealmente o museu deve ser acessível para o maior número de pessoas, para que possam visitá-lo de forma autónoma se assim o desejarem. Contudo, nem sempre é possível proporcionar as melhores condições para todos, principalmente em

---

<sup>47</sup> O Grupo para a Acessibilidade nos Museus (GAM) tem como objectivo melhorar o acesso aos museus a todo o público com necessidades especiais - físicas, intelectuais ou sociais.

A 17 de Outubro de 2011, o GAM organizou o 6º seminário anual GAM cujo tema era o Design Inclusivo de exposições. O grupo que organizou este seminário era constituído por Ana Leitão e Tiago Veiga (Casa Museu Dr. Anastácio Gonçalves), Teresa Beirão (Museu das Comunicações) Teresa Tomás Marques (Museu da Pólvora Negra), Fátima Alves (Pavilhão do Conhecimento – Ciência Viva), José Vale (membro individual) e Patrícia Martins (Membro individual).

<sup>48</sup> O arquitecto Carlos Mourão Pereira nasceu em 1970, em Lisboa. Licenciou-se na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. Trabalhou com Aires Mateus, Carrilho da Graça, Costa Cabral, Gonçalo Byrne, Toni Geser e Renzo Piano. Em 1997 foi distinguido com o prémio Comendador Joaquim Matias e em 1998 criou o seu próprio ateliê. Os seus projectos têm sido publicados e apresentados em várias cidades da Europa e dos E.U.A. Em 2006 perdeu a visão e mantém a sua actividade profissional.

edifícios antigos. Nesse caso, é importante contar com voluntários ou funcionários disponíveis para tornar a visita agradável a utentes com incapacidades para as quais não foi possível encontrar outra solução. Efectivamente, é muito provável que este projecto venha a ser desenvolvido em edifícios antigos, quer no centro histórico de Évora, quer noutros municípios (no caso das exposições itinerantes, por exemplo). Por este motivo, a procura de soluções para as limitações dos edifícios deve ser constante.

Felizmente, em Portugal já se deram alguns passos neste sentido. Com efeito, o Decreto-Lei nº163/2006 define condições de acessibilidade no projecto e na construção em edifícios e outros espaços públicos, onde se incluem os museus. No mesmo diploma são também estabelecidas as normas técnicas a cumprir. Para além disso, já existe alguma bibliografia sobre o tema, entre outros, a obra de Cowel e Mendes (2004)<sup>49</sup>. Sem esquecer, o trabalho que tem vindo a ser realizado pelo GAM, responsável por diversas actividades, eventos e promoção da acessibilidade nos museus. De qualquer forma há ainda um longo caminho a percorrer e só agora o iniciámos. Por essa razão é que é tão importante incluir todos os aspectos da acessibilidade desde as fases mais prematuras dos projectos museológicos.

### 3.5. EQUIPA E ESTRUTURA INSTITUCIONAL

#### EQUIPA

A equipa do museu deverá ser construída ao longo das várias etapas e quando estiverem reunidas as condições de concretização para o museu é que ela estará completamente definida.

A figura 27 representa uma proposta de modelo possível de equipa para o museu. Naturalmente, este é apenas um de vários modelos possíveis. No entanto, o que este modelo tem de particular é uma relação estreita com o LAB que permite gerir esforços e minimizar a repetição de tarefas. Para além disso, este modelo tem um carácter flexível, podendo a mesma pessoa ter mais do que uma função. Inclusivamente, algumas tarefas

<sup>49</sup> Peter Cowel - da Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO) - e Elisabete Mendes - da Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social (FENACERCI) - são os autores de um volume de 120 páginas da Colecção *Temas da Museologia* dedicado aos *Museus e Acessibilidade*. A Colecção *Temas da Museologia* foi editada pelo Instituto Português de Museus - entidade responsável pelos museus tutelados pelo Ministério da cultura, à data.

podem ser assumidas por funcionários da câmara municipal ou da universidade de Évora, tal como no exemplo dado na figura 27 para os técnicos da reserva. A loja e a cafetaria poderão ainda ser concessionadas a privados.

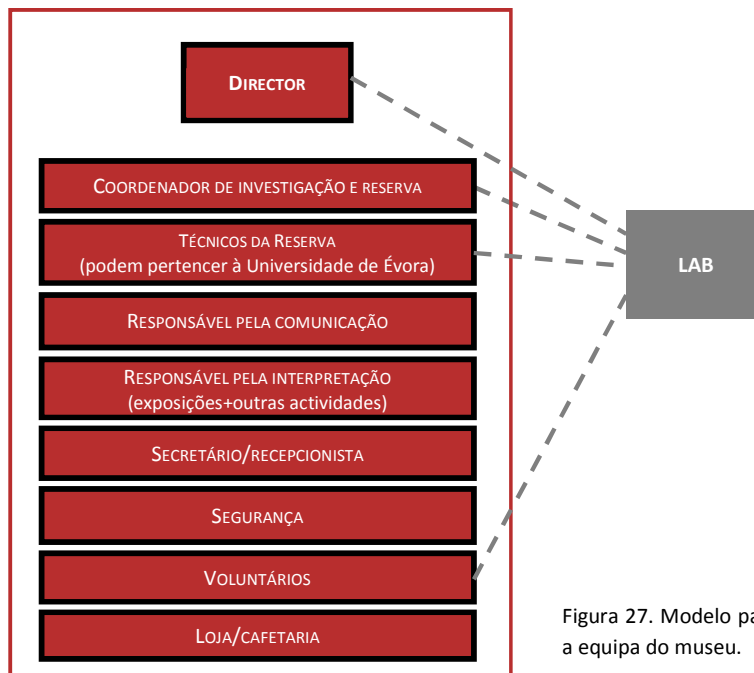


Figura 27. Modelo para a equipa do museu.

Salientamos o papel do voluntariado por o considerarmos de extrema importância, podendo mesmo fazer a diferença em termos de potencial do museu. Para tal, é necessário um programa de voluntariado rigoroso, no âmbito do qual deverá ser promovida uma cultura de acolhimento e reconhecimento do seu papel e, simultaneamente, exigir uma prática de dever e responsabilidade nos seus compromissos. Será estratégico atrair os estudantes universitários, bem como reformados que queiram ocupar o tempo livre, sem excluir outros interessados.

#### ESTRUTURA INSTITUCIONAL

A estrutura do museu baseia-se, por um lado numa colecção que está sob a responsabilidade e investigação da Universidade de Évora, mas por outro procura estabelecer uma forte relação com a cidade e seus visitantes. Neste sentido, sugerimos uma tutela partilhada para a estrutura institucional do museu.

Uma hipótese é criar uma associação cujos membros sejam a Câmara Municipal de Évora (tutela principal) e Universidade de Évora (responsabilizando-se por toda a componente de investigação). As outras funções podem ser ainda partilhadas com outros elementos, por exemplo, a Direcção Geral do Património, ou outras entidades públicas ou privadas. Outra possibilidade é criar um museu sob a tutela da Câmara Municipal de Évora, estabelecendo protocolos com as outras entidades envolvidas. Neste caso, podíamos considerar como uma fase embrionária e experimental do museu, um pequeno espaço expositivo, por exemplo, um espaço interpretativo da capela dos ossos (instalado no próprio edifício ou próximo) e progredir-se a partir daí, à medida das capacidades e êxito do museu.

Esta questão conduz-nos ao próximo subcapítulo - 3.6. ESTRATÉGIAS DE UM PERCURSO – no qual desenvolvemos as questões relacionadas com o caminho sustentável que pretendemos percorrer, degrau a degrau ou de etapa em etapa até estarem reunidas condições para criar o museu.

### **3.6. ESTRATÉGIAS DE UM PERCURSO**

Neste subcapítulo fazemos uma síntese do que temos vindo a referir sobre a estratégia a adoptar. Com efeito, é importante que no percurso sejam cumpridos certos objectivos que, para além do seu valor próprio, acrescentam condições para a criação do museu. Assim, as prioridades na montagem do projecto compreendem: a realização de uma exposição itinerante, o início do desenvolvimento do sistema de documentação, o conceito do *website*, bem como ir encontrando formas de financiamento etapa após etapa. Posteriormente, quando as condições estiverem reunidas, devemos definir um espaço para o museu.

As prioridades foram seleccionadas a partir dos critérios de urgência (*e.g.* a conservação) e de oportunidade (*e.g.* documentação e *website*).

#### **EXPOSIÇÕES TEMPORÁRIAS**

A primeira etapa consiste na concretização de uma exposição temporária a realizar no Centro Ciência Viva de Estremoz localizado no pólo de Estremoz da Universidade de Évora. Essa exposição será o esboço da exposição de longa duração do museu e deverá ser planeada de modo a ter um carácter itinerante (o programa da exposição é desenvolvido no próximo capítulo). Para esse efeito, importa criar protocolos com câmaras municipais,

estabelecimentos do ensino superior e outras entidades de modo a exhibir a exposição, parcial ou totalmente em diferentes locais. Por outras palavras, o facto de a exposição ser concebida num sistema modular, permitirá apresentar diferentes módulos conforme o objectivo. Por exemplo, escolher os módulos mais relevantes para um museu de arqueologia ou expor os módulos relacionados com a paleopatologia numa faculdade de medicina.

Outra etapa, aparentemente bastante viável, consiste na apresentação de uma narrativa baseada nos bens osteológicos provenientes de Évora e arredores, que faça uma abordagem histórica específica da região através dos esqueletos e contextos funerários associados. Podemos fazê-lo acrescentando um módulo à exposição itinerante ou concebê-la como uma nova exposição temporária.

Sugerimos, para a fase que se segue, propor à Câmara Municipal de Évora uma exposição interpretativa da Capela dos Ossos. Ora, um espaço interpretativo da Capela dos Ossos instalado no próprio edifício ou próximo podia ser já uma fase embrionária do museu, como já referimos anteriormente. Isto é, a Capela dos Ossos que se situa no centro histórico de Évora, é já um foco de turismo na cidade mas, no nosso entender, falta-lhe claramente um tratamento interpretativo, capaz de explicar aos visitantes o significado deste monumento tão peculiar. Havendo condições para desenvolver este projecto, seria uma mais-valia quer para os visitantes, quer para o próprio local. Por outro lado, a possibilidade de desenvolver essa exposição numa perspectiva mais duradoira, reforçaria a sustentabilidade do projecto e poderia conduzir a outras fases, como a criação de um espaço de exposições mais definitivo.

O êxito destas exposições pode, em primeiro lugar, permitir a criação de um ciclo regular de exposições temporárias/itinerantes. E, em segundo, aumenta a probabilidade de angariar apoios e financiamento, densificando a robustez do projecto.

#### BASE DE DADOS E RESERVA

Simultaneamente, devemos criar uma base de dados do acervo. É importante serem iniciadas conversações com a empresa *Sistemas de Futuro*, para conhecer melhor o sistema *inanthropos* (a base de dados eleita pelas razões mencionadas anteriormente) e, não havendo objecções, instalá-lo no LAB, o mais depressa possível.

À medida que for implementado o sistema de inventariação e documentação, podem ser desenvolvidas as condições necessárias para a implementação do projecto da Reserva Osteológica do Sul. Ou seja, pesquisar outros projectos semelhantes e estabelecer protocolos com entidades locais e estrangeiras e, a partir daí, encontrar meios de financiamento.

#### *WEBSITE*

O *website* do museu terá, como fase embrionária, uma página em redes sociais e/ou um *blog*. O objectivo é ensaiar o *website* a partir de formatos gratuitos. Nessas plataformas podemos começar por divulgar a exposição e promover os conteúdos associados, já com os princípios básicos do *website* do museu incluídos. Quando este estiver numa fase mais amadurecida, podemos começar a preparar a loja *online*.

Durante esse processo, é essencial proceder a uma pesquisa de mercado para encontrar uma boa relação qualidade/preço para o *website*, para a qual salientamos uma preocupação especial com as despesas de manutenção.

#### *SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA*

Só deve ser iniciada cada etapa quando houver garantias da sua sustentabilidade económica, ou seja, de investimento e de financiamento para as despesas mínimas de manutenção. Assim, inicialmente, o esforço de financiamento deverá incidir em dois aspectos: na viabilidade da exposição itinerante e no desenvolvimento do sistema de documentação. Paralelamente começa-se a desenvolver um quadro orçamental e as estratégias de financiamento do museu.

A localização da primeira exposição no Centro de Ciência Viva de Estremoz facilitaria muito a logística, pois possibilitaria a cedência do espaço, havendo também apoio em relação à divulgação e ao equipamento expositivo.

O carácter itinerante da exposição traz também vantagens a nível financeiro, pois, se por um lado pode ajudar a angariar receitas (como explicaremos em “Quadro Orçamental”), por outro, permite a partilha de despesas pelas diferentes autarquias e outras entidades onde a exposição for instalada. Partindo do princípio que os conteúdos que queremos partilhar não são familiares para a maioria das pessoas, a exposição itinerante ganha um



sentido adicional por poder desempenhar um papel de “demonstração” do que poderá vir a ser o futuro museu.

Acresce ainda que também os potenciais financiadores do projecto podem conhecer pormenorizadamente a exposição itinerante. Este aspecto é vantajoso, na medida em que podem ter acesso aos dados sobre visitantes, verificar a qualidade da exposição e avaliar a potencialidade do Museu já com dados efectivos na mão.

Paralelamente, para o sistema de documentação devem ser exploradas fontes de financiamento nacionais e europeias associadas a esta área<sup>50</sup>, bem como, discutir o assunto com a Universidade de Évora, uma vez que a colecção osteológica está a seu cargo.

Com o desenvolvimento das duas actividades é de esperar um meio mais propício para expor o projecto completo do museu à Câmara Municipal de Évora. A exposição itinerante servirá como um excelente “cartão-de-visita”, com resultados concretos de dados sobre visitantes, receitas, despesas, entre outros, enquanto o desenvolvimento do sistema de documentação ajuda a mostrar a consistência do projecto.

Porém, antes de apresentar o projecto, é necessário esboçar um quadro orçamental. Este começará a ser produzido logo no arranque, mas só ficará completo quando houver resultados da exposição e financiamento para o sistema de documentação.

- **Quadro orçamental**

Morris (2001) afirma que é fundamental criar um quadro orçamental logo na fase de planeamento das exposições e sugere algumas recomendações. Neste caso, decidimos estender as suas ideias a todas as funções museológicas num quadro orçamental geral. Iremos, assim, implementá-lo desde cedo no projecto, de modo a sintonizar as diferentes equipas e a automatizar vários procedimentos. Para esse efeito, serão realizados estudos de *benchmarking* – observando as melhores práticas de outros museus – em áreas como sistemas de decisão, *resourcing* e avaliação, tal como o próprio Morris (2001, p.320) conclui. Depois de esboçar o quadro orçamental, prossegue-se então com o *fundraising*.

---

<sup>50</sup> Os projectos de informatização de dados de colecções têm sido muito valorizados, quer a nível nacional, quer internacional. É o caso de projectos como, *Global History of Health Project* que se propõe juntar dados de esqueletos com o intuito de medir a saúde de pessoas que viveram em diversas partes do mundo nos últimos 10 milénios e explorar possíveis determinantes (*Ohio State University*, 2002).

No quadro orçamental devem estar incluídas as receitas e despesas do projecto. Nas **receitas** para o museu é necessário definir, à partida, se vai haver algum tipo de fundo público ou de fundações e procurar outros subsídios públicos (União Europeia, Administração Central do Estado, Administração autárquica). Também a política de patrocínios e mecenato deverá ser desenvolvida logo desde as primeiras etapas.

Um investimento forte na qualidade das exposições temporárias pode ser uma estratégia útil para o museu obter receitas. Sobre o Museu de Ciência e Indústria de Manchester, Scott (2001, pp.341-342) afirma que só a bilheteira de uma exposição atractiva para um período superior a 4 meses, cobre quase na totalidade os custos dessa exposição (excluindo as receitas da loja, etc.). O autor (2001, p.343) diz que o programa de exposições temporárias foi um contributo substancial para o museu em todos os aspectos. Pois, para além das receitas, adquiriu-se estatuto, uma base mais sólida de público e de mercado, sem esquecer um aspecto fundamental: moralizou a equipa. Esta experiência está a ser repetida com bons resultados em vários museus de diferentes tipologias em todo o mundo (Scott, 2001, p.342). Também por estes motivos, avançamos com a exposição itinerante antes da instalação do museu.

As **despesas** no quadro orçamental irão contemplar o pessoal, os gastos correntes em bens e serviços e investimentos. Salientamos que os investimentos incluem incremento de colecções, obras, equipamento, entre outros. Sabemos à partida que precisamos de investir em equipamento e divulgação para as primeiras exposições, bem como no incremento de colecções – onde consta o investimento inicial em colecções de réplicas e modelos. Mais tarde, aquando da criação do museu, mantém-se este tipo de investimentos – os quais permitem aumentar ou reduzir a zero conforme as oportunidades e contexto – e, inevitavelmente, acresce o investimento em obras, uma vez que para a instalação do museu será necessária, pelo menos, a remodelação de um edifício.

### LOCALIZAÇÃO

O espaço e a sua envolvente irão definir, em parte, o próprio projecto. As entidades mais propícias para conceder ou encontrar um espaço são a Câmara Municipal e a Universidade de Évora. Por esse motivo e dada a actual localização do LAB, os locais mais prováveis para a eventual instalação do museu são o centro de Évora, a zona envolvente ou

a herdade da Mitra (a 12km da cidade). A decisão do espaço será tomada a partir da avaliação das necessidades e mais-valias que ele pode apresentar para todas as partes, no melhor interesse do próprio museu.

A questão da localização também tem implicações na distribuição espacial das funções museológicas. Isto é, a função de investigação que já existe no LAB está integrada na Universidade de Évora, na Herdade da Mitra. Por outro lado, é forçoso que a Reserva Osteológica (coleções, conservação e documentação) esteja espacialmente junto da área de investigação. Porém, as exposições devem estar acessíveis ao público, e nesse caso faria sentido estarem no centro de Évora. Para tomar uma decisão fundamentada, efectuámos uma breve análise, apresentada na tabela 5, das vantagens e desvantagens para três hipóteses de distribuição espacial do museu (a partir de dois locais, o centro de Évora e o Pólo da Mitra).

**Tabela 5.** Vantagens e desvantagens de 3 possíveis distribuições espaciais do museu.

	Vantagens	Desvantagens
Todas as funções no pólo da Mitra	Proximidade espacial de <u>todas</u> as funções: agiliza e optimiza a sua interrelação. Comunidade académica => voluntariado. Ambiente académico - propício para actividades que englobem o museu e a universidade, <i>e.g.</i> actividades que abranjam várias áreas científicas existentes neste espaço. Recursos do pólo universitário: cafetaria, biblioteca, materiais consumíveis ou partilháveis. O meio envolvente - actividades aproveitando a paisagem natural e também locais de interesse arqueológico, <i>e.g.</i> Anta Grande do Zambujeiro.	Acessibilidade muito difícil e meios de acesso insuficientes. Escassez de transportes públicos. Acontecimentos culturais reduzidos. Muito restringido à comunidade académica. É necessário que o museu tenha procedimentos muitíssimo activos para atrair visitantes para contrariar a sua localização.
Todas as funções no Centro de Évora	Proximidade espacial de <u>todas</u> as funções => Agiliza e optimiza a sua interrelação. Atracção de um público mais heterogéneo e em maior quantidade. Existe oferta cultural. Existe oferta comercial. Maior facilidade na integração da comunidade local. Proximidade física importante à Câmara Municipal de Évora e à Universidade.	Transposição do LAB para o centro de Évora: descontextualização do LAB, fractura das dinâmicas existentes, fragilização das ligações com unidades de investigação vizinhas. Desaproveitamento do projecto de 2008 para as novas instalações do LAB e Reserva no pólo da Mitra.
Comunicação, Interpretação e Divulgação em Évora e as outras funções no pólo da Mitra	Mantém colecções e investigação no local já previsto. Exposições e outras formas de comunicação mais acessíveis. Facilita a divisão de responsabilidades entre Câmara Municipal e Universidade.	Distância entre funções: exposições separadas das colecções obrigam a transporte do acervo; uma organização rigorosa para não se perder a comunicação entre equipas nem a interligação entre funções.

Consideramos, à partida, a terceira opção - Comunicação, Interpretação e Divulgação em Évora e as outras funções no pólo da Mitra - mais sólida que as outras. É, efectivamente, das três hipóteses, a opção que permite maior dinâmica entre o museu e o público, permite atrair mais visitantes e ter uma comunicação mais eficaz com a Câmara Municipal. Por outro lado, a função da investigação mantém a sua actividade e a função de reserva tem espaço para evoluir ao longo do tempo. Em contrapartida, as desvantagens mencionadas podem ser contornadas, pois a frequência do transporte de material osteológico pode ser minimizada, de modo a não ser prejudicial. Para além disso, a exigência de uma estrutura rigorosa e de uma forte comunicação entre as diferentes funções do museu estão salvaguardadas, bastando o projecto ser realizado com êxito.

\*\*\*

Optámos por não dar um destaque acentuado a restrições que possam eventualmente aparecer aos planos propostos. O objectivo é não limitar demasiado as opções possíveis para ter um leque suficientemente abrangente para, quando a realidade se impuser, haver várias opções e caminhos a escolher.

Temos vindo a referir ao longo do trabalho que preconizamos uma estratégia por etapas, cada uma delas com uma autonomia própria, que culminam na criação do museu. Salientamos que se trata de uma estratégia flexível, onde é provável que sucumbam algumas das etapas propostas e surjam outras mais adequadas.

Pre vemos esta questão essencialmente porque temos a consciência que as circunstâncias não serão perfeitas, só iremos conhecer muitos dos constrangimentos nas fases de concretização das diferentes etapas. Simultaneamente, irão surgir novas oportunidades que podem alterar o rumo do trajecto. Para além disso, pretendemos que o nosso projecto vá ao encontro das pessoas e, para esse efeito, as soluções vão sendo encontradas e construídas à medida da “co-evolução” entre projecto e visitantes/colaboradores.

## PARTE II. EXPOSIÇÃO “A VIDA POR UM OSSO”

### CAPÍTULO 4. PROGRAMA DE UMA EXPOSIÇÃO ITINERANTE

Quando definimos a estratégia do projecto no capítulo anterior, concluímos que uma das prioridades é a concepção de uma exposição itinerante que tenha como base o acervo osteológico da Universidade de Évora. Efectivamente, esta será uma fase decisiva do projecto, pois irá testar a reacção do público perante os conteúdos e o discurso museológico, tendo assim um papel fulcral em relação à sua própria viabilidade. Foi por este motivo que decidimos desenvolver no presente capítulo o programa dessa mesma exposição, explicitando os objectivos principais, os conceitos e apresentando também algumas das questões práticas a ela associadas.

Para tal, e como já mencionámos na INTRODUÇÃO, adaptámos a metodologia *Criterios para la elaboración del plan museologico* apresentada pelo *Ministerio da Cultura* de Espanha (MCE) em 2006, acrescentado ainda conceitos e procedimentos de outras fontes, de modo a adequar a metodologia ao projecto em causa.

#### 4.1. OBJECTIVOS

A exposição itinerante será concebida com a intenção de se converter, no futuro, na exposição de longa duração do MBE. Por conseguinte, terá como objectivos apresentar o **acervo** e, simultaneamente, conceber uma **narrativa** que decorra da missão museológica<sup>51</sup>.

Pretendemos, assim, proporcionar ao visitante uma realidade particular que emerge da natureza e estudo da própria colecção. Os esqueletos, ossos isolados e dentes serão apresentados como ilustrações, ou mesmo actores, no discurso expositivo. A abordagem será científica, mas com um tom informal e acessível.

O carácter itinerante, por seu lado, tem a vantagem de possibilitar a divulgação dos valores e conteúdos delineados desde já, antes da inauguração do museu. Para além disso, permite avaliar, corrigir, melhorar e compreender a resposta do público a um projecto deste tipo.

---

<sup>51</sup> A missão museológica aqui referida está descrita no CAPÍTULO 3.

Ressalvamos, no entanto, que embora este programa expositivo constitua o alicerce da exposição principal, terá de sofrer um reajustamento aquando da passagem da mesma para um espaço fixo e de longa duração. Essa reavaliação terá de abranger, entre outras coisas, o espaço concreto da instalação do museu, a(s) tutela(s), um provável aumento do acervo exposto (haverá então menos riscos para a preservação) e a extensão de alguns conteúdos (*e.g.* uma sala dedicada à população de Évora ao longo dos tempos), acertos derivados da avaliação final da exposição itinerante e também do natural amadurecimento da própria equipa.

#### 4.2. PROGRAMA DE EXPOSIÇÕES

##### CONCEITO E MENSAGEM A TRANSMITIR

É nosso intuito apresentar os conceitos básicos da Bioarqueologia, mostrando o tipo de informação que se consegue obter a partir de estudos nesta área.

Para tal, resolvemos, em primeiro lugar, confrontar o visitante com a faceta mais quotidiana da bioarqueologia. Ou seja, histórias do quotidiano contadas a partir da “leitura” dos esqueletos de pessoas que viveram em diferentes épocas – possíveis actividades do dia-a-dia, doenças e cuidados de saúde ao longo da vida, como seriam fisicamente e como terão morrido. Outro aspecto que pretendemos salientar é o dia-a-dia do próprio investigador. Dentro desse âmbito, tencionamos responder a diversas questões, nomeadamente: como se processa o estudo dos ossos? Ou para que servem as escavações arqueológicas em necrópoles?

Em segundo lugar, embora o esqueleto humano, só por si, seja suficientemente “extravagante” para uma grande parte dos visitantes, haverá ainda espaço para aspectos mais raros ou extraordinários, como é o caso de doenças genéticas invulgares, traumatismos exuberantes ou infecções graves, cujas marcas são bem visíveis nos ossos.

É, por isso, importante que exista uma frase ou expressão que espelhe, de forma clara e sucinta, os conceitos principais atrás mencionados. Para esse efeito, iremos utilizar a definição de **Ideia Chave**<sup>52</sup>, proposta por Serrel (1996, p.1), que transmite o plano expositivo – o tema, a história e/ou um objectivo de comunicação. Por outras palavras, a Ideia Chave

---

<sup>52</sup> Serrel (1996) usa o termo “*Big Idea*”.

irá reflectir o plano que dá “alma” ou o sentido fundamental da exposição. E, consequentemente, vai permitir que esta funcione como um todo, onde as partes estão interligadas entre si (Serrel, 1996, p.1). Aliás, um dos motivos que torna a Ideia Chave tão eficaz é explicado por Nicks (2001, p.357): uma ideia que sintetiza a questão nuclear da exposição, e orienta toda a equipa de trabalho para um objectivo comum.

Serrell (1996, p.6) sugere ainda que a Ideia Chave seja definida logo desde o início. Poder-se-ia pensar que esta opção constrange a experiência do visitante, no entanto, a autora considera que sucede exactamente o oposto, ou seja, a existência de uma expressão que reflecte os conceitos principais facilita a interpretação das mensagens.

A Ideia Chave deve responder então à pergunta “*So what?*” expressa numa frase clara e sucinta. Por conseguinte, a frase que reproduz a Ideia Chave para esta exposição é:

*Porque se estudam as populações do passado através dos ossos?*

*O que é que eles nos dizem?*

#### PRINCIPAIS VALORES E CONTEÚDOS

Depois de definir a Ideia Chave e os conceitos gerais, podemos então apresentar os valores que queremos transmitir e, simultaneamente, começar a desenvolver os conteúdos expositivos.

O principal valor das exposições museológicas<sup>53</sup> e aquilo que as distingue de outros eventos – como por exemplo, ir ao cinema ou ler um livro – é a autenticidade dos objectos. Porque é que esta percepção do autêntico é tão importante para o público? Quando a exposição museológica é bem sucedida, proporciona ao visitante uma experiência que vai transformar, de alguma forma, a sua realidade. Essa transformação ocorre ao nível emocional e, neste contexto museal, é sempre originado por algum tipo de “*real stuff*” - quer seja estético, histórico, científico ou outro (Barry Lord, 2001f, pp.16-18).

Tal como o autor (2001f, p. 18), acreditamos que a exposição não deve tentar oferecer uma lição ou curso. Em geral, as pessoas procuram o museu como local de

---

<sup>53</sup> Consideramos que a exposição aqui programada é uma exposição museológica, apesar de não ser uma exposição de um museu - dada a sua tipologia que inclui a apresentação de um acervo e que segue uma metodologia museológica.

aprendizagem informal. Nesse sentido, a exposição pode afectar o visitante - as atitudes, as preocupações, a tolerância e a avaliação no que respeita a determinado assunto - mas não com o objectivo de “pregar” ou converter. Em contrapartida, um museu também não é um jogo de consola nem uma montanha russa. Podemos incluir entretenimento audiovisual ou experiência de simulador se, e apenas, estiver direccionado para a transformação de interesses, atitudes ou valores do visitante em relação ao conteúdo exposto (Lord B., 2001f, p. 18).

Por esta ordem de razões, aquilo que propomos não será uma exposição em que os objectos “falam por si”, nem será demasiado focado no entretenimento. Será antes concebido como uma narrativa (não obrigatoriamente sequencial) ilustrada pelos diferentes elementos expositivos: pelas colecções - salientando a sua autenticidade - mas também pelas imagens, gráficos, esquemas, dioramas, elementos interactivos *hands-on* ou multimédia, vídeos, simulacros, representações, etc.

Outro valor que tencionamos cultivar neste programa é a transparência. Dentro deste âmbito, iremos explorar características que são fundamentais na produção científica, apesar de conotadas negativamente<sup>54</sup>. Um caso exemplificativo é a dúvida científica. Esta é uma questão premente na paleopatologia<sup>55</sup> porque existe sempre uma grande interrogação no diagnóstico de patologias realizado a partir do material ósseo. Inclusivamente, é usual os diagnósticos diferenciais provocarem controvérsia entre investigadores de renome internacional. Por esta razão, a dúvida na ciência será abordada transversalmente na exposição e com particular relevo no módulo da paleopatologia.

Em relação aos conteúdos expositivos, começamos por destacar a pesquisa que realizámos sobre os programas curriculares, com o intuito de integrar o público escolar na programação. Em função dos resultados, excluímos um módulo de evolução humana, passando esse tema a ser transversal a todo o discurso expositivo. Decidimos, igualmente, reforçar determinados conteúdos: a função das células ósseas, os sistemas de suporte e movimento do ser humano, as respostas do organismo às doenças, saúde e higiene, bem

---

<sup>54</sup> As características aqui mencionadas referem-se às que enumerámos no CAPÍTULO 3: os resultados falhados e a frustração associada, o erro, a dúvida, a persistência e a controvérsia.

<sup>55</sup> Marc Armand Ruffer definiu paleopatologia como uma ciência que estuda as doenças em populações do passado, a partir de vestígios humanos ou de animais procedentes de tempos antigos (Roberts e Manchester, 1995).



como a discussão sobre questões éticas (*e.g.* o racismo). E ainda destacámos a relação entre disciplinas diferentes, como a biologia e a história.

Assim, efectuámos um ajustamento na organização inicial dos conteúdos de modo a fazer convergir a exposição com os interesses das escolas. Acresce ainda, o facto de olharmos para os conteúdos com outra perspectiva, o que irá enriquecer a própria exposição.

As mensagens serão então transmitidas através de histórias, biografias, casos de estudo ou fenómenos, a partir dos esqueletos humanos e sempre com uma abordagem evolutiva. No percurso ofereceremos a oportunidade de familiarização com a anatomia do esqueleto, com a colecção propriamente dita e também com as metodologias e estudo dessa realidade.

Por fim, através da intersecção das várias disciplinas, pretendemos que o visitante adquira uma nova perspectiva e toda uma nova forma de contextualização dos ossos humanos.

#### ORGANIZAÇÃO DA EXPOSIÇÃO

A organização da exposição é uma fase que implica várias tarefas e que iremos desenvolver em seguida. De modo a facilitar a sua leitura, elaborámos também um enredo<sup>56</sup> que organiza as tarefas numa tabela (ANEXO 7).

Em primeiro lugar, definimos os temas da exposição que estabelecem os parâmetros e o ponto fulcral para depois desenvolver o conteúdo expositivo. Geralmente, são construídos sobre a ideia chave e incluem tópicos primários e secundários (Nicks, 2001, p.358), como está representado na tabela 6.

**Tabela 6.** Temas da exposição.

Ideia Chave	Porque se estudam as populações do passado através dos ossos? O que eles nos dizem?
Tema principal	O que é a Bioarqueologia
Subtemas	O objecto de estudo: Os ossos humanos
	A origem e história da Bioarqueologia
	Os métodos

<sup>56</sup> Enredo é o termo usado para descrever o documento central do programa da exposição, de acordo com Nicks (2001). Apresenta as mensagens que decorrem da ideia nuclear da exposição e conduz o processo do papel estritamente de curadoria à função de plano interpretativo.

Temas secundários (ou paralelos)	O que contam os esqueletos da colecção da Universidade de Évora
	Contributos da Bioarqueologia nas questões da actualidade
	Anatomia/função do esqueleto
	Os mecanismos evolutivos
	Os factores ambientais e sociais na biologia humana e vice-versa
	História da ciência [Antropologia física] em Portugal e internacional
	A saúde e higiene em vários períodos históricos
	Contextos funerários em diferentes culturas

A estrutura temática<sup>57</sup> define como os temas se relacionam entre si e determinará todas as fases seguintes da programação expositiva. De acordo com Nicks (2001, p.359), as decisões tomadas nesta fase irão ter uma enorme influência na experiência do visitante. Por conseguinte, combinámos várias das estruturas descritas pelo autor (2001, pp.359-364) e construímos um esquema organizativo específico para o caso concreto (figura 28).

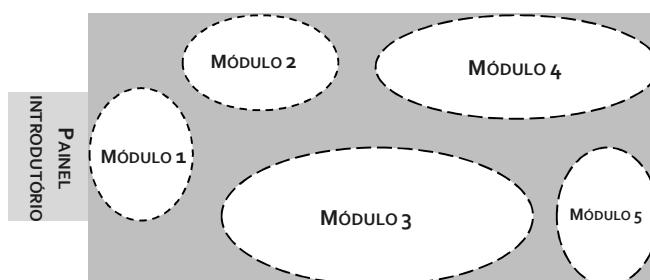


Figura 28. Esquema organizativo da exposição.

Assim, a exposição será organizada em ilhas ou módulos temáticos, dispostos numa sequência lógica mas com autonomia suficiente para poderem ser percorridos de forma aleatória (tabela 7):

**Tabela 7.** Módulos da Exposição.

MÓDULO 1 (o objecto de estudo – os ossos humanos)
MÓDULO 2: (a história da antropologia biológica)
MÓDULO 3: (procedimentos e metodologias usados)
MÓDULO 4: (patologias e outras marcas nos ossos)
MÓDULO 5: (assuntos da actualidade relacionados)

<sup>57</sup> Equivale ao Esquema Organizativo de MCE (2006).

Estas ilhas têm a vantagem de se adequarem bem ao carácter itinerante, pois são fisicamente independentes e a sua disposição é flexível no espaço. Permitem também seleccionar temas, apresentando exposições com dimensões variadas. Por exemplo, se houver uma entidade mais direccionada para a arqueologia que queira receber a exposição mas não lhe interessar a parte da anatomia do osso, então, este modelo permite excluir o módulo não eleito e instalá-la sem que se perca, apesar disso, a Ideia Chave.

Embora seja aconselhável que os módulos tenham limites físicos para isolar os seus conteúdos, devem apresentar pelo menos duas aberturas, permitindo uma circulação livre entre eles (tal como funcionam os *stands* expositivos de feiras). De qualquer forma, a estrutura física dos módulos só será completamente definida mais tarde, em conjunto com a equipa de design.

A **circulação** irá variar consoante o espaço onde for instalada a exposição. Porém, existem alguns requisitos a respeitar: haver fluidez e os visitantes serem encaminhados para a sequência módulo1-módulo2-...-módulo5. Deste modo, proporcionamos uma orientação em relação ao discurso expositivo a percorrer, sem haver, contudo, a obrigação de o respeitar.

No interior dos módulos, distinguimos a circulação em dois grupos: no primeiro, os módulos 1, 2 e 5 e no segundo, os módulos 3 e 4 (figura 29).

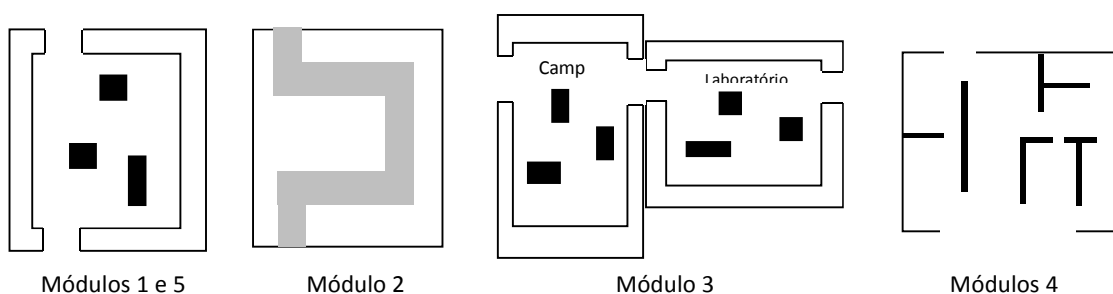


Figura 29. Esquema da circulação interna em cada um dos módulos.

No primeiro grupo, é tratado um único tema, por isso, o espaço deve ser visualmente aberto para todos os elementos expositivos. Os módulos 3 e 4 são mais densos por tratarem mais assuntos. Por essa razão, o módulo 3 deverá ser organizado em 2 “sub-módulos” contíguos: procedimentos de campo e procedimentos de laboratório. Dentro de

cada um destes “sub-módulos” o percurso será idêntico aos módulos 1, 2 e 5. Já o Módulo 4 será organizado em zonas distintas, onde cada uma das quais corresponde a uma tipologia diferente de lesão (e.g. marcas de actividade, traumas, doenças infecciosas)

Ainda associado à circulação, salientamos a necessidade de haver bancos ou *puffs* que se possam pôr e tirar consoante o movimento de visitantes. Isto justifica-se por ser importante garantir zonas onde as pessoas se possam sentar e usufruir do que a exposição tem para oferecer ou, simplesmente, descansar e relaxar.

Nesta fase, é necessário fazer também **a selecção de peças e de conjuntos**, indicando **a relação dos bens culturais a expor segundo o esquema organizativo**. Para esse efeito, quer as peças da colecção osteológica, quer os outros elementos expositivos foram escolhidos de modo a representar cada ideia ou mensagem. No ANEXO 8 apresentamos a listagem de todos os elementos, conforme a sua disposição no esquema organizativo.

Quanto aos **requisitos gerais de conservação**, será efectuado um registo da condição de todos os objectos a expor, antes da exposição e sempre que mudem de local. Este requisito é particularmente relevante no período de itinerância.

Não tencionamos expor peças de grande valor (económico ou de raridade) nem peças especialmente frágeis que necessitem de maiores cuidados de conservação. Apesar disso, haverá uma preocupação de monitorizar regularmente os espaços, condições ambientais, suportes, equipamentos expositivos, principalmente, nas fases de instalação e deslocação. Aliás, o cálculo do período mínimo da exposição em cada local será feito com base nos pressupostos de conservação e segurança dos elementos expositivos. No ANEXO 9 especificamos os cuidados gerais de conservação para os diferentes elementos museográficos, consoante a sua natureza.

#### AVALIAÇÃO DA EXPOSIÇÃO

Tal como Grewcock (2001, p.44), consideramos que as exposições que não envolvem os utilizadores durante a sua concepção, correm o risco de falhar. Afinal, o que queremos alcançar, em última instância, são os visitantes. Por conseguinte, necessitamos de uma metodologia que privilegie a interacção entre utentes e a organização – a avaliação. Por outras palavras, precisamos de um processo que avalie o programa expositivo, desde os primeiros esboços até ao encerramento da exposição, permitindo que a equipa organizadora

aprenda e evolua. Para o efeito, utilizaremos três tipos de avaliação, descritos por Serrel (1996, pp.133-146) e Grewcock (2001):

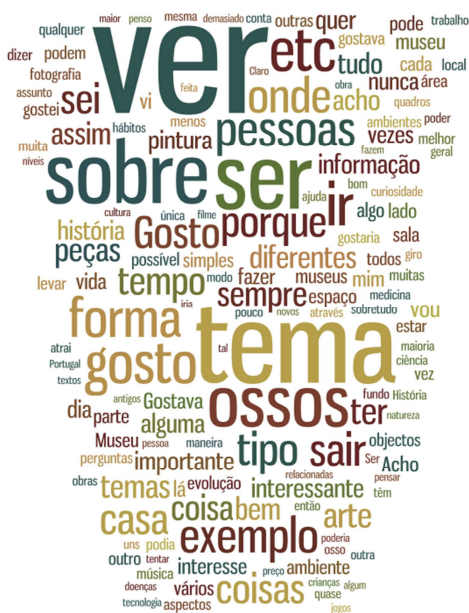
A avaliação front-end ocorre antes do programa expositivo estar detalhado, estudando o estado do público potencial. Serve para aferir o nível de conhecimentos dos visitantes e quais as suas expectativas (Serrel, 1996, p.133), de modo a estabelecer um trabalho de base para uma comunicação bem sucedida (Grewcock, 2001, p.47). Efectivamente, a exposição deve satisfazer certos requisitos fundamentais para o visitante: motivação, expectativas, percepções, ambiente físico envolvente e minimização de barreiras à visita (Grewcock, 2001, p.47).

A avaliação formativa tem lugar durante a fase de *design*, testando o conteúdo detalhado e os modos propostos de comunicação como alvos de mercados representativos (Grewcock, 2001, pp.49-51).

Por último, realiza-se a avaliação sumativa. Sucede já com visitantes reais quando a exposição está a decorrer. Serve para futuros eventos expositivos e é mais eficaz quando integrada num ciclo de avaliações que resultam em estudos de público continuados (Grewcock, D., 2001, pp.51-52). Uma vez que ocorre quando a exposição já se encontra aberta ao público, pode revelar alguns refinamentos necessários que não eram possíveis de antever sem um contexto global e real (Serrel, 1996, p.133).

No programa expositivo aqui proposto, estão previstas algumas avaliações. A primeira, mais rudimentar e informal que o *front-end*, foi realizada logo no início do projecto. O seu objectivo era adquirir uma noção, embora grosseira, dos interesses e motivações do público, ainda antes de redigir este projecto. Para tal, realizámos um questionário a pessoas próximas, sobre exposições em geral e sobre aquilo que pensam sobre uma eventual exposição cujo tema são os ossos humanos e a antropologia biológica (ANEXO 10). As perguntas, por serem muito genéricas, deram liberdade para responder de forma heterogénea.

Não chegámos a conclusões concretas, não era esse o objectivo, mas algumas conjecturas foram reforçadas. Por exemplo, muitos dos inquiridos afirmaram sentirem-se atraídos por exposições dinâmicas ou interactivas ou que tragam surpresa ou algo de novo; vários mostraram preferência por eventos apelativos para levar as crianças. Notámos



Numa segunda fase, já com a maioria dos conteúdos expositivos discutidos e encaminhados, faremos uma verdadeira avaliação *front-end*. Nesse caso, seguindo as sugestões de Serrel (1996, p.136), começaremos por escolher uma amostra. A amostra pode ser pequena (15-25 pessoas) porque a intenção é obtermos dados qualitativos sobre questões específicas. Teremos de ter apenas o cuidado de não generalizar as respostas obtidas nem transferir as conclusões para novas situações, pois esta dimensão amostral não o permite. Assim, as entrevistas serão feitas cara-a-cara a potenciais visitantes da exposição itinerante ou do futuro museu (não mais que 5 minutos), ou seja, em Évora ou Estremoz.

93

Numa terceira etapa, já em fase de instalação, faremos uma visita-piloto, com uma amostra de potenciais visitantes para ter um *feedback* mais concreto do público. Desta forma, ainda é possível alterar algo que venha a ser necessário.

Enquanto decorre a exposição, haverá uma avaliação sumativa. Como foi referido, esta avaliação tem uma dupla função, efectuar melhorias durante o período de itinerância, mas também prever o que deve ser ajustado para a exposição de longa duração.

#### PROGRAMAS PARA PÚBLICOS ASSOCIADOS À EXPOSIÇÃO DE LONGA DURAÇÃO

A preparação de uma programação para o público corresponde à última fase do programa expositivo. Serve para fornecer o *input* de curadoria, no que diz respeito às actividades e programas paralelos à exposição (Nicks, 2001, p.366).

A **linha condutora** estará intimamente ligada aos conceitos chave deste programa expositivo. As actividades serão heterogéneas, de forma a abranger um público diverso e, por outro lado, irão explorar formatos criativos sem restrição de espaço. A partir da tipologia sugerida por Brown (2001, pp.302-315), apresentamos, de seguida, algumas propostas de actividades relacionadas com a exposição a concretizar.

As **visitas guiadas** serão proporcionadas por guias que irão receber uma formação específica para o efeito. Os guias deverão ser capazes de se adaptar às necessidades e interesses da audiência, consoante seja um grupo escolar, um grupo informal de amigos ou uma só pessoa. Este perfil é inspirado nos exemplos do Museu da Electricidade em Lisboa e do Museu da Ciência em Coimbra<sup>58</sup>.

A **produção de Kits didácticos** (e.g. réplicas de esqueleto em conexão anatómica e de vários ossos, alguns instrumentos de investigação, textos e imagens) está pensada para diversos fins. É o caso do prolongamento da visita para a sala de aula, ou seja, os alunos terão acesso aos *kits* didácticos na sua própria escola, possibilitando uma maior exploração dos conteúdos expositivos.

Já as **Experiências virtuais** na internet deverão ser vistas como autónomas, mas não como substitutas da exposição porque não têm acesso ao “*real thing*”.

<sup>58</sup> As informações sobre as visitas guiadas no Museu da Electricidade (Lisboa) e no Museu da Ciência (Coimbra) foram fornecidas pelo Director do Museu de Electricidade, à data - Eduardo Moura - e pelos guias do Museu da Ciência - Miguel Gomes e Filipa Heitor – respectivamente.

As **visitas *behind-the scenes*** correspondem a visitas programadas aos laboratórios e à reserva, com acesso aos investigadores e técnicos. Este é o tipo de actividade que leva o visitante a sentir-se especial, a sentir que está a entrar “dentro” do museu, na sua “máquina”. Ironicamente, e segundo Brown (2001, p.311), é um tipo de actividade que não exclui ninguém, que qualquer pessoa pode usufruir.

Os **Discovery rooms** fornecem experiências tácteis directas e interactivas relacionadas com a exposição. Neste caso, estão previstos alguns *discovery rooms*, como é o caso da simulação de escavação no Módulo 3.

O **Teatro de museu** é uma tipologia a explorar. Uma vez que existem vários grupos de expressão dramática, tanto na cidade de Évora como na própria Universidade, seria interessante criar algumas parcerias nesse sentido. Brown (2001, pp.312-313) descreve vários estilos dentro desta categoria. Para o primeiro - dar vida a personagens representadas - podemos seleccionar algumas patologias expostas e representar como seriam essas pessoas no período histórico em que viveram. Ou, podemos ter um personagem a “contar a sua história de vida” fictícia, baseada nas informações de um esqueleto apresentado em exposição.

A panóplia de **palestras** possíveis é ilimitada, quer a nível de temas, de público-alvo ou de formato. Poderemos realizar, por exemplo, palestras formais dadas por um especialista da área, debates entre pessoas com diversas perspectivas ou até conversas informais, simulando o ambiente “de café” com interacção entre todos os intervenientes.

Os **eventos especiais** são importantes para a divulgação. Podem abranger várias entidades, como “a noite dos museus” ou “a noite dos investigadores” ou tratar-se, simplesmente, de um aniversário da instituição.

Estes são apenas alguns exemplos do que é possível levar a cabo. Nesta fase é importante explorar ao máximo as possibilidades a desenvolver para, mais tarde, quando houver variáveis mais precisas, definir uma linha programática mais definitiva.

#### PRINCÍPIOS E ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO

As estratégias de comunicação dentro da exposição foram concebidas essencialmente a partir das recomendações de Serrel (1996). Nessa obra, a autora (1996,



p.93) apresenta uma definição de exposição “ideal”: uma experiência num museu que envolve a imersão num espaço esteticamente agradável, fisicamente confortável, com informação bem organizada, clara e sedutora. Naquele espaço, os visitantes sentem que têm o controlo - passada própria, sem confusão, exercendo livre escolha. Os utentes têm ainda à sua disposição uma variedade de experiências, tal como novos desafios apropriados ao nível de conhecimento de “aprendizes”. É um espaço onde os visitantes não se sentem sobrecarregados ou apáticos.

Efectivamente, é o que idealmente pretendemos alcançar ao conceber este programa expositivo. Assim, como já referimos no CAPÍTULO 3, a exposição será assumidamente interpretativa. Para tal, irá funcionar como um todo interligado em torno de uma ideia principal, onde se orientam os visitantes para determinados temas e questões. Deste modo, o público acede à informação de forma transparente e tem mais liberdade para formar as suas próprias opiniões. Pretendemos, portanto, que o evento seja claro e objectivo – e muito VISUAL - em toda a sua extensão.

- **Tom da exposição**<sup>59</sup>

É necessário agora definir o tom. Tal como Serrel (1996, p.83), consideramos que o tom de uma exposição interpretativa nunca deve ser moralista ou pedante, nem ser simplista ou condescendente. Por esse motivo, o tom será informal com o intuito de não intimidar os visitantes e para que, desta forma, se sintam confortáveis para falar, debater ou colocar questões.

Iremos explorar um tom de conversa, como se os textos estivessem a falar com o público. Segundo Serrel (1996, p.83), este estilo aproxima os visitantes e tende a provocar conversação entre eles ou prender mais a sua atenção. Salientamos ainda que o tom não deve ser infantil mas sim informal. Por este motivo, iremos manter o rigor científico e uma linguagem com um vocabulário acessível mas não acriançado.

### **Informação escrita (*labels*)**<sup>60</sup>

---

<sup>59</sup> Serrel (1996) usa o termo “voice”.

<sup>60</sup> O termo *label* é aqui usada no sentido de todos os suportes de texto (legendas, introduções, painéis expositivos, etc.) quer sejam só de texto, ou sejam complementados com imagens, gráficos, etc. No Dicionário de Inglês-Português (Porto Editora) a palavra “*label*” pode ser traduzida para “rótulo” ou “etiqueta”.

Um outro aspecto fundamental a definir na estratégia de comunicação são as *labels*. Elas devem ser desenvolvidas num sistema integrado desde o título até às legendas. Para além disso, devem funcionar todas em conjunto, mesmo que não sejam usadas na “ordem certa” pelos visitantes (Serrel, 1996, p.21). A autora (1996, p. 31) recomenda ainda que não se excedam os 10 tipos diferentes, de modo a evitar que a exposição pareça confusa ou desorganizada. Por essa razão, seleccionamos os 5 tipos de informação escrita apresentados na tabela 8.

**Tabela 8.** Tipos de informação escrita seleccionados.

- |    |   |
|----|---|
| 1. | Título (com subtítulo)  |
| 2. | Título das secções (módulos e submódulos).                          |
| 3. | Captions (para grande parte dos elementos expositivos)              |
| 4. | Legendas (devem sempre que possível estar combinadas com captions)  |
| 5. | Orientação (desde o exterior do edifício até às indicações no chão) |

Por conseguinte, definimos para o **título**:

“A VIDA POR UM OSSO”

E, para o **subtítulo**:

“O QUE O NOSSO ESQUELETO TEM PARA NOS CONTAR...”

Posto isto, consideramos que, antes de entrar na exposição propriamente dita, deve haver uma introdução dos temas e uma apresentação da organização dos conteúdos no espaço. Por esse motivo, propomos que a exposição seja precedida de **labels de orientação** - uma planta da mesma com um texto complementar. Estas *labels* serão simples e com grandes dimensões, de modo a permitir que as informações sejam apreendidas pelos visitantes, sem que estes sejam forçados a parar, tal como é sugerido por Serrel (1996, p.22).

Já no interior, quando o visitante se depara com as diferentes secções, é importante que esteja claro o motivo porque agrupámos os elementos expositivos desta forma e não de outra. Ora, segundo Serrel (1996, p.24), o objectivo das **labels de grupo ou secção** é, precisamente, responder a essa questão, de forma a dar conforto, competência e controlo aos visitantes. Assim, o título de cada módulo irá transmitir o tema e conteúdos respectivos. Para além disso, a fim de dar continuidade às mensagens, iremos justapor (parcial ou totalmente) o objectivo de comunicação de cada secção ao título. Repetimos, então, os módulos referidos na tabela 7, mas agora com os títulos correspondentes (tabela 9):

**Tabela 9.** Títulos dos módulos da exposição.

MÓDULO 1	(o objecto de estudo – os ossos humanos)	Ossência
MÓDULO 2	(a história da antropologia biológica)	Era uma vez...
MÓDULO 3	(procedimentos e metodologias usados)	Diário de um antropólogo 3.1 No campo 3.2 E no Laboratório?
MÓDULO 4	(patologias e outras marcas nos ossos)	As mossa da vida
MÓDULO 5	(assuntos da actualidade relacionados)	E agora?

Há outro tipo de *labels* de secção que usaremos em algumas ocasiões, através do qual assinalamos um ponto de vista diferente à narrativa principal e colocamos diferentes opiniões sobre determinado assunto. É o caso do Módulo 3 - quando apresentamos as questões do racismo inerentes à história da antropologia biológica. Neste módulo, alguns tópicos polémicos podem ser expressos dessa forma ou em tom de pergunta.

Também iremos utilizar as *captions* com frequência. Estas são *labels* interpretativas específicas para objectos específicos. Devem funcionar harmoniosamente com os outros textos, mas fazer sentido quando são lidas de forma independente (Serrel, 1996, pp.24-25).

Toda a informação escrita deve ser **visitor-friendly** ou seja, útil e com significado para os visitantes. Para tal, usa-se um tom adequado, encoraja-se as pessoas a lê-las para si, a lê-las em voz alto para os outros, a ler tudo até ao fim e a lembrarem-se do que leram (Serrel, 1996, p.83).

Existe ainda **outra informação escrita** que não é interpretativa, como é o caso das legendas de identificação - dão informações detalhadas sobre o objecto, o nome, autor, material, etc. – ou dos sinais de orientação que também não serão menosprezados, pois é importante o visitante conseguir orientar-se e sentir-se confortável para poder apreender informação da exposição (Serrel, 1996, pp.28-31).

Os **níveis das labels** podem ser organizados por tipo e ter uma hierarquia. Isto designa-se por estruturação por propósito. Essa organização deve ser clara e lógica para o visitante - o *design* gráfico e tipográfico têm aqui um papel importante. As **categorias** devem ser bem definidas e não há espaço para a categoria “outros”. Para isso, o *design* e os objectivos de comunicação serão estreitamente estruturados em conjunto, sendo essa estrutura conduzida pela Ideia Chave (Serrel, 1996, pp.68-70).

No geral, assumimos uma estruturação por propósito neste programa. Porém, pontualmente, iremos conjugar esse modelo com um sistema por níveis. Efectivamente, o sistema por níveis organiza os conteúdos pelo grau de complexidade e dessa forma, pode clarificar alguns assuntos mais difíceis de explicar.

Por vezes, também será pertinente utilizarmos uma estrutura por “blocos” para certos elementos expositivos. A exposição estruturada por “blocos” não tem uma hierarquia, como os outros dois sistemas mencionados. Em vez disso, implica um *design* e uma escrita em partes, com texto e imagens, que funcionam como o nível de *caption*. Ou seja, todos os blocos têm o mesmo nível de detalhe, por isso podem ser lidos por qualquer ordem. Assim, o visitante escolhe a quantidade e a ordem do que lê. Para além disso, as imagens são colocadas de forma a contarem parte da história por si (Serrel, 1996, p.72).

Já o sistema de categorias de *labels* “de especialista”, utilizado em vários museus de ciência, não é recomendado e não iremos usá-lo. É um sistema geralmente organizado em três níveis, no sentido do simples para o complexo, do geral para o específico. Serrel (1996, p.81-82) afirma ainda que, muitas vezes, não há uma coincidência entre esta hierarquia de complexidade para o especialista e os conceitos de simples e complexo para o visitante. Por outras palavras, o especialista tende a construir os graus de complexidade com base em conhecimento conceptual e abstracto. Já o visitante pretende, geralmente, compreender questões concretas, mais ou menos complexas, suscitadas pela exposição.

O **vocabulário** é outro aspecto fundamental na construção dos textos expositivos e, naturalmente, ir-se-á reflectir no próprio êxito da exposição. Como tal, tem de ser muito bem ponderado. Seguiremos, também aqui, as sugestões de Serrel (1996, pp.97-100), assim, vocabulário não será dirigido para o mínimo denominador comum mas sim para o mais comum denominador comum. Por outras palavras, não haverá diferentes níveis de vocabulário, mas apenas um único. Não será escrito para especialistas e, em vez disso, o nível de leitura terá como base a assunção que a maioria dos leitores não domina o vocabulário da área em questão. Para esse efeito, a escolha será sustentada em testes feitos

a potenciais visitantes, quer seja uma avaliação *front-end*, quer sejam técnicas de “*core-editing*”<sup>61</sup>.

Posteriormente, é necessário **conjuguar os textos com imagens**. Esta tarefa é, também ela, uma peça fundamental para o êxito da *label* e do próprio evento expositivo, embora não seja simples de executar. Com efeito, o texto e aquilo que se está a ver ou experimentar terão de funcionar em conjunto, segundo os mesmos objectivos. Caso contrário, estarão a competir uns com os outros ou a dispersar a atenção (Serrel, 1996, pp. 148-149). De acordo com a mesma autora (1996, p.147), para que tal resulte, é necessário um processo iterativo de selecção de palavras, de imagens, modificação de palavras e alteração de conteúdos não verbais.

### **Tempo na exposição**

Durante a concepção da exposição teremos ainda em conta o período de tempo que o visitante despende no percurso. Com efeito, estimaremos o tempo potencial de cada elemento expositivo, conjugaremos com o número de elementos expositivos e com o duração média que o visitante irá (provavelmente) despende no total, conforme as recomendações de Serrel, (1996, pp.71-72). Para tal, iremos utilizar uma taxa – *sweep rate*<sup>62</sup> – que representa o tempo médio que se calcula que o visitante gaste por unidade de espaço, andando devagar e parando ocasionalmente.

### **Estilos de aprendizagem, motivações e interesses**

Queremos salientar ainda o modo como os estilos de aprendizagem, as motivações e os interesses do visitante vão influenciar a construção desta exposição.

Quando criamos experiências através de diferentes tipos de *labels* ou diferentes modos de apresentar a informação, não o deveremos fazer com o propósito de discriminar níveis de conteúdos para diferentes visitantes. Pelo contrário, deveremos utilizá-los de modo a proporcionar uma maior variedade de experiências e, conseqüentemente, reforçar as ideias ao longo da exposição (Serrel, 1996, p.65). Neste âmbito, analisamos a aplicação dos 4

---

<sup>61</sup> Uma técnica de *core-editing* é, por exemplo, ler um texto e verificar se ele mantém o sentido retirando as palavras difíceis, se a análise for negativa então o texto deve ser reescrito.

<sup>62</sup> Serrel (1996, p. 71) obteve o valor aproximado de 1min/30 m<sup>2</sup> de *sweep rate*. Este valor foi obtido a partir de dados empíricos que não incluem *blockbusters*.

modos de apreensão pelos visitantes, descritos por Barry Lord (2001f, pp.19-22): Contemplação, Compreensão, Descoberta, Interação.

Iremos focar-nos veementemente no modo da **Compreensão** (com tudo o que envolve este modo de apreensão). O modo de **contemplação** vai estar presente na medida em que haverá objectos que podem ser apreciados e contemplados. No entanto, esse será um objectivo secundário. Por exemplo, os esqueletos autênticos ou as patologias mais exuberantes serão, seguramente, contemplados por muitos visitantes, embora não o sejam no sentido comum da contemplação estética.

O modo de **Interação** vai ser desenvolvido, mas sempre conduzido de forma a reforçar a Compreensão. Aliás, existem estudos de público que mostram que a interação pessoa-a-pessoa está entre as experiências mais efectivas que o museu pode oferecer. Por exemplo, guias ou monitores informados, demonstrações ou intérpretes, conforme é constatado por Barry Lord (2001f, p.21). Apesar disso, é necessário incluir alternativas para aqueles que desejarem ter maior liberdade de escolha na sua visita.

O modo de **Descoberta** poderá ser explorado, numa fase posterior, quando a base de dados da colecção estiver desenvolvida, colocando-a assim acessível na exposição, para que os visitantes possam ver imagens e ter acesso a informação relacionada com os espécimes. Este elemento expositivo interactivo estará também relacionado com o modo de Compreensão, se estiver contextualizado de forma a explicar o funcionamento da reserva e base de dados.

Tem de ficar claro que os conceitos associados aos estilos de aprendizagem não serão uma finalidade, pois não queremos correr o risco de tornar a exposição exclusivista. Aliás, como explica Serrel (1996, p. 62), ao contrário da pergunta que por vezes é feita: “Como vamos tornar a exposição apelativa para os diferentes estilos de aprendizagem dos visitantes?”, devemos interrogarmo-nos: “Quão bem comunica a exposição com os visitantes e como se compromete na sua procura de significado?”. Por outras palavras, ser apelativo para os diferentes estilos de aprendizagem não é um objectivo por si só, deve ser usado como um meio para se conseguir uma comunicação eficiente.

Por essa razão, não deixa de ser importante conhecer algumas das classificações associadas à aprendizagem, para além dos vários modos de apreensão descritos anteriormente.

Nesse sentido, destacamos a classificação de McManus (1991, p.46) que descreve quatro categorias baseadas no tipo de grupo e nos comportamentos associados à aprendizagem em exposição: Grupos com crianças, pessoas desacompanhadas de ambos os sexos, casais e grupos de adultos. No geral, os grupos com crianças falam muito sobre o que viram mas não lêem os textos. Os visitantes que não se fazem acompanhar lêem os textos e processam rapidamente as interpretações, mas não têm por hábito usar as componentes interactivas. Inclusivamente, das quatro categorias, é aquela em que se gasta menos tempo nas exposições. Os casais têm um comportamento semelhante ao das pessoas desacompanhadas, no entanto, fazem visitas mais demoradas. Os grupos de adultos prestam pouca atenção à comunicação, não lêem particularmente os textos, nem consomem muito tempo nos elementos expositivos.

Já Serrel (1996, pp.52-59) descreve 7 perfis de preferências de aprendizagem (*e.g.* grupo de pares vs visita conduzida por autoridade; experiências concretas vs abstractas; estímulos verbais e não verbais; ruidoso vs silencioso). Apesar da maioria destas escolhas não serem incompatíveis, algumas são quase mutuamente exclusivas. Por conseguinte, seleccionámos algumas preferências de aprendizagem que se adequam a este programa expositivo, a partir dos perfis definidos e que apresentamos no ANEXO 12.

É de notar que uma pessoa não tem apenas uma única preferência de aprendizagem ou forma de ver as exposições, estas são apenas tendências. O mesmo indivíduo pode gostar de fazer um percurso recomendado com visita guiada e noutra ocasião querer fazer o seu próprio percurso, gerindo o tempo à sua maneira, ou saltando partes da exposição. Isso vai depender dos seus interesses, motivações ou disposição no momento.

Por todos estes motivos aqui mencionados, as *labels* não devem estar segmentadas por categorias para diferentes públicos (*labels* diferentes para públicos diferentes). Devem, sim, ser construídas de forma a abranger o máximo de público possível e serem fortemente apelativas (Serrel, 1996, p.77). Porém há excepções, no caso da altura a que a informação escrita está do chão, Serrel (1996, p.73) recomenda que os textos estejam mais ao nível dos

olhos dos adultos e as partes mais visuais e interactivas se situem mais ao nível dos olhos das crianças.

#### 4.3. VISITA À EXPOSIÇÃO

Finalmente, depois de apresentar o programa, sentimos a necessidade de a descrever. De modo a tornar essa descrição mais clara e dinâmica, resolvemos fazê-lo através de uma narrativa, partindo da perspectiva de visitantes que se deslocam ao Centro de Ciência Viva de Estremoz para ver a exposição pela primeira vez, tal como se segue<sup>63</sup>:

Quando entramos na cidade de Estremoz, notámos imediatamente os esqueletos (réplicas) a acompanhar a sinalética que nos encaminha para a exposição. Os esqueletos aparecem a praticar diferentes actividades como andar de bicicleta ou a tomar conta de ovelhas. Seguimos, assim, a sinalética e encontramos o Centro de Ciência Viva. Ao olharmos para o edifício, sobressai imediatamente um grande letreiro com um título – “A VIDA POR UM OSO” – e mais abaixo o subtítulo – “O que o nosso esqueleto tem para nos contar...”. Isto, num cartaz alusivo ao que podemos encontrar no interior. Resolvemos entrar. Ao passar pela porta principal, aparece um *hall* de entrada espaçoso e bem iluminado. Mais uma vez, encontramos aqui réplicas de esqueletos: alguns representam um grupo de turistas no centro do *hall* e outro que está disfarçado de recepcionista na recepção/bilheteira. Dirigimo-nos então para aquela área e, nesse momento, apercebemo-nos de um grande painel que se encontra numa parede e que precede a entrada para a exposição, propriamente dita.

##### INICIO – PAINEL INTRODUTÓRIO

No painel podemos observar uma planta do espaço expositivo - com várias cores que distinguem os diferentes módulos, áreas de circulação e serviços públicos (WC, bilheteira etc.) - a acompanhar uma pequena introdução.

Nessa introdução é-nos explicada a ideia principal, o porquê da sua escolha e os principais objectivos do evento expositivo.

<sup>63</sup> De forma a tornar a descrição mais dinâmica e fácil de visualizar, criámos um discurso a duas “vozes” neste subcapítulo. Uma “voz” principal, participante e observadora na narrativa, na 1ª Pessoa do Plural que representa a visão dos visitantes. Uma segunda “voz” (em itálico), no Infinitivo Impessoal, onisciente e que não participa na narrativa, vai explicando determinados aspectos da exposição.



*O texto expressa bem que se pretende apresentar a área da antropologia biológica e também desenvolver temáticas de uma das suas disciplinas em particular - a Bioarqueologia em Portugal. Para esse efeito, são utilizadas as colecções osteológicas da Universidade de Évora. O papel do acervo é, alias, evidenciado pela sua riqueza, capaz de proporcionar uma panóplia de abordagens e histórias diferentes, ilustrando-as. No texto, há uma referência sobre o possível desconforto que algumas pessoas poderão sentir, dada a natureza do acervo, ressaltando, no entanto, que é uma oportunidade para experienciar algo invulgar através de uma abordagem também completamente diferente do usual. No final, conclui-se que a exposição trata de histórias de pessoas como nós, que viveram em tempos passados, e que serão contadas através dos ossos.*

Por baixo do painel está um suporte com vários folhetos trípticos onde consta a planta do painel em tamanho reduzido, algumas imagens da exposição e um texto que resume o que iremos ver. Tiramos um e seguimos para a exposição.

À entrada, encontramos um grande espaço com várias secções onde nos podemos dirigir. Escolhemos o módulo mais próximo, o Módulo 1 - Ossência – onde, da entrada, vislumbramos aquilo que aparenta ser um pé de grandes dimensões...

### MÓDULO 1 – OSSÊNCIA

*Este módulo que trata da apresentação do esqueleto humano, proporciona uma familiarização com os ossos, as suas várias funções e dá uma noção do processo evolutivo do nosso esqueleto (figura 31).*

Assim, quando entramos, destaca-se imediatamente um pé humano, produzido a uma escala enorme, cujos ossos se articulam como num “puzzle gigante”. Depois, olhamos para o painel à nossa frente e deparamo-nos com um texto ilustrado do escritor Mia Couto, lembrando um excerto de banda desenhada:

*“- Vou lá fora pendurar os ossos.*

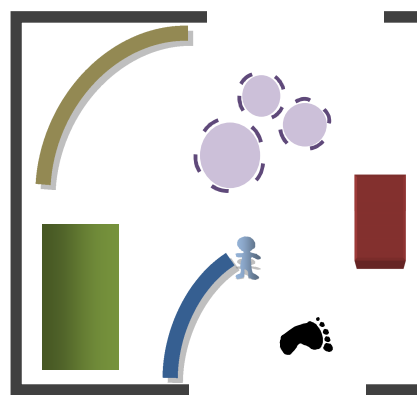


Figura 31. Representação esquemática do Módulo 1 – Ossência.

*[...] Pela primeira vez, eu o segui espiando, a espreitar a verdade de sua fantasia de pendurar o esqueleto. Foi então que, por trás dos arbustos, me surpreendeu a visão de arrepiar a alma: meu pai retirava do corpo os ossos e os pendurava nos ramos de uma árvore. Com esmero e método, ele suspendia as ossadas, uma por uma, naquele improvisado cabide.*

*Depois, já desprovido de interna moldura, ele amoleceu, insubstanciando-se no meio do chão. Ficou ali esparramorto, igual a uma massa suspirosa, fosse uma informe esponja. Só os ossos das maxilas ele conservava. Para as falas, conforme depois explicou.” (Mia Couto, 2000, pp. 135-215)*

Junto ao painel aparece um grande boneco insuflável meio vazio suportado por um cabide que o mantém de pé – aqui é-nos encorajado a pôr e tirar o boneco do suporte, verificar que este não se aguenta fora dele e entender que o esqueleto é o nosso próprio “cabide”. São, pois, estes dois elementos expositivos que introduzem a questão “Para que serve o nosso esqueleto?”

Seguimos, então, na direcção de uma mesa com um tampo interactivo, na qual conseguimos ampliar a imagem, desde o esqueleto até aos pormenores das células ósseas e vice-versa. Assim, ao fazer *zoom* temos a percepção das diferentes escalas e da relação entre a célula e o esqueleto completo. Nesta plataforma, podemos também optar por ver as imagens - as células, diferentes ossos ou esqueleto completo - a três dimensões e rodá-las para as observar de diferentes ângulos. Por fim, seleccionamos o ícone do filme e surge um pequeno documentário animado sobre as funções das células ósseas: como actuam no crescimento, ao longo da vida e como respondem a traumas ou outras doenças.

No centro do módulo estão várias mesas, sobre as quais se encontram diversos moldes de ossos humanos e jogos com eles relacionados. Sentamo-nos e experimentamos alguns daqueles jogos, ficando com uma ideia das formas, como se articulam uns nos outros, etc.

Entretanto, vários objectos de cores vivas atraem-nos a um dos cantos do módulo. Neste sítio é-nos sugerido que coloquemos joelheiras, cotovelleiras e outras peças que bloqueiam o movimento das articulações. Depois tentamos executar tarefas simples do dia-a-dia: subir degraus, sentar, usar talheres, vestir um casaco, etc. Rapidamente percebemos a função das articulações.

No lado oposto avistamos uma estante com objectos expostos mas, ao aproximarmos-nos, constatamos que o expositor funciona como uma tabela. Com efeito, cada coluna diz respeito a um animal diferente e cada linha representa uma parte do corpo (tal como está representado na tabela 10), o que nos permite, por exemplo, comparar partes análogas em diferentes animais ou homínídeos extintos.

**Tabela 10.** Organização do expositor sobre anatomia comparada e evolução.

	Ave	Réptil	Vaca	Chimpanzé	Neandertal	Homo sapiens
Crânio						
Mão e braço						
Bacia						
Pé						

*Junto ao expositor existe uma label que relaciona a anatomia comparada com a evolução. O texto que se segue exemplifica a linha condutora desta label:*

*O membro superior da ave está completamente adaptado para voar, já a mão do ser humano, com os dedos bem livres, tem uma função totalmente diferente. A mão do chimpanzé permite-lhe trepar e andar nas árvores e, se olharmos com atenção vemos que o dedo polegar é oponível aos outros dedos, como o nosso. Quando nós, ao longo da evolução deixámos as árvores e passámos a andar no chão, potenciámos a fisionomia das nossas mãos, adquirimos novos movimentos, muito mais minuciosos, que nos permitem realizar actividades como fabricar ferramentas e outros utensílios, pintar, escrever, coser, tocar piano, ....*

*Ainda na mesma label, estão incluídas algumas ideias do célebre evolucionista Stephen Jay Gould (2002, pp.21-23) acerca deste assunto:*

*Curiosamente, o panda também tem um polegar que lhe permite retirar os rebentos do bambu para comer. A questão é que o polegar do panda não é um dedo. Um dos ossos do pulso - sesamóide radial - evoluiu no panda, alargando e alongando. Neste caso, a evolução conduziu a uma forma alternativa ao polegar mas que tem as mesmas funções.*

## MÓDULO 2 – ERA UMA VEZ...

Depois de sairmos do Módulo 1, encontramos à nossa frente um compartimento com uma luminosidade que o distingue dos outros, é uma luz crepuscular que proporciona um ambiente mais sossegado – entramos, assim, no Módulo 2 (figura 32).

*Aqui é apresentada a história da antropologia biológica, dando um destaque especial ao que se passou em Portugal.*

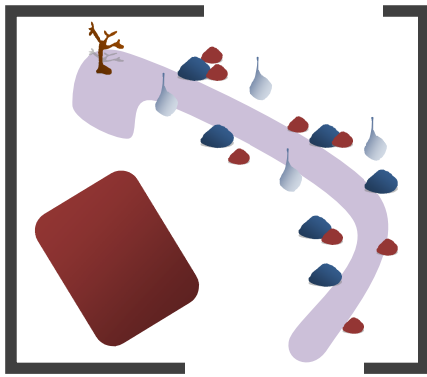


Figura 32. Representação esquemática do Módulo 2 – Era uma Vez...

Avançamos, seguindo um trilho desenhado no chão, ladeado por vários *puffs* e com balões pendurados no tecto. Cada um desses balões ou *puffs* expressa um episódio da história. Os maiores e mais contrastantes contam a história da antropologia biológica, enquanto os outros vão narrando episódios paralelos da sua época, dando uma contextualização à história principal. Ao olharmos com mais pormenor, verificamos que o caminho corresponde a um friso cronológico.

Outras *labels* ajudam a fazer as ligações da história e vão discutindo o tema.

Enquanto avançamos, percebemos que a antropologia física surgiu e foi utilizada para provar a existência de diferenças anatómicas e fisiológicas entre diferentes grupos, por exemplo, entre raças (dando fundamentos científicos às teorias raciais) ou para identificar criminosos. Neste contexto, é-nos dado a conhecer o papel das Missões Científicas nos territórios ultramarinos, nomeadamente sob domínio europeu.

Apercebemo-nos que no passado muitos cientistas defendiam estas teses. E também que, mais tarde, apareceram novos argumentos científicos dentro da própria disciplina da antropologia física a provar exactamente o oposto das teorias raciais. Curiosamente, fizeram-no a partir do mesmo tipo de dados (*e.g.* antropometria) que os seus antecessores.

No final do percurso, deparamo-nos com um pequeno largo onde se encontra um modelo tridimensional de uma “árvore” que esquematiza as ramificações da actual antropologia biológica – a paleoantropologia, a genética das populações, a bioarqueologia, a paleopatologia, a ecologia humana, entre outras - explicando resumidamente cada uma

delas. Neste local, é-nos transmitida a mensagem que a antropologia biológica perdeu as motivações iniciais e que, associando-se a diferentes tecnologias e outras disciplinas, apresenta-se hoje, com múltiplas aplicações na sociedade.

À parte do percurso, existe ainda uma zona dedicada ao que aconteceu no nosso país, pois em Portugal foram realizadas várias expedições antropológicas às colónias, nomeadamente, com o intuito de estudar diferenças físicas raciais, dentro do enquadramento histórico atrás descrito. Neste espaço encontramos fotografias da época e vários instrumentos que foram usados por antropólogos portugueses nas Missões<sup>64</sup>. Para além disso, existem ainda alguns textos e imagens complementares que nos elucidam sobre a história e a função dos objectos expostos.

### MÓDULO 3 – DIÁRIO DE UM ANTROPÓLOGO

No módulo 3 vemos e experimentamos as técnicas que os especialistas utilizam no seu trabalho. Aqui explicam-nos que o processo implica duas fases distintas: uma primeira de trabalho de campo (figura 33) e outra que se segue, no laboratório (figura 34).

#### - NO CAMPO

Antes de entrar no compartimento, deparamo-nos com duas vitrinas no interior. Aproximamo-nos para perceber o que contêm.

Numa delas estão expostos inúmeros ossos humanos desarticulados e amontoados. A *label* que está junto às vitrinas explica que se trata de um ossário e o que significa. Na outra vitrina consta um esqueleto em conexão anatómica, isto é, um esqueleto com os ossos articulados uns nos outros, na posição tal como foi depositado em vida. Neste caso, a deposição representada está de acordo com os rituais cristãos. *Estes primeiros elementos expositivos,*

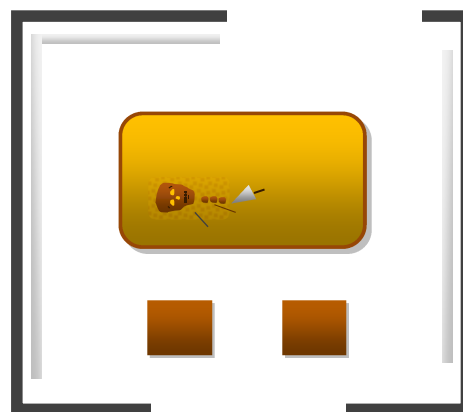


Figura 33. Representação esquemática do Módulo 3 – Diário de um Antropólogo: No Campo.

<sup>64</sup> Estes objectos pertencem ao Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT). Salvaguardamos que o empréstimo/colaboração com o IICT ainda não foi confirmado, foi apenas apalavrado.

*em conjunto com as labels associadas, revelam alguns exemplos do que pode aparecer numa escavação.*

Entretanto, reparamos nas paredes totalmente preenchidas com a projecção de imagens que revelam diferentes contextos de escavação (pré-história, romano, medieval, entre outros). Ficamos assim durante uns momentos a contemplar e a tentar entender as semelhanças e diferenças entre elas.

Mais à frente, vemos um grande tanque de areia precedido por um painel que nos convida a escavar um esqueleto. Deitamos as mãos à obra e, com ajuda de um dos monitores, percorremos as várias fases do trabalho de campo: descobrir o esqueleto; limpar e definir os ossos, registar (desenho, fotografia, coordenadas, fichas) e exumar. Por fim, acomodamo-lo em contentores onde, hipoteticamente, seria transportado até ao LAB. Durante esta actividade aproveitamos para fazer perguntas aos monitores que nos acompanham, como por exemplo, “porquê mexer e tirar os ossos do sítio onde estão?”<sup>65</sup>.

- JÁ NO LABORATÓRIO, O QUE SE FAZ? E PORQUÊ?

Quando entramos no espaço destinado ao trabalho de laboratório, vemos várias vitrinas junto às paredes laterais e uma grande mesa com cadeiras no centro. E, tal como no compartimento anterior, também aqui estão projectadas imagens, neste caso, de pessoas a executar tarefas no LAB (figura 34).

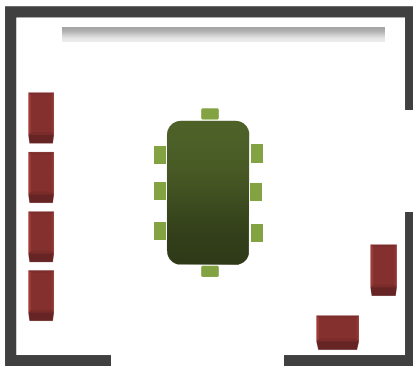


Figura 34. Representação esquemática do Módulo 3 – Diário de um Antropólogo: no laboratório.

Resolvemos iniciar o percurso pelas vitrinas. Ao percorrer o espaço, percebemos que estão expostos seis esqueletos agrupados em dois conjuntos. O primeiro é constituído por dois esqueletos adultos completos, um com características tipicamente masculinas e outro com características tipicamente femininas. Dentro das vitrinas existem setas com legendas

<sup>65</sup> Esta é uma questão frequentemente colocada pelos transeuntes aos arqueólogos e antropólogos nas intervenções arqueológicas em necrópoles.

que nos elucidam onde podemos identificar as diferenças sexuais. Adjacente a este conjunto, está uma *label* que esquematiza e explicita as diferenças entre homens e mulheres e o que significam (*e.g.* a mulher tem o corpo preparado para ter filhos, logo a bacia é mais larga). No segundo conjunto encontram-se os esqueletos de um bebé, de um adolescente, de um adulto jovem e de outro adulto mais velho. A explicação segue a linha do conjunto anterior mas, neste caso, esclarecendo a questão da estimativa da idade à morte, como por exemplo: que os ossos das crianças ainda estão a crescer por isso têm partes não fundidas ou que os ossos das pessoas mais velhas já têm marcas “do uso”. Entre os dois conjuntos, estão expostos alguns instrumentos que são utilizados, hoje em dia, nos laboratórios de bioarqueologia.

*O módulo inclui ainda outros dois elementos expositivos: o primeiro dá um exemplo de um estudo paleodemográfico, ilustrado através de material osteológico utilizado nessa mesma pesquisa. O segundo conta como um estudo antropológico contribuiu para a história de determinada região – alguns dos ossos analisados para esse caso estão igualmente expostos.*

De seguida dirigimo-nos para a mesa central.

*A mesa está dividida em duas partes. Uma das quais contém tabuleiros com réplicas de ossos representando ossários e um computador com um software que nos permite seguir, de forma muito simples, a metodologia para estimar o número (mínimo) de indivíduos aos quais pertenceram os ossos do ossário.*

Optamos pelo outro lado da mesa. Escolhemos um fémur, medimo-lo e introduzimos o valor no computador. No monitor surge então a estimativa da estatura da pessoa a quem pertencia o fémur medido. *Junto ao resultado, aparece um breve texto sobre o papel da estatura na saúde durante o desenvolvimento e, conseqüentemente, da sua importância nos estudos de antropologia.*

#### MÓDULO 4 – MOSSAS DA VIDA

Chegando ao 4º módulo, distinguimos várias zonas, cada uma de cor diferente (figura 35). Percebemos então que cada cor corresponde a um tipo de lesão diferente (sejam elas patológicas ou não). Neste módulo é-nos explicado que estão representadas patologias muito comuns (e.g. cáries, artroses várias) ou outras marcas não patológicas que nos ajudam a entender a vida das pessoas a quem pertenceram os esqueletos expostos. Por outro lado, são exibidos também casos raros ou excêntricos bastante impressionantes (e.g. algumas doenças congénitas).

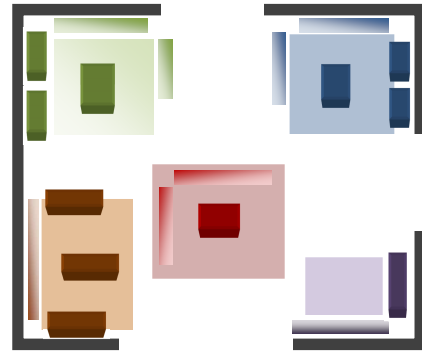


Figura 35. Representação esquemática do Módulo 4 – Mossas da Vida.

*O discurso expositivo começa por afirmar a importância do bom funcionamento das funções esqueléticas. Explica também o que acontece quando essas funções são danificadas. Existem duas abordagens, na primeira destacam-se as lesões não patológicas e as patologias comuns. Neste caso, a narrativa segue uma identificação com o visitante, comparando os esqueletos com situações do presente. Para o segundo grupo, o discurso assemelha-se ao da exposição designada por “Strange Bones: Curiosities of the Human Skeleton” do San Diego Museum of Man (EUA) (descrita no CAPÍTULO 2). Ou seja, o enfoque está na raridade das patologias que as torna bizarras ou, pelo menos, curiosas e, simultaneamente, esclarece várias questões sobre o funcionamento do corpo humano.*

Em cada uma das zonas encontramos vitrinas onde estão expostos esqueletos, ossos ou dentes que apresentam lesões. Cada uma das vitrinas está acompanhada de uma *label* constituída por: um texto que explica o que estamos a ver, uma fotografia ou ilustração de uma pessoa com a patologia representada e identifica o indivíduo no espaço e tempo. Algumas *labels* focam mais o significado histórico - é o caso da gravidade das lesões infecciosas antes da descoberta dos antibióticos (e.g. um abscesso decorrente de uma cárie) - outras dão mais ênfase à forma como ocorre a doença (e.g. uma doença congénita e o seu processo durante o desenvolvimento).



Percorrendo a sala, deparamo-nos com diversos assuntos curiosos, como é o caso das marcas de actividade. Isto é, o impacto que diferentes movimentos e esforços podem deixar nos ossos, permite aos investigadores actuais “lerem” essa informação e relacionarem as marcas de um esqueleto com certos movimentos realizados pela pessoa<sup>66</sup>. É nesta zona que voltam a aparecer réplicas de esqueletos a praticar várias actividades do quotidiano.

Sobressai também a zona da saúde oral. Aqui são-nos apresentados diversos casos de lesões orais impressionantes e, simultaneamente, podemos observar imagens do que cada uma delas representa no vivo. Reparamos também na utilização de radiografias que facilitam a percepção de fracturas e outras lesões traumáticas. E por fim, através dos casos de estudo apresentados, apercebemo-nos como a paleopatologia ajuda a compreender o passado (*e.g.* diferenças de classes sociais na época medieval).

#### MÓDULO 5 – E AGORA?

*O módulo 5 apresenta temas do presente, demonstrando os contributos da Antropologia Biológica na actualidade (figura 36).*

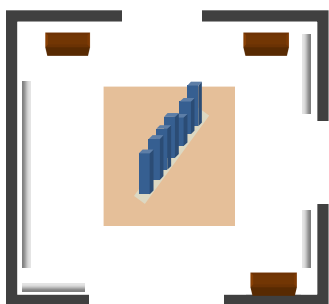


Figura 36. Representação esquemática do Módulo 5 – E agora?

Aqui, o que mais ressalta à vista é um grande modelo tridimensional que representa um histograma. O gráfico mostra-nos a evolução de patologias associadas à idade (*e.g.* osteoartroses) ao longo do tempo. Este elemento expositivo dá o mote às questões levantadas nos textos adjacentes: o aumento da esperança média de vida e a pressão que ela provoca no esqueleto, entre outras. Em torno da sala encontramos outros gráficos (modelos ou impressos) que incidem sobre questões como o aumento significativo da estatura em Portugal –

<sup>66</sup> Um exemplo que ilustra este tipo de casos são as marcas que ficam nos ossos dos dedos das mãos e que estão associadas a movimentos minuciosos e repetitivos durante um longo período de tempo. Se encontrarmos essas marcas, sabemos que se tratava de alguém que praticava uma actividade como a costura ou outra actividade com características semelhantes.

o porquê e consequências – e outros gráficos demográficos. Para além disso, existem alguns expositores com ossos e dentes que apresentam lesões patológicas associadas ao modo de vida contemporânea – como a obesidade, a diabetes ou as patologias associadas à idade.

\*\*\*

Note-se que alguns dos elementos expositivos, especialmente os elementos interactivos, serão substituídos por formatos mais simples se não houver meios para os financiar. Por exemplo, a Mesa Interactiva no Módulo 1, pode ser substituída por um monitor que transmite um filme num sistema de *looping*, modelos 2D e 3D das células, outros modelos e várias ilustrações.

A exposição “visitada” é hipotética e idealizada. Trata-se apenas de uma hipótese possível e, naturalmente, será adaptada aos recursos existentes. Para além disso, a exposição é itinerante, como tal, não pode ser imutável, deve ter flexibilidade para sofrer alterações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o fundamento de proporcionar a preservação, a interpretação e a divulgação do acervo osteológico da Universidade de Évora e de promover a área de Bioarqueologia em Portugal, os objectivos deste trabalho centraram-se no plano museológico de um museu de bioarqueologia, com todas as suas vertentes e, complementarmente, no desenvolvimento de um dos seus programas – o programa expositivo. Para tal, foi necessário discutir a viabilidade do projecto, em que moldes poderia ser concretizado e, ainda desenvolver uma estratégia sustentável que conduzisse a esse fim (CAPÍTULO 1).

Simultaneamente, pretendíamos criar um projecto que, de alguma forma, contribuísse para a sociedade. Aliás, não é por acaso que a ideia que está subjacente é a focalização nas pessoas. Isto é, se cada exposição deve ter uma ideia chave, como temos vindo a defender, também este trabalho se baseia numa ideia que agrega todas as suas partes: um projecto **sobre** pessoas, elaborado **para** as pessoas e **com** as pessoas. Utilizamos aqui a designação “pessoas” de forma intencional, pois não queremos distinguir público em geral de especialistas, indivíduos com maior ou menor formação ou maiorias de minorias. Este conceito está presente desde a missão do museu até aos valores inerentes a cada função, designadamente, na comunicação, nas exposições, na investigação, na arquitectura e política inclusiva, na acessibilidade à informação (*e.g.* inventário *online*), bem como na cultura dentro do museu, ou seja, da própria equipa.

No que respeita à investigação, nos CAPÍTULOS 3 e 4 abordamos valores como a transparência e afirmamos que queremos explorar características que são fundamentais na produção científica, apesar de conotadas pejorativamente. Com esta abordagem pretendemos também aproximar a ciência ao visitante, pois é realizada por pessoas que erram, que têm dúvidas e que se frustram perante resultados falhados. No entanto, são estas características tão humanas e aparentemente negativas que permitem epifanias posteriores e, consequentemente, “saltos” na produção científica. É desta forma que damos a conhecer uma abordagem “humanizada” da ciência, na qual acreditamos.

Na interpretação do acervo destacamos os estudos sobre a vida de indivíduos e de populações, do seu quotidiano, ou seja, também aqui pretendemos debruçarmo-nos sobre as “pessoas”. John F. C. Harrison (1984, p.13)<sup>67</sup> explica esta tendência:

*“In Our day, when the emphasis is on grass-roots democracy and cultural pluralism, and elites are regarded with suspicion, there is a natural desire to know more about the people at the bottom of the social heap. They after all were the ones who were largely ignored because it was thought they did not matter; but for that very reason they were the ones who experienced the true values of a society, not its pretensions.”*<sup>68</sup>

Pretendemos assim incidir em factos e narrativas sobre indivíduos, comunidades ou populações, com uma abordagem que contribua para o nosso conhecimento (intelectual, emocional, etc.). Quanto maior a variedade de estilos de vida, estatutos socioeconómicos, culturas e histórias apresentadas no museu, mais rico se torna.

De modo a tornar possível a concretização dos objectivos mencionados, foi necessário proceder a um levantamento de todo enquadramento: museológico, legislativo, espacial, nacional e internacional (INTRODUÇÃO, CAPÍTULOS 1 e 2). Paralelamente, analisámos bibliografia técnica e científica orientada para a concepção de um plano museológico criado de raiz (CAPÍTULOS 3 e 4), bem como para os temas a explorar no museu, de modo a estabelecer o estado da questão e do tipo de intervenção que desejávamos desenvolver (aspectos transversais a todo o trabalho).

Desenvolvemos todas as componentes do plano museológico, incluindo a entidade que pretendíamos para o museu, os públicos visados e a caracterização de cada função museológica (CAPÍTULO 3), de modo a aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo do mestrado a uma situação concreta. Ainda no mesmo âmbito, desenvolvemos um programa para uma exposição itinerante (CAPÍTULO 4).

<sup>67</sup> John F. C. Harrison nasceu em Leicester, no Reino Unido, em 1921. Foi professor de História Social na Universidade de Sussex e foi Primeiro Secretário da *UK Society for the Study of Labour History*. É autor de diversas obras, entre as quais: “Learning & Living” (1961), “Robert Owen & the Owenites in Britain and America” (1969) e “The Second Coming: Popular Millenarianism, 1780-1850”.

<sup>68</sup> *Hoje em dia, quando a ênfase está nas bases da democracia e no pluralismo cultural, e as elites são vistas com suspeita, é um desejo natural saber mais sobre as pessoas na base da pirâmide social. Afinal elas eram amplamente ignoradas porque se pensava que não tinham importância, mas por essa mesma razão eram elas que apresentavam os verdadeiros valores de uma sociedade, e não das suas pretensões.”* (Harrison, 1984, p.13, tradução nossa).

Cremos que os objectivos deste trabalho foram, na generalidade, atingidos. No entanto, há duas questões que merecem a nossa atenção. Em primeiro lugar, ambicionamos implementar um projecto sustentável em diversas vertentes - nomeadamente a social e a cultural e ainda, a económica, ambiental e energética. Nesse sentido, constatámos que existe uma lacuna no que respeita às duas últimas. Por esse motivo, propomos que sejam exploradas na fase de concepção dos programas, em particular, no de arquitectura. A sustentabilidade económica também deverá ser um factor determinante em todo o processo e, como tal, deverá obrigatoriamente fazer parte do programa económico.

A segunda questão relaciona-se com a execução de tarefas concretas que gostaríamos que já tivessem sido cumpridas, por esta altura: realização de inquéritos de avaliação *front-end*, início das tarefas da exposição itinerante e da base de dados do acervo (contactos, parcerias, alguns patrocínios e projecto de design). São aspectos que se tornam agora prioritários, para desenvolver no futuro imediato, iniciando assim a implementação do projecto aqui concebido.

## BIBLIOGRAFIA

- BROWN, K., 2001. Educational and Other Public Programmes for Exhibitions. *In*: B. Lord e G.D. Lord, eds. 2001. *The Manual of Museum Exhibition*. Walnut Creek: AltaMira Press. pp.297-316.
- CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA, 2008. *Estudo do Perfil do Turista*. [pdf] Évora: Divisão de promoção turística. Disponível em: <http://www2.cm-evora.pt/guiaturistico/PDF/Estudo%20do%20Perfil%20do%20Turista%20-%20Resumo.pdf> <acedido em Junho de 2012>
- CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA, 2010. *Câmara Municipal de Évora*. [online] Disponível em: <http://www.cm-evora.pt/pt/> <acedido em Novembro de 2010>
- CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA, 2010. *Évora, 25 Anos de Património Mundial*. [online] Disponível em: <http://www.cm-evora.pt/pt/conteudos/areas%20tematicas/Cultura/%C3%89vora%20Patrim%C3%B3nio%20da%20Humanidade.htm> <acedido em Fevereiro de 2012>
- CARVALHO, A. *et al.*, 2009. Proposta de Modelo Estratégico de Desenvolvimento para Évora até 2020. *In*: Universidade de Évora ed. 2009. *Plano de Desenvolvimento Estratégico de Évora, Relatório Final*. CAPÍTULO 4. Évora: Serviço de Reprografia e Publicações da Universidade de Évora. pp. 111-173. [pdf] Disponível em: <http://www2.cm-evora.pt/planoestrategicodeevora/images/Cap%20IV.pdf> <acedido em Março de 2012>
- CHAPMAN, J., 2009. Prehistoric American Indians in Tennessee. *Research Notes*, 28. [online] Disponível em: <http://mcclungmuseum.utk.edu/research/renotes/rn-27txt.htm> <Acedido em Setembro de 2012>
- THE CITY OF EDINBURGH COUNCIL, 2012a. *The People's Story Museum*. [online] Disponível em: <http://www.edinburghmuseums.org.uk/Venues/The-People-s-Story> <acedido em Janeiro de 2012>
- THE CITY OF EDINBURGH COUNCIL, 2012b. *The Staff Profiles*. [online] Disponível em: <http://www.edinburghmuseums.org.uk/About/Staff-Profiles> <acedido em Janeiro de 2012>
- COMITÉ NACIONAL PORTUGUÊS DO ICOM, [ca. 2007]. *Definições. Museu*. [online] Disponível em: [http://www.icom-portugal.org/documentos\\_def,129,161,lista.aspx](http://www.icom-portugal.org/documentos_def,129,161,lista.aspx) <acedido em Setembro de 2012>

- COUTO, M., 2000. *O Último Voo do Flamingo*. 2ª edição. Lisboa: Editorial Caminho.
- COWEL, P. e MENDES, E., 2004. *Temas de Museologia - Museus e Acessibilidade*. Lisboa: Instituto Português dos Museus. [pdf] Disponível em: [http://www.ipmuseus.pt/Data/Documents/Recursos/Publicacoes/Edicoes\\_online/Pub\\_Periodicas/Temas\\_Museologia/Temas%20Museologia\\_Museus%20e%20Acessibilidade.pdf](http://www.ipmuseus.pt/Data/Documents/Recursos/Publicacoes/Edicoes_online/Pub_Periodicas/Temas_Museologia/Temas%20Museologia_Museus%20e%20Acessibilidade.pdf) <acedido em Janeiro de 2012>
- CUNHA, E. e PINHEIRO, J., 2006. A linguagem das fracturas: a perspectiva da Antropologia Forense. *Antropologia Portuguesa*, 22/23. pp: 223-243. [pdf] Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/13737/1/A%20linguagem%20das%20fracturas.pdf> <acedido em Setembro de 2012>
- CUNHA, M. J., 2010. As Coleções antropológicas do Museu de História Natural da Faculdade de Ciências da Universidade de Porto. In: A. Semedo e E.N. Nascimento, eds. 2010. *Actas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola*. [pdf] Porto: Universidade do Porto/ Faculdade de Letras /Biblioteca Digital. V.1. pp. 259-268. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8035.pdf>
- DECRETO-LEI n.º163/2006, 2006. *Diário da República*, Série I-A, nº 152, Decreto-Lei nº 163/2006 de 8 de Agosto. pp. 5670- 5689. [pdf] Disponível em: [http://www.ipmuseus.pt/Data/Documents/Iniciativas/Acessibilidades/DL\\_163\\_2006\\_DRepublica.pdf](http://www.ipmuseus.pt/Data/Documents/Iniciativas/Acessibilidades/DL_163_2006_DRepublica.pdf) <acedido em Fevereiro de 2012>
- DELICADO, A., 2010. Museus, Divulgação da Ciência e Cultura Científica em Portugal. *Museologia.pt*, 4. pp. 144-165.
- DOBER, R., 1991. Preparing the Brief. In: B. Lord e G.D. Lord, eds. 1991. *The Manual of Museum Planning*. London: HMSO publications. pp. 225-239.
- ESPAÇO ZULMA, 2010. *Ossos para Ofício. Exposição itinerante. De 22 a 31 de Março na escola*. [online] Disponível em: <http://espacozulma.blogspot.com/2010/03/ossos-para-oficio-exposicao-itinerante.html> <acedido em Fevereiro de 2012>
- ÉVORAÉ, [201?]. *Acrópole XXI*. [online] Disponível em: <http://www.evora.com.pt/pagina.asp?ID=2> <acedido em Março de 2012>
- FERNANDES, T., 2008. *A População Medieval de S. Miguel de Odrinhas (Sintra) – Caracterização Biológica*. Dissertação de Doutoramento para a obtenção do grau de Doutor em Biologia. Universidade de Évora.

- FERREIRA, N., *et al.*, 2008. Um edifício, uma planta, um enterramento, as fontes...uma gafaria em Lagos? *XELB – Actas do 5º Encontro de Arqueologia do Algarve, Silves*, 8 (vol.1). pp. 455-473.
- FUNDAÇÃO BATALHA DE ALJUBARROTA, [200?]. *Imagens/Iconografia*. [online] Disponível em: <http://www.fundacao-aljubarrota.pt/?idc=45> <Acedido em Setembro de 2012>
- GOOGLE MAPS, 2012. [online] Disponível em: <http://maps.google.pt/> <acedido em Setembro de 2012>
- GOULD, S. J., 1985. *O Sorriso do Flamingo - Reflexões sobre História Natural*. 1ªedição. Traduzido de Inglês por C. M. Silva. Lisboa: Gradiva – Publicações.
- Gould, S. J., 2002. *O Polegar do Panda: Reflexões sobre História Natural*. 3ªedição. Traduzido de Inglês por C. B. e J. Branco. Lisboa: Gradiva Publicações.
- GREGORY, J. e MILLER, S., 1998. *Science In Public: Communication, Culture, And Credibility*. New York: Plenum Trade.
- GREWCOCK, D., 2001. Before, During and After: Front-end, Formative and Summative Evaluation. In: B. Lord, Barry e G.D. Lord, eds. 2001. *The Manual of Museum Exhibition*. Walnut Creek: AltaMira Press. pp. 44-57.
- GULLAR, F., 2006. *Sobre arte sobre poesia: (uma luz no chão)*. 2ªedição. Rio de Janeiro: José Olympio.
- HARRISON, J. F.C., 1984. *The Common People: A History from the Norman Conquest to the Present*. London: Fontana.
- Inanthropos Premium, Gestão de Coleções de Osteologia*. 2011. [DVD] Sistemas do Futuro, Multimédia, Gestão e Arte. In: CRUZ, C., 2011. *Viver a Morte em Portugal: o Potencial Informativo dos Relatórios Antropológicos de Campo (1994-2007)*. Dissertação de Doutoramento para a obtenção do grau de Doutor em Antropologia Biológica. Universidade de Coimbra.
- INSTITUTO DOS MUSEUS E DA CONSERVAÇÃO, 2011. *Matriznet. Ficha de Inventário. Museu de Arte Antiga, nº de inventário: 14/5v.Illum*. [online] Disponível em: <http://www.matriznet.ipmuseus.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdR eg=264186> <acedido em Setembro de 2012>
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, I.P., 2011. *Anuário Estatístico da Região Alentejo 2010*. Museus e galerias de arte por município, 2010. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P. pp.154-155. [pdf] Disponível em:



- [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_publicacoes&PUBLICACOESp\\_ub\\_boui=130327251&PUBLICACOESmodo=2](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESp_ub_boui=130327251&PUBLICACOESmodo=2) <acedido em Março de 2012>
- INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS, 2007. ICOM Statutes - approved in Vienna (Austria) August 24, 2007. [pdf] Disponível em: [http://icom.museum/fileadmin/user\\_upload/pdf/Statuts/statutes\\_eng.pdf](http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Statuts/statutes_eng.pdf) <acedido em Junho de 2012>
- INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS, 2009. *Código Deontológico do ICOM para Museus*. [pdf] Disponível em: [http://www.icom-portugal.org/multimedia/CodigoICOM\\_PT%202009.pdf](http://www.icom-portugal.org/multimedia/CodigoICOM_PT%202009.pdf) <acedido em Dezembro de 2011>
- INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS, 2010. *UMAC - University Museums and Collections, International Committee for University Museums and Collections*. [online] Disponível em: <http://icom.museum/the-committees/international-committees/international-committee/international-committee-for-university-museums-and-collections/> <acedido em Maio de 2012>
- JUNTA DE CASTILLA Y LEÓN, 2012. *Museo de la Evolución Humana*. [online] Disponível em: <http://www.museoevolucionhumana.com/> <acedido em Fevereiro de 2012>
- KOFF, C., 2004. *A linguagem dos ossos*. Traduzido de Inglês por M. M. Tinoco. Lisboa: Bertrand Editora.
- LEI QUADRO DOS MUSEUS PORTUGUESES, 2004. *Diário da República*, Série I-A, nº 195, Lei nº 47/2004 de 19 de Agosto. pp. 5379-5394. [pdf] Disponível em: [http://www.ipmuseus.pt/Data/Documents/RPM/Legislacao\\_Relevante/lei\\_dos\\_museus.pdf](http://www.ipmuseus.pt/Data/Documents/RPM/Legislacao_Relevante/lei_dos_museus.pdf) <acedido em Junho de 2012>
- LEI-QUADRO DO PATRIMÓNIO CULTURAL, 2001. *Diário da República*, Série I-A, nº 209, Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro. pp. 5808-5829. [pdf] Disponível em: <http://dre.pt/pdf1s/2001/09/209A00/58085829.pdf> <acedido em Fevereiro de 2012>
- LESSA, A., 2011. Conceitos e Métodos em Curadoria de Coleções Osteológicas Humanas. *Arquivos do Museu Nacional*. 68 (1-2), pp. 3-16. [pdf] Disponível em: [http://www.arqueologia.mn.ufri.br/docs/papers/andrealessa/curadoria\\_ArquivosMN.pdf](http://www.arqueologia.mn.ufri.br/docs/papers/andrealessa/curadoria_ArquivosMN.pdf) <acedido em Fevereiro de 2012>
- LORD, B. e LORD, G. D. ed., 2001. *The Manual of Museum Exhibition*. Walnut Creek: AltaMira Press.

- LORD, B., 2001a. Planning for Exhibition Research. *In*: B. Lord e G.D. Lord, eds. 2001. *The Manual of Museum Exhibition*. Walnut Creek: AltaMira Press. pp. 29-31.
- LORD, B., 2001b. Research-based and Market-driven Exhibitions. *In*: B. Lord e G.D. Lord, eds. 2001. *The Manual of Museum Exhibition*. Walnut Creek: AltaMira Press. pp. 27-28.
- LORD, B., 2001c. Permanent Collection Display. *In*: B. Lord e G.D. Lord, eds. 2001. *The Manual of Museum Exhibition*. Walnut Creek: AltaMira Press. pp. 262-275.
- LORD, B., 2001d. Planning and Managing Temporary Exhibitions. *In*: B. Lord e G.D. Lord, eds. 2001. *The Manual of Museum Exhibition*. Walnut Creek: AltaMira Press. pp. 276-289.
- LORD, B., 2001e. Travelling Exhibitions. *In*: B. Lord e G.D. Lord, eds. 2001. *The Manual of Museum Exhibition*. Walnut Creek: AltaMira Press. pp. 290-292.
- LORD, B., 2001f. The Purpose of Museum Exhibitions. *In*: B. Lord e G.D. Lord, eds. 2001. *The Manual of Museum Exhibition*. Walnut Creek: AltaMira Press. pp. 11-26.
- LORD, G. D. e Lord, B., 1991. Zoning as a Museum Planning Tool. *In*: B. Lord e G.D. Lord, eds. 1991. *The Manual of Museum Planning*. London: HMSO publications. pp. 241-246.
- LORD, G. D., 2001. Introduction: The Exhibition Planning Process. *In*: B. Lord e G.D. Lord, eds. 2001. *The Manual of Museum Exhibition*. Walnut Creek: AltaMira Press. pp.1-8.
- LOURENÇO, M., 2010. Os Museus de Ciência Hoje. *Museologia.pt*, 4. pp. 100-105.
- MAJEWSKI, J., 1996. *Smithsonian Guidelines for Accessible Exhibition Design*. Smithsonian Accessibility Program. [pdf] Disponível em: <http://accessible.si.edu/pdf/Smithsonian%20Guidelines%20for%20accessible%20design.pdf> <acedido em Janeiro de 2012>
- MAY, M., 2001. Exhibition Ideas: Integrating the Voices of Communities and Audiences. *In*: B. Lord e G.D. Lord, eds. 2001. *The Manual of Museum Exhibition*. Walnut Creek: AltaMira Press. pp. 32-38.
- MCMANUS, P., 1991. Towards Understanding the Needs of Museum Visitors. *In*: B. Lord e G.D. Lord, eds. 1991. *The Manual of Museum Planning*. London: HMSO publications. pp. 35-52.

- MINISTERIO DE CULTURA [de Espanha], 2006. *Critérios para la elaboración del plan museológico*. [pdf] Madrid: MC, Secretaria General Técnica. Disponível em: <http://www.mcu.es/museos/MC/PM/index.html> <acedido em Novembro de 2010>
- MORENO, M., 2008. Exposição "Quando os ossos revelam História", *Lista Archport*. [online] 3 de Março de 2008. Disponível em: <http://ml.ci.uc.pt/mhonarchive/archport/msg02817.html> <acedido em Setembro de 2012>
- MORRIS, M., 2001. Developing an Exhibition Budget Template. In: B. Lord e G.D. Lord, eds. 2001. *The Manual of Museum Exhibition*. Walnut Creek: AltaMira Press. pp.318-337.
- MUSEU ARQUEOLÓGICO DE SAMBAQUI, [200?]. *Serviços*. [online] Disponível em: <http://museusambaqui.blogspot.pt/p/servicos.html> <acedido em Fevereiro de 2012>
- MUSEU DA CIÊNCIA, 2011a. *Prémios*. [online] Disponível em: <http://www.museudaciencia.org/index.php?iAction=Museu&iArea=10> <acedido em Julho de 2012>
- MUSEU DA CIÊNCIA, 2011b. *Loja*. [online] Disponível em: <http://www.museudaciencia.org/index.php?iAction=Loja&iArea=2&iAreaFirstAccess=1> <acedido em Janeiro de 2012>
- MUSEU DA LOURINHÃ, 2011a. *Apresentação*. [online] Disponível em: <http://www.museulourinha.org/pt/apresentacao.htm> <acedido em Janeiro de 2012>
- MUSEU DA LOURINHÃ, 2011b. *Loja do Museu*. [online] Disponível em: [http://www.museulourinha.org/pt/Loja\\_novidades.htm](http://www.museulourinha.org/pt/Loja_novidades.htm) <acedido em Janeiro de 2012>
- MUSEU NACIONAL DE HISTÓRIA NATURAL E DA CIÊNCIA, 2010. *Antropologia*. [online] Disponível em: [http://www.mnhnc.ul.pt/portal/page?\\_pageid=418,1391491&\\_dad=portal&\\_schema=PORTAL](http://www.mnhnc.ul.pt/portal/page?_pageid=418,1391491&_dad=portal&_schema=PORTAL) <acedido em Maio de 2012>
- NICKS, J., 1991. Planning for Collections Management. In: B. Lord e G.D. Lord, eds. 1991. *The Manual of Museum Planning*. London: HMSO publications. pp. 103-126.
- NICKS, J., 2001. Curatorship in Exhibition Planning Process. In: B. Lord e G.D. Lord, eds. 2001. *The Manual of Museum Exhibition*. Walnut Creek: AltaMira Press. pp. 345-372.
- O'BYRNE, P. e PECQUET, C., 1979. La programmation: un outil au service du conservateur, du maître d'ouvrage et du maître d'oeuvre. *Museum*, vol. XXXI (2). pp. 72-93. [pdf]

- Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001273/127317fo.pdf>  
<acedido em Setembro de 2012>
- O'NEIL, M., 1991. Museums and Their Communities. In: B. Lord e G.D. Lord, eds. 1991. *The Manual of Museum Planning*. London: HMSO publications. pp. 19-34.
- OHIO STATE UNIVERSITY, 2002. *Global History of Health Project*. [online] Disponível em: <http://global.sbs.ohio-state.edu/about.htm> <acedido em Dezembro de 2011>
- PAVILHÃO DO CONHECIMENTO, 2012. *Loja*. [online] Disponível em: <http://www.pavconhecimento.pt/visite-nos/loja/> <acedido em Janeiro de 2012>
- REGULAMENTO DE TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS, 1999. *Diário da República*, Série I-A, nº163, Decreto-Lei nº 270/99 de 15 de Julho. pp. 4412-4416. [pdf] Disponível em: <http://dre.pt/pdf1sdip/1999/07/163A00/44124417.pdf> <acedido em Março de 2012>
- REVISTA LITERÁRIA, 2002. Biografia - Ferreira Gullar, *Revista Literária*, [online] Disponível em: <http://www.revistaliteraria.com.br/bioferreira.htm> <acedido em Setembro de 2012>
- ROBERTS, C. e MANCHESTER, K., 1995. *The Archeology of Disease*. New York: Sutton Publishing Limited Cornell University Press.
- SAN DIEGO MUSEUM OF MAN, 2001a. *About Us. Mission statement*. [online] Disponível em: <http://www.museumofman.org/about-us> <acedido em Fevereiro de 2012>
- SAN DIEGO MUSEUM OF MAN, 2001b. *Strange Bones: Curiosities of the Human Skeleton*. [online] Disponível em: <http://www.museumofman.org/exhibit/strange-bones-curiosities-human-skeleton> <acedido em Fevereiro de 2012>
- SCOTT, R., 2001. Financial Planning and Management of a Temporary Exhibition Programme. In: B. Lord e G.D. Lord, eds. 2001. *The Manual of Museum Exhibition*. Walnut Creek: AltaMira Press. pp. 338-344.
- SELLERS, K., 2001. The Role of Market Analysis. In: B. Lord e G.D. Lord, eds. 2001. *The Manual of Museum Exhibition*. Walnut Creek: AltaMira Press. pp. 39-43.
- SERREL, B., 1996. *Exhibit Labels: An Interpretive Approach*. Walnut Creek: AltaMira Press.
- SILBERBERG, T., 1991. The Importance of Market and Feasibility Analysis. In: B. Lord e G.D. Lord, eds. 1991. *The Manual of Museum Planning*. London: HMSO publications. pp. 53-70.

- SMITHSONIAN NATIONAL MUSEUM OF NATURAL HISTORY, 2010. *Written in Bone. Forensic Files of the 17<sup>th</sup>-Century Chesapeake*. [online] Disponível em: <http://anthropology.si.edu/writteninbone/> <acedido em Fevereiro de 2012>
- SPENCER, H. A. D., 1991. Improving Public Access to Museums. In: B. Lord e G.D. Lord, eds. 1991. *The Manual of Museum Planning*. London: HMSO publications. pp. 71-83.
- UBELAKER, D.H., 2004. Forensic Anthropology. In: C. R. Ember e M. Ember, eds. 2004. *Encyclopedia of Medical Anthropology*. Vol.I. New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers. pp. 37-41.
- UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 2003. *Prospecto 2003-2004 – Universidade de Coimbra*. [online] Disponível em: [http://www1.ci.uc.pt/prospecto/museus/mus\\_antro.html](http://www1.ci.uc.pt/prospecto/museus/mus_antro.html) <acedido em Fevereiro de 2011>
- UNIVERSIDADE DE ÉVORA ed., 2009. *Plano de Desenvolvimento Estratégico de Évora, Relatório Final*. Évora: Serviço de Reprografia e Publicações da Universidade de Évora. [online] Disponível em: <http://www2.cm-evora.pt/planoestrategicodeevora/images/Cap%20IV.pdf> <http://www2.cm-evora.pt/planoestrategicodeevora/plano.html> <acedido em Fevereiro de 2012>
- VAN PRAËT, M., MOTA, P. G., BYRNE, G. e PITA, J. R., 2007. Contexto e perspectivas da Criação do Museu da Ciência em Coimbra. P. G. Mota, ed. 2007. *Museu da Ciência. Luz e Matéria*. 2ª edição. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- WASTERLAIN R.N., 2006. *“Males” da Boca - Estudo da patologia oral numa amostra das Coleções Osteológicas Identificadas do Museu Antropológico da Universidade de Coimbra (finais do séc. XIX/inícios do séc. XX)*. Dissertação de Doutoramento para obtenção do grau de Doutor em Antropologia. Universidade de Coimbra.
- WELLCOME TRUST, 2008. *Wellcome collection. Skeletons*. [online] Disponível em: <http://www.wellcomecollection.org/whats-on/exhibitions/skeletons.aspx> <acedido em Fevereiro de 2012>
- WELLCOME TRUST, 2012. *Wellcome collection. About us*. [online] Disponível em: <http://www.wellcomecollection.org/about-us.aspx> <acedido em Fevereiro de 2012>

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1.</b> Representação de um momento do quotidiano pré-histórico, baseada nas escavações do sítio de Coats-Hines no Tennessee, pintada por Greg Harlin (extraído de Chapman, 2009). .....	15
<b>Figura 2.</b> Excerto de iluminura medieval que representa um episódio da Batalha de Aljubarrota (extraído de Fundação Batalha de Aljubarrota, [200?]). .....	15
<b>Figura 3.</b> Excerto de “Calendário (mês de Janeiro)”, fólio 5 do “Livro de Horas”, pertencente ao Museu de Arte antiga. Iluminura atribuída a António de Holanda (produzida entre 1517 e 1551). No excerto vê-se uma cena que representa uma refeição caseira (extraído de Instituto dos Museus e da Conservação, 2011). .....	16
<b>Figura 4.</b> Imagem de uma vértebra que apresenta uma lesão óssea visível. (a) radiografia; (b) fotografia a olho nu. ....	16
<b>Figura 6.</b> Sepultura medieval de S. Miguel de Odrinhas, em Sintra. Os indivíduos desta necrópole eram inumados segundo os rituais cristãos. ....	17
<b>Figura 5.</b> Sepulcro pré-histórico do sítio da Sobreira de Cima, próximo de Moura. Os indivíduos não eram enterrados, eram simplesmente depositados no sepulcro escavado na rocha. ....	17
<b>Figura 7.</b> Vértebra com “bicos de papagaio” (seta branca). A margem que a vértebra teria se fosse saudável está assinalada com um tracejado vermelho. ....	18
<b>Figura 8.</b> A versão heterogénea da cadeia do ser de Charles White (extraído de White, 1799, citado em Gould, 1985, p.298). ....	18
<b>Figura 9.</b> Material osteológico proveniente da intervenção arqueológica a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, em Lagos. (a) crânio; (b) vértebra, (c) mandíbula. ....	22
<b>Figura 10.</b> Escavação arqueológica de uma Necrópole Paleo-cristã no centro de Mértola, com o fim de minimizar o impacto de obra. ....	22
<b>Figura 11.</b> Material osteológico em fase de estudo no interior do Laboratório de Antropologia Biológica (LAB). ....	25
<b>Figura 12.</b> Instalações do LAB e depósitos das colecções osteológicas. (a) Edifício do LAB (seta vermelha); (b) Depósito de colecções - Capela (seta azul); (c) Outro edifício de depósito das colecções (seta amarela). ....	27
<b>Figura 13.</b> Interior da antiga Capela do Pátio Matos Rosa e actual depósito do acervo osteológico da Universidade de Évora. ....	28
<b>Figura 14.</b> Espaços da Herdade da Mitra, nas proximidades da cidade de Évora. ....	33
<b>Figura 15.</b> Esqueleto articulado numa representação de um gabinete de naturalista na exposição “Colecções de Naturalista” no MNHNC. ....	35
<b>Figura 16.</b> Cartaz da exposição “Quando os Ossos revelam História” comissariada por Marta Moreno-García e Carlos Pimenta (extraído de Moreno, 2008). ....	35
<b>Figura 17.</b> <i>Museo de la Evolución Humana</i> , em Burgos. (a) Vista do exterior do edifício; (b) elemento expositivo que explica o cérebro humano; (c) Representação de um episódio fúnebre na pré-história (extraído de Junta de Castilla y León, 2012). ....	36
<b>Figura 18.</b> O Kit Didáctico do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville, no Brasil (extraído de Museu Arqueológico de Sambaqui, [200?]). ....	37
<b>Figura 19.</b> Exposição “ <i>Strange Bones: Curiosities of the Human Skeleton</i> ” (extraído de <i>San Diego Museum of Man</i> , 2001b). ....	38

<b>Figura 20.</b> Aspecto da página da internet da <i>Wellcome Collection</i> que apresenta a exposição “ <i>Skeletons</i> ”. Extraído de <i>Wellcome Trust</i> (2008).....	39
<b>Figura 21.</b> Aspecto da página da internet da exposição “ <i>Written in Bone. Forensic Files of the 17 th-Century Chesapeake</i> (extraído de SNMNH, 2010). ....	40
<b>Figura 22.</b> Levantamento fotográfico e gráfico do esqueleto (extraído de Ferreira, <i>et al.</i> , 2008, p.465). ....	43
<b>Figura 23.</b> Incisivos superiores do PC – 1 com desgaste não mastigatório (extraído de Ferreira, <i>et al.</i> , 2008, p.467).....	43
<b>Figura 24.</b> Diagrama da interacção entre a Bioarqueologia e outras disciplinas.....	48
<b>Figura 25.</b> Aspecto da base de dados <i>Inanthropos Premium</i> , Gestão de Colecções de Osteologia (2011). .....	61
<b>Figura 26.</b> Fluxograma das zonas museológicas de acordo com sua funcionalidade.....	69
<b>Figura 27.</b> Modelo para a equipa do museu.....	76
<b>Figura 28.</b> Esquema organizativo da exposição.....	89
<b>Figura 29.</b> Esquema da circulação interna em cada um dos módulos.....	90
<b>Figura 30.</b> <i>Tag cloud</i> obtida a partir de todo o texto dos inquéritos (incluindo perguntas), excluindo palavras comuns e as palavras “exposição” e “exposições”.....	93
<b>Figura 31.</b> Representação esquemática do Módulo 1 – Ossência.....	104
<b>Figura 32.</b> Representação esquemática do Módulo 2 – Era uma Vez.....	107
<b>Figura 33.</b> Representação esquemática do Módulo 3 – Diário de um Antropólogo: No Campo. ....	108
<b>Figura 34.</b> Representação esquemática do Módulo 3 – Diário de um Antropólogo: no laboratório. ....	109
<b>Figura 35.</b> Representação esquemática do Módulo 4 – Mossas da Vida. ....	111
<b>Figura 36.</b> Representação esquemática do Módulo 5 – E agora? .....	112

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1.</b> Estrutura do Plano Museológico.....	11
<b>Tabela 2.</b> Espaços e áreas projectados no programa preliminar de 2008.....	29
<b>Tabela 3.</b> Resultados em destaque do estudo do Perfil do Turista da cidade de Évora de 2007/2008. ...	55
<b>Tabela 4.</b> Cálculo preliminar da área anual e do volume anual para a reserva.....	71
<b>Tabela 5.</b> Vantagens e desvantagens de 3 possíveis distribuições espaciais do museu.....	82
<b>Tabela 6.</b> Temas da exposição.....	88
<b>Tabela 7.</b> Módulos da Exposição.....	89
<b>Tabela 8.</b> Tipos de informação escrita seleccionados.....	97
<b>Tabela 9.</b> Títulos dos módulos da exposição.....	98
<b>Tabela 10.</b> Organização do expositor sobre anatomia comparada e evolução.....	106

---

# ANEXOS



## ANEXO 1. CONSERVAÇÃO DO MATERIAL OSTEOLOGICO - METODOLOGIA.

Aplicaremos a metodologia sugerida por Lessa (2011) que é uma adaptação do texto de Neves (1988 *citado em* Lessa, 2011, p.6) com os devidos ajustamentos ao caso em concreto:

- |   |                                     |
|---|-------------------------------------|
| 1. Adequação do local de trabalho.                  | 9. Armazenamento na reserva técnica |
| 2. Limpeza  | a) Projecto arquitectónico          |
| 3. Secagem  | b) Concepção do mobiliário          |
| 4. Organização por região anatómica e identificação | c) Controle ambiental               |
| 5. Fixação provisória e restauração definitiva      | d) Armazenamento das colecções      |
| 6. Numeração  | e) Segurança                        |
| 7. Inventário ósseo                                 | 10. Acesso às colecções             |
| 8. Acondicionamento                                 |                                     |

A metodologia utilizada actualmente no LAB corresponde aos pontos 2 a 7 de Lessa (2011). A organização destes pontos no LAB é vantajosa em relação à sugerida por Lessa (2011) porque o trabalho de conservação começa logo durante a escavação, sendo feito por antropólogos que têm os conhecimentos e a preocupação de preparar o material para estudo e para conservar.

**Tabela 1A.** Correspondência entre a metodologia de conservação proposta e a descrita em Lessa (2001).

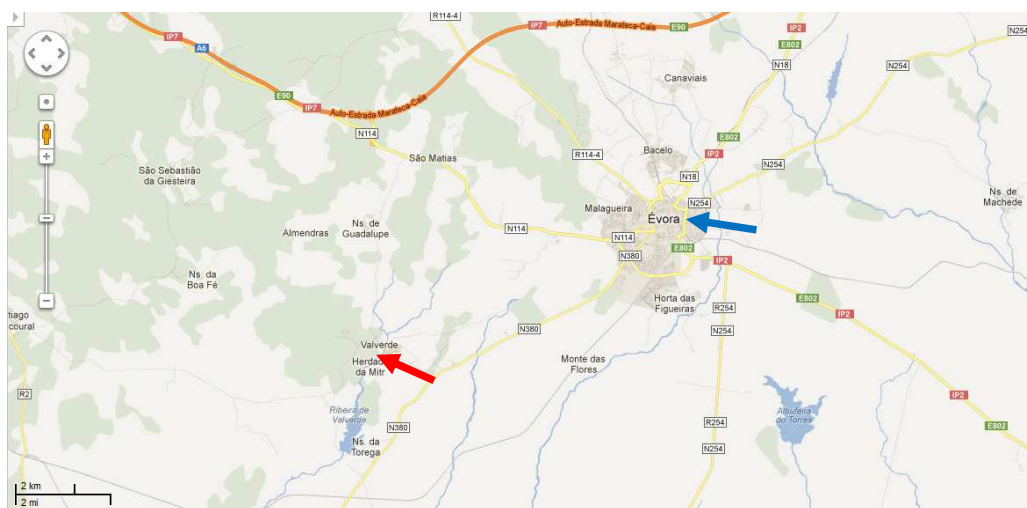
METODOLOGIA SUGERIDA PARA O MUSEU DE BIOARQUEOLOGIA:		ETAPAS CORRESPONDENTES EM LESSA (2011):
1	<ul style="list-style-type: none"> <li>Local de trabalho:</li> <li>- As mesas/bancadas de trabalho devem ser forradas com um material adequado para minimizar o impacto mecânico (e.g. mantas de polietileno expandido de 3,0 mm), ter uma iluminação adequada e ser apetrechadas com instrumentos básicos de manuseamento e de medição.</li> </ul>	1. Adequação do local de trabalho
2	<ul style="list-style-type: none"> <li>Os procedimentos de conservação começam durante a escavação:</li> <li>- Quando o material está muito fragilizado, deverá recorrer-se a resinas acrílicas aplicadas sobre gaze colocado sobre os ossos, para respectiva consolidação;</li> <li>- Organizar o material ósseo por região anatómica e identificar os atributos biológicos básicos;</li> <li>- Garantir que o material ósseo é transportado para o LAB bem identificado e acomodado em caixas ou contentores;</li> <li>Já em laboratório:</li> <li>- Os ossos devem secar ao ar (nunca ao sol), ser limpos com os instrumentos adequados (evitando sempre a lavagem com água, excepto nalguns casos a Colecção de Esqueletos Identificados de Évora) e ser marcados. A marcação é feita em todos os ossos, colocando uma camada de verniz/paralóide, escrito o código de identificação e cobrindo novamente com uma camada de verniz/paralóide. Se não forem logo estudados, devem ser acomodados em caixas dentro de sacos de plástico;</li> <li>- Na fase de pesquisa: organizar por região anatómica e identificar os atributos biológicos;</li> <li>- Efectuar o restauro após a limpeza (antes ou depois da marcação). A fixação provisória dos fragmentos deve ser realizada com fita crepe, pois tem a vantagem de se poder remover (quando há um engano ou se quer fixar outros fragmentos <i>a posteriori</i>). A fixação definitiva deve ser feita com</li> </ul>	2. Limpeza 3. Secagem 4. Organização por região anatómica e identificação 5. Fixação provisória e restauração definitiva 6. Numeração 7. Inventário ósseo

	<p>paralóide ou cola UHU HART (a fixação definitiva dos dentes é evitada). A fixação definitiva pode ser removida com acetona;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- O uso de paralóide, com outra concentração, serve também para criar uma película envolvente para manter a integridade de ossos mais frágeis (esta solução poderá ser usada nalguns ossos que se queiram expor, por exemplo). Neste caso, ficam inviabilizadas as análises químicas;</li> <li>- O processo de restauro nunca deve incluir a utilização de elementos estranhos ao tecido ósseo, tais como gesso, parafina ou silicone, pois além de não serem facilmente reversíveis, a reacção diferenciada destes elementos às variações ambientais pode causar danos ao osso;</li> <li>- Ficha individual para cada exemplar preenchida já durante a fase de estudo (deverá ser adaptada para ser utilizada como base da documentação).</li> </ul>	
3	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acondicionar os ossos em sacos plásticos fechados segundo região anatómica. Não utilizar nenhum material orgânico (e.g. papel higiénico, jornal) para não atrair insectos xilófagos, omnívoros, etc.;</li> <li>• Cada saco terá uma etiqueta de identificação do material, inserida também num saco de plástico pequeno para a proteger de insectos e outros factores de degradação;</li> <li>• Envolver os ossos em manta de polietileno expandido (1mm) isoladamente ou em conjuntos anatómicos. Caso este procedimento não seja financeiramente viável: dar prioridade aos ossos mais frágeis (e.g. mais degradados ou com patologias);</li> <li>• Conforme o orçamento: caixas/gavetas de dimensões diferentes para crânio e resto do esqueleto ou caixas/gavetas de dimensões suficientes para albergar todo o esqueleto (de 70 cm X 35 cm X 30 cm). As caixas/gavetas deverão ser forradas (e.g. polietileno expandido de 2mm). Se se optar por caixas e não gavetas, estas deverão ter tampa. Ter em atenção a estabilização dos crânios e ossos pélvicos dentro da caixa.</li> </ul>	8. Acondicionamento
4	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mobiliário – Os intervalos entre prateleiras deverão ser concebidos de modo a facilitar o manuseamento;</li> <li>• Controlo ambiental – A humidade é o factor mais importante de controlar devido ao carácter higroscópico do material osteológico e à proliferação de fungos e insectos;</li> <li>- Evitar humidade relativa superior a 70% devido a proliferação de fungos.</li> <li>- Identificar e mapear os indícios de infestações antigas para detectar mais facilmente novas infestações (os ossos com indícios de infestações antigas são mais vulneráveis a novos ataques biológicos);</li> <li>- Realizar tratamentos (químicos ou de outra natureza) por prevenção e quando se detectam novos ataques biológicos;</li> <li>- Será expressamente proibido comer e beber dentro da reserva;</li> <li>- Evitar a incidência directa de luz solar sobre o material e mesmo sobre o mobiliário;</li> <li>• Armazenamento das colecções – Cada armário/estante e prateleira tem de receber identificação individual em etiqueta comum. Colecções organizadas em sequência de modo a facilitar a procura do material. Quando a reserva for utilizada por pessoas externas, deverá haver sempre um técnico da reserva presente a acompanhá-las;</li> <li>• Segurança – Ter atenção aos materiais inflamáveis e colocar os extintores em locais de fácil alcance; os sistemas aquosos não são recomendados para materiais orgânicos em geral, sendo mais adequado o uso de Pó químico e CO<sub>2</sub>, em caso de incêndio. Em relação à segurança contra furtos e vandalismo, o local tem de ficar trancado quando não estiver a uso e estar sob vigilância (por parte da universidade, se estiver nas suas instalações).</li> </ul>	9. Armazenamento na reserva técnica
5	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Registo diário de quem acede às colecções. Incluir preenchimento de um pequeno formulário - a justificar o acesso, indicar colecções a pesquisar e calendarização de trabalho na reserva – pelas pessoas externas.</li> </ul>	10. Acesso às colecções

## ANEXO 2. MAPAS.



**Figura 1A.** Mapa de Portugal. A seta azul indica a cidade de Évora (extraído de Google maps, 2012)



**Figura 2A.** Mapa de Évora e envolvente. A seta azul indica a cidade de Évora e a seta vermelha indica a herdade da Mitra (extraído de Google Maps, 2012).

## ANEXO 3. DADOS ESTATÍSTICOS SOBRE MUSEUS E GALERIAS DE ARTE NO ALENTEJO.

**Tabela 2A.** Dados estatísticos de 2010 sobre Museus e Galerias de Arte por Município.

II.3.6 - Museus e galerias de arte por município, 2010								
Unidade: N.º					Unit: No.			
	Museus, jardins zoológicos, jardins botânicos e aquários				Galerias de arte e outros espaços			
	Número	Objectos	Visitantes		Número	Exposições	Obras expostas	Visitantes
			Total	Visitantes Escolares				
<b>Portugal</b>	<b>360</b>	<b>24 633 730</b>	<b>13 839 829</b>	<b>2 940 165</b>	<b>881</b>	<b>7 261</b>	<b>279 984</b>	<b>9 077 521</b>
<b>Continente</b>	<b>333</b>	<b>24 210 528</b>	<b>13 130 203</b>	<b>2 886 384</b>	<b>837</b>	<b>6 913</b>	<b>268 986</b>	<b>8 877 924</b>
<b>Alentejo</b>	<b>42</b>	<b>457 117</b>	<b>490 970</b>	<b>100 790</b>	<b>87</b>	<b>702</b>	<b>26 805</b>	<b>332 956</b>
<b>Alentejo Litoral</b>	<b>4</b>	<b>31 011</b>	<b>124 019</b>	<b>29 909</b>	<b>7</b>	<b>51</b>	<b>2 377</b>	<b>31 869</b>
Alcácer do Sal	0	0	0	0	1	...	...	...
Grândola	0	0	0	0	2	...	...	...
Odemira	0	0	0	0	1	...	...	...
Santiago do Cacém	3	...	...	...	1	...	...	...
Sines	1	...	...	...	2	...	...	...
<b>Alto Alentejo</b>	<b>13</b>	<b>50 012</b>	<b>157 603</b>	<b>20 156</b>	<b>16</b>	<b>167</b>	<b>6 207</b>	<b>67 420</b>
Alter do Chão	1	...	...	...	1	...	...	...
Arronches	0	0	0	0	1	...	...	...
Avis	1	...	...	...	1	...	...	...
Campo Maior	2	...	...	...	1	...	...	...
Castelo de Vide	0	0	0	0	1	...	...	...
Crato	0	0	0	0	0	0	0	0
Elvas	2	...	...	...	1	...	...	...
Fronteira	0	0	0	0	1	...	...	...
Gavião	0	0	0	0	0	0	0	0
Marvão	2	...	...	...	2	...	...	...
Monforte	1	...	...	...	2	...	...	...
Mora	1	...	...	...	1	...	...	...
Nisa	1	...	...	...	0	0	0	0
Ponte de Sor	0	0	0	0	1	...	...	...
Portalegre	2	...	...	...	3	32	899	10 905
<b>Alentejo Central</b>	<b>9</b>	<b>52 054</b>	<b>95 962</b>	<b>20 745</b>	<b>28</b>	<b>182</b>	<b>5 533</b>	<b>135 826</b>
Alandroal	0	0	0	0	1	...	...	...
Arraiolos	0	0	0	0	1	...	...	...
Borba	1	...	...	...	1	...	...	...
Estremoz	0	0	0	0	1	...	...	...
<b>Évora</b>	<b>3</b>	<b>20 698</b>	<b>30 989</b>	<b>3 481</b>	<b>12</b>	<b>56</b>	<b>2 816</b>	<b>81 954</b>
Montemor-o-Novo	2	...	...	...	3	16	285	4 777
Mourão	1	...	...	...	1	...	...	...
Portel	0	0	0	0	1	...	...	...
Redondo	2	...	...	...	1	...	...	...
Reguengos de Monsaraz	0	0	0	0	1	...	...	...
Sousel	0	0	0	0	2	...	...	...
Vendas Novas	0	0	0	0	1	...	...	...
Viana do Alentejo	0	0	0	0	1	...	...	...
Vila Viçosa	0	0	0	0	1	...	...	...
<b>Baixo Alentejo</b>	<b>11</b>	<b>24 977</b>	<b>61 446</b>	<b>15 945</b>	<b>19</b>	<b>173</b>	<b>5 617</b>	<b>48 086</b>

Aljustrel	1	...	...	...	2	...	...	...
Almodôvar	0	0	0	0	1	...	...	...
Alvito	0	0	0	0	1	...	...	...
Barrancos	1	...	...	...	1	...	...	...
Beja	5	9 186	47 092	12 050	3	22	630	4 044
Castro Verde	2	...	...	...	2	...	...	...
Cuba	0	0	0	0	1	...	...	...
Ferreira do Alentejo	0	0	0	0	1	...	...	...
Mértola	0	0	0	0	2	...	...	...
Moura	1	...	...	...	1	...	...	...
Ourique	0	0	0	0	1	...	...	...
Serpa	0	0	0	0	1	...	...	...
Vidigueira	1	...	...	...	2	...	...	...
<b>Lezíria do Tejo</b>	<b>5</b>	<b>299 063</b>	<b>51 940</b>	<b>14 035</b>	<b>17</b>	<b>129</b>	<b>7 071</b>	<b>49 755</b>
Almeirim	0	0	0	0	2	...	...	...
Alpiarça	1	...	...	...	1	...	...	...
Azambuja	0	0	0	0	1	...	...	...
Benavente	0	0	0	0	4	22	875	22 739
Cartaxo	2	...	...	...	1	...	...	...
Chamusca	0	0	0	0	1	...	...	...
Coruche	1	...	...	...	2	...	...	...
Golegã	0	0	0	0	1	...	...	...
Rio Maior	0	0	0	0	1	...	...	...
Salvaterra de Magos	0	0	0	0	1	...	...	...
Santarém	1	...	...	...	2	...	...	...

© INE, I.P., Portugal, 2011. Informação disponível até 30 de Setembro de 2011.

Fonte: INE, I.P., Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio.

Nota: Os valores apresentados correspondem aos museus que, no ano de referência, cumpriam os seguintes critérios: existência de, pelo menos, uma sala ou espaço de exposição; abertura ao público, permanente ou sazonal; existência de, pelo menos, um conservador ou técnico superior (incluindo pessoal dirigente); existência de um orçamento e de um inventário.

Para as galerias de arte, que não dispõem de controlo de entradas, não se apresentam valores nos visitantes, uma vez que não lhes foi possível estimar os mesmos.

## ANEXO 4. PROPOSTA PARA SISTEMA DE DOCUMENTAÇÃO.

Não existe actualmente um sistema de documentação no LAB. Existem os cadernos de campo e os relatórios sobre todas as escavações e onde é registada informação sobre cada esqueleto/ossário, embora não haja livros de registo. Existem também esquemas de inventário de cada um (presença/ausência de ossos). No entanto, o mais próximo de ficha de inventário e/ou de catálogo que existe é a ficha individual do esqueleto/ossário onde se colocam dados específicos. Para além destes dados, todos os exemplares são desenhados à escala e fotografados no campo. No laboratório fotografam-se ainda alguns pormenores.

Quanto à difusão da documentação, esta faz-se, presentemente, através dos relatórios, das publicações científicas e das teses académicas.

Destacamos ainda que existem alguns livros da área e muitos artigos científicos no LAB que pertencem à Universidade de Évora. Sugerimos, numa primeira fase, que venham a constituir a base para uma pequena biblioteca do museu.

Por conseguinte, consideramos, assim, que o LAB precisa de um sistema de documentação que facilite o acesso à informação e que ajude a preservá-la.

### IDENTIFICAÇÃO

- Sempre que o material osteológico chega ao laboratório é limpo peça a peça e posteriormente é identificado. Assim, será mantido o código atribuído na escavação que tem a seguinte estrutura,

Sítio arqueológico	Ano da escavação	SEP nº	-	ENT nº/OSS nº/nº osso solto/Nº individuo
--------------------	------------------	--------	---	--

Por exemplo: enterramento encontrado numa sepultura de S. Miguel de Odrinhas,

*SMO97SEP3-ENT2*

- Geralmente o ano de escavação e de entrada na reserva coincidem porque o espólio vai sendo transportado para o LAB à medida que vai sendo exumado na escavação. Mas há excepções (que deverão ser contempladas na ficha de inventário).

### ORDENAÇÃO E ARRUMAÇÃO NA RESERVA

- Para organizar um sistema de documentação da colecção deveremos começar por definir como será organizada a colecção no espaço.
- 1ª Categoria de ordenação do espólio na reserva: o sítio arqueológico de proveniência. Se existirem necrópoles distintas (em termos cronológicos ou culturais, por exemplo) o material ósseo será agrupado por necrópole. Poderá ser utilizada a ordem alfabética para ordenar as diferentes necrópoles.
- A 2ª categoria da ordenação dependerá do tipo de necrópole escavada:
  - Com sepulturas definidas: organiza-se-se o espólio por sepultura (sepultura 1, sepultura 2...) e dentro desta categoria (Enterramento (1, 2, 3...), Ossário (1, 2, 3...) e ossos soltos/fragmentos (001, 002, 003...);

- Sem sepulturas definidas: dever-se-á seguir a ordenação adoptada na escavação arqueológica (por complexo, unidade estratigráfica ou outro);

- Colecções identificadas: ordenação por indivíduo e segundo a ordem de chegada à reserva (indivíduo 1, indivíduo 2, ...).

#### LIVRO DE REGISTOS

- Deverá haver um livro de registo onde são inseridas informações, como, número de inventário; localização na reserva (corredor, armário, gaveta); data de entrada no LAB; entradas e saídas (empréstimos, exposições, etc.)

#### INVENTARIAÇÃO

- O acervo deverá ser inventariado através de um sistema de base de dados informático que melhor se adequa às suas características. Assim, a primeira etapa da inventariação é escolher convenientemente o *software* a ser aplicado. Alguns dos critérios a avaliar são apresentados na tabela 3A e 4A:

**Tabela 3A.** Critérios para seleccionar base de dados.

▪ Fácil preenchimento
▪ Campos que preencham os requisitos da colecção
▪ Flexibilidade suficiente para se ajustar à diversidade das características em questão
▪ Possibilidade de escolher campos restritos e campos públicos
▪ Possibilidade de estarem várias pessoas a introduzir dados no sistema ao mesmo tempo (função de multiutilizadores)
▪ Acessibilidade a: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Outros elementos da instituição</li> <li>• Elementos externos à instituição (investigadores ou não)</li> </ul>
▪ Compatibilidade da base de dados a outras bases de dados e/ou outros programas informatizados (de estatística, por exemplo).

**Tabela 4A.** Compatibilidade da base de dados.

1	A base de dados dos esqueletos provenientes de escavação terá sempre que estar associada às informações do seu contexto arqueológico. É preciso ter em conta a origem dessas informações e perceber como associá-las a esta base de dados.
2	É importante poder compatibilizar todas as bases de dados dentro do museu
3	Existem bases de dados internacionais que funcionam em rede para áreas específicas de forma a ser possível cruzar os dados de colecções da mesma natureza, provenientes do mundo inteiro, o que é extremamente vantajoso para a investigação.
4	Compatibilidade a outros sistemas, por exemplo de suporte de documentos em formato digital (arquivo, bibliografia, etc.). Ou então a possibilidade de converter a base de dados para outros softwares como alguns softwares de estatística.

## ANEXO 5. LEVANTAMENTO DE BASES DE DADOS DE MUSEUS COM COLECÇÕES AFINS.

**Tabela 5A.** Programas informáticos utilizados em cada departamento dos museus tratados.

Museu	Departamento	Programa informático de Base de dados
NMNH Londres	Depart. Zoologia	<i>Register</i>
	Depart. Antropol. Biol.	Nenhum
MNHN Lisboa	Depart. Antropol. Biol.	Nenhum (lista em Excel)
	Restantes departamentos	Vai ser introduzido o <i>Specify</i>
MNA Lisboa	Colecções osteológicas	Nenhum
	Outras colecções	<i>Matriz</i>
	Colecções do Museu	<i>Inweb acesso online ao património</i> – Sistemas do Futuro
MA Coimbra	(Colecção Osteológica)	A Universidade de Coimbra tem uma grande colecção osteológica mas não pertence ao museu da ciência (até à data não foi possível obter informações sobre sistema informático usado)

- O **Register** serve para introduzir dados de colecções de História Natural. Neste caso, não fizemos uma análise mais profunda porque esta base de dados não está acessível ao público. Acedemos apenas aos campos preenchidos pelo departamento de zoologia do museu. De qualquer forma, não aparenta uma boa escolha para a finalidade pretendida por se tratar de uma base de dados muito dispendiosa e por não ser utilizada nos museus nem noutras instituições de investigação relacionadas com a área de Bioarqueologia em Portugal.
- O **Inweb acesso online ao património** não foi analisada porque não apresenta qualquer ligação às colecções osteológicas.
- O **Specify** apresenta algumas características vantajosas. É uma base de dados internacional, de livre acesso e gratuito. É a base de dados que vai ser introduzida para as outras colecções do MNHN de Lisboa. Para além disso, permite a introdução de dados simultânea de várias pessoas sem comprometer o seu funcionamento. Por outro lado, é uma base de dados bastante complexa e apesar de ter alguma flexibilidade para introdução de campos que se ajustam a cada colecção, não é nada intuitiva. Outra desvantagem é não contemplar a área da bioarqueologia e ser muito direccionada para a taxonomia. Aparentemente não é possível ajustar os campos existentes aos campos necessários para este tipo de colecções.
- O **Matriz** é mais intuitivo e mais simples no preenchimento dos campos, contudo, não é totalmente acessível. Comparativamente ao *Specify*, a supercategoria de Arqueologia do Matriz é mais ajustada às colecções osteológicas. No entanto, era necessário introduzir vários campos novos e suprimir outros para a base de dados cumprir as funções necessárias.



## ANEXO 6. REQUISITOS PARA O ESPAÇO E ACESSIBILIDADE.

Os requisitos para o espaço do museu foram adaptados da taxonomia espacial apresentada por Dober (1991, pp.237-239) e da análise de zonas museológicas realizada por Gail D. Lord e Barry Lord (1991):

### ESPAÇOS PÚBLICOS COM COLECÇÃO

#### ▪ ÁREAS EXPOSITIVAS

- Área da exposição de longa duração: a adaptação da exposição itinerante à exposição de longa duração vai requerer algum espaço adicional (cerca de 1/4 a 1/3 da exposição itinerante), para extensão da exposição e espaço para logística;
- Área de exposições temporárias: é necessária pelo menos uma sala. A programação das exposições temporárias será ajustada de acordo com o espaço existente;

#### ▪ SALA MULTIUSOS

Este espaço deve ter dimensões suficientes para proporcionar diversas actividades (onde pode haver manuseamento de objectos de colecção), como *workshops*, actividades associadas a exposições, etc. Pode ainda incluir uma pequena biblioteca e material informático. Deve estar junto das áreas expositivas.

### ESPAÇOS NÃO PÚBLICOS COM COLECÇÃO

#### ▪ Reserva do Museu (ambientalmente controlada)

#### ▪ Laboratório de investigação e espaços relacionados

O Laboratório tem de ter acesso fácil (objectos e pessoas) à Reserva. Terá de ser um espaço complexo, multifuncional. Deve estar compartimentado segundo essas funções:

- Zona de limpeza e restauro do material osteológico: separada do restante devido ao pó e sujidade intrínsecos a essa actividade;
- Zona de estudo do material osteológico: inclui várias áreas que podem estar ou não separadas fisicamente, a área para manuseamento de colecções, a área de registo e inventariação, a área de fotografia, a área de computadores e outro material informático;
- Dois ou mais gabinetes para estudo: silenciosos, preparados para ligação de material informático e internet;
- Zona de aulas práticas: uma sala adjacente à área de investigação para as aulas práticas de disciplinas relacionadas da Universidade de Évora;

#### ▪ Espaço de suporte às exposições

Junto à área das exposições deve haver uma oficina de preparação de exposições.

#### ▪ Arquivo

Junto à Reserva ou ao Laboratório deverá haver um espaço preparado para arquivo e consulta desse arquivo (e.g. fotografias ou cadernos de campo).

- Sala de quarentena

Deverá haver um espaço para eventuais procedimentos de quarentena. Este espaço tem de estar isolado, não tem de ser muito grande e pode ser incluído quer na Reserva, quer no Laboratório.

#### ESPAÇOS PÚBLICOS SEM COLECÇÃO

- Serviços públicos

- Entrada: na entrada do museu deve haver espaço para a bilheteira/recepção e um telefone público;
- Loja do museu: deve estar situada junto à saída da área expositiva (Lord, B., 2001d, p.286). Deve ter espaço para armazém;
- Espaço de refeições: deve consistir numa cafetaria (não obrigatório se houver alternativa) e num espaço onde os visitantes se possam sentar e comer o que trouxeram de casa (esta área é particularmente importante no caso das escolas (Silberberg, 1991, p.62). Se se optar por haver cafetaria do museu, sugere-se que esta tenha acesso ao exterior, independente da entrada no museu, de modo a permitir o uso dos seus serviços sem a obrigatoriedade de entrar no museu;
- Bengaleiro e cacifos para os visitantes: particularmente importante quando há grupos escolares (Silberberg, T., 1991, p.62);
- Casas de banho públicas;
- Auditório. Não é obrigatório.

#### ESPAÇOS NÃO PÚBLICOS SEM COLECÇÃO

- Espaços administrativos

- Gabinetes dos profissionais do museu;

- Operações

- Oficinas de construção e manutenção;
- Sala de descanso para o staff;
- Casas de banho e cacifos dos funcionários;
- Armazém de abastecimento, mobiliário e equipamento de exposição.

#### ESPAÇOS DE CIRCULAÇÃO

- Espaço de circulação pública

- Bem iluminada, bem definida e fácil de seguir (Majewski, 1996, p.3). Deve haver uma planta do espaço acessível (Majewski, 1996, p.41).

- Assistência não verbal para a orientação espacial (*e.g.*, códigos de cores, alterações na textura do pavimento e/ou símbolos). Algumas pessoas têm dificuldade com a percepção de profundidade por isso deve haver uma boa definição visual das paredes e chão (Majewski, 1996, p.41).
- A largura dos circuitos (para permitir um fluxo nos dois sentidos), as portas e entradas, o aviso de obstáculos, a alternativa a degraus/escadas, o cuidado com tapetes soltos, o número de saídas de uma exposição, entre outros requisitos para a circulação pública devem seguir as exigências do Decreto-Lei nº163/2006 e as recomendações de Cowel e Mendes (2004).
- Espaço de circulação não pública
  - Devem estar previstos circuitos para os objectos da colecção separados dos circuitos dos visitantes. Esses circuitos devem contemplar corredores, elevadores e passagens onde se deslocam os objectos de colecção.
  - A circulação dos funcionários pelos espaços públicos e não públicos também deve ser fluida, de modo a reduzir ao mínimo a perturbação no seu trabalho.

### **Edifício**

- A construção/remodelação de um museu deve ser funcional, ser ambientalmente adequada, revelar estética, deve ser económica, deve ser acessível e segura para as colecções e para as pessoas (quer sejam visitantes, funcionários ou outros) (Dober, 1991, p.225).

### **O espaço exterior**

- Idealmente o edifício deve ser bem visível, hospitaleiro e com uma entrada principal fácil de encontrar (Spencer, 1991, p.71). Deve haver espaço para os autocarros, principalmente quando se escolhem os grupos escolares como público-alvo (Silberberg, 1991, p.62), como é o caso.

### **Orientação interior**

- A orientação interior não depende unicamente do espaço. O museu deve oferecer informação que permite ao visitante organizar a sua estadia, de modo a atrair o seu interesse e encorajá-lo a explorar o que o museu tem para oferecer. Esta informação deverá ser constituída por mapas e sinais de fácil compreensão e pela orientação conceptual. Os mapas e sinais informam sobre os conteúdos globais e organização do museu, ajudam os visitantes a escolher o seu roteiro de acordo com os seus interesses, o tempo que querem gastar e a identificar a localização de serviços como cafetaria, WC, etc. A orientação conceptual apresenta o museu, os seus conteúdos e programas para o público disponíveis (Spencer, 1991, p.72).

### **Horários**

- O horário em que o museu está aberto deve ser pensado também para as pessoas que não podem visitar o museu em horário laboral (Spencer, 1991, p.72). O museu deverá abrir ao fim-de-semana e,

depois de uma avaliação prévia após a abertura do museu, decidir se fecha mais tarde nalguns dias da semana.

### **Mobiliário**

- As pessoas tem que ter acesso visual a todos os expositores, quer sejam pequenas, estejam sentadas ou de pé; o mobiliário das exposições não pode apresentar risco para a segurança de nenhum visitante; em cada exposição tem de haver lugares sentados, 50% dos quais acessíveis. (Majewski, 1996 p.42).
- Haver vários locais para sentar é fundamental. Os sítios onde se pode sentar devem estar em locais estratégicos: devem existir ao longo da exposição, em locais onde se possa estar a usufruir de algum elemento expositivo e em locais com menos estímulos sensoriais.

### **Cor e iluminação**

- A segurança dos visitantes deve ter a mesma consideração que as questões de conservação e design da exposição; a luz e a cor devem ser combinadas de modo a produzir um circuito claro dentro e fora do espaço expositivo; os objectos devem estar suficientemente iluminados para serem visíveis para todos os visitantes, excepto aqueles que podem ser danificados por essa luz; os textos e legendas também devem ter uma iluminação adequada à sua leitura; o reflexo da luz dos expositores e textos deve ser eliminado tanto para os visitantes que estão de pé como para os que estão sentados; devem existir zonas com luz suficiente que permita a conversação ou leitura de língua gestual (Majewski, 1996, p.48).

### **Saída de Emergência**

- Têm de existir saídas de emergência totalmente acessíveis nos espaços expositivos; deve haver informação sobre a localização das saídas de emergência acessíveis em vários pontos-chave do museu; os alarmes de incêndio devem ser visíveis e audíveis (Majewski, 1996, p.4).

## ANEXO 7. ENREDO EXPOSITIVO.

Concebemos o enredo da exposição de acordo com as definições de Nicks (2001).

**Tabela 6A.** Descrição das componentes do enredo.

Componente	Breve frase de cada tema e subtema
Objectivos	Objectivos de comunicação para cada tema/subtema que proporcionam o contexto para a formulação das mensagens, selecção de peças e outros meios.
Enredo	Conteúdo informativo para cada mensagem a ser apresentada
Meios de expressão	Sugestão de tipos de meios expositivos que devem ser usados para apresentar o enredo.
Objectos	Objectos de colecção

**Tabela 7A.** Enredo da Exposição itinerante “A Vida por um Osso”.

INTRODUÇÃO - A VIDA POR UM OSSO	
Componente	Introdução da exposição.
Objectivos	Apresentar os objectivos e temas da exposição; fornecer informação de orientação.
Enredo	-
Meios de expressão	- Mapa da exposição; - Painel com o texto introdutório e imagens atractivas que apresentam conceitos da exposição.
Objectos	Principal: Réplicas de esqueletos a realizar actividades do dia-a-dia. Outros: planta da exposição.
MÓDULO 1 - OSSÊNCIA	
Componente	O que são os teus ossos? Como são feitos? Para que servem?
Objectivos	Introduzir conceitos básicos de modo a facilitar a compreensão do resto da exposição.
Enredo	Conceitos básicos da anatomia do esqueleto, das funções dos ossos e dos processos evolutivos associados.
Meios de expressão	- Mesa interactiva: zoom das células ósseas até ao esqueleto (percepção das escalas); rotação dos vários tipos de osso; vídeo sobre as funções do esqueleto; - Actividade <i>hands-on</i> : Jogos com modelos de todos os ossos humanos; - Actividade <i>hands-on</i> : “Bloqueadores” de articulações + escada, cadeira, mesa, prato e talheres (e/ou outros utensílios); - Boneco insuflável a escala 1:1 (ou maior); - Textos; - Expositores (material ósseo).
Objectos	Principal: Modelo de pé de grandes dimensões. Outros: - Modelos Células ósseas 3D e 2D; - Réplicas (ou originais) de crânios, membro superior, anca e membro inferior de alguns animais, hominídeos extintos e homem moderno.
MÓDULO 2 – ERA UMA VEZ...	
Componente	Do polémico nascimento da Antropologia Física à Antropologia Biológica moderna
Objectivos	Apresentar a disciplina; Apresentar e discutir o seu contexto histórico e actual.
Enredo	O aparecimento da antropologia física e a sua relação com as teorias raciais no mundo e em

	Portugal em particular; como evoluiu esta disciplina e o que é hoje.
Meios de expressão	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Árvore da Antropologia Biológica: suporte expositivo esquemático de cada “ramo” disciplinar em cada ramo da árvore: com imagens, textos e objectos usados actualmente</li> <li>- Imagens</li> <li>- Friso cronológico no chão – a acompanhar o percurso</li> <li>- Balões, “puffs”, painéis na parede, tabuletas com as imagens e textos impressos – funcionando cada um como elemento expositivo</li> <li>- Expositores (fotografias e instrumentos científicos - IICT)</li> </ul>
Objectos	<p>Principal: Uma fotografia ampliada de uma Missão Antropológica Portuguesa</p> <p>Outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Fotografias: contextos históricos representados (retratos de personalidades, imagens das metodologias, imagens das missões antropológicas portuguesas e/ou estrangeiras; imagens alusivas às diferentes áreas da antropologia biológica na actualidade</li> <li>- Ilustrações: da época representada</li> <li>- Instrumentos científicos utilizados nas Missões Antropológicas Portuguesas (empréstimo do IICT)</li> </ul>
MÓDULO 3 – DIÁRIO DE UM ANTROPÓLOGO	
Componente	Estudo dos ossos. Como e para quê?
Objectivos	Apresentar as diferentes metodologias usadas na disciplina da Antropologia das populações do passado e a sua utilidade.
3.1 – NO CAMPO	
Componente	Escavação
Objectivos	Apresentar os métodos usados no campo de forma interactiva; mostrar a diversidade de contextos de escavação; sensibilizar para a necessidade de intervenção quando património vai ser destruído.
Enredo	Mostrar como procede um antropólogo no campo e porque o faz.
Meios de expressão	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Tanque (de areia) de escavação: com as quadrículas usadas em escavação + Material de escavação: pincéis, colherins, teques, tabuleiros (para colocar ossos “exumados”), máquina digital (museu envia fotos para o e-mail da pessoa), nível óptico, etc.</li> <li>- Fotografias projectadas: diferentes contextos de escavação (medieval rural, incinerações romanas, neolítico, etc.) - ocupar as paredes na totalidade para dar uma envolvimento contextual;</li> <li>- Expositores (material ósseo)</li> <li>- Textos</li> </ul>
Objectos	Principal: Esqueleto em conexão anatómica e ossário
3.2 – E NO LABORATÓRIO?	
Componente	Já no laboratório, o que se faz? E porquê?
Objectivos	Mostrar de forma interactiva como procede um antropólogo no laboratório e os resultados desse trabalho.
Enredo	Apresentar as várias etapas do trabalho em laboratório e mostrar como se chega à caracterização de um indivíduo, população ou patologia.
Meios de expressão	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 2 Jogos multimédia (ossário; estatura)</li> <li>- Fotografias de um laboratório – projectadas na parede</li> <li>- Expositores (material ósseo)</li> <li>- Textos</li> </ul>
Objectos	<p>Principal: 6 Esqueletos autênticos montados em vitrinas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- um homem e uma mulher (bastante dimórficos sexualmente)</li> <li>- um bebé, um adolescente, um adulto jovem e um adulto velho.</li> </ul> <p>Outros:</p>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 2 Tabuleiros com réplicas de ossos representando ossários</li> <li>- 2 ou 3 Instrumentos usados actualmente</li> <li>- Exemplo de um estudo paleodemográfico</li> <li>- Exemplo de um estudo antropológico que contribuiu para a história de determinada localidade.</li> </ul>
<b>MÓDULO 4 – AS MOSSAS DA VIDA</b>	
Componente	As lesões patológicas e marcas não patológicas nos ossos.
Objectivos	Mostrar o que é possível saber a partir das lesões nos ossos e dentes.
Enredo	Mostrar diferentes patologias e marcas não patológicas e contar a história da lesão, do indivíduo ou comunidade a partir dos exemplares expostos.
Meios de expressão	Para cada exemplar: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Esquema do esqueleto a localizar o osso doente</li> <li>- Dois Textos: a contextualizar o indivíduo; explicação da patologia</li> <li>- Expositores (material ósseo)</li> <li>- outras imagens</li> </ul>
Objectos	Principal: exemplar com uma patologia bem visível a olho nu Outros: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Exemplares com patologias traumáticas, infecciosas, degenerativas, etc.</li> <li>- Radiografias, etc.</li> <li>- Imagens (fotografias, ilustrações) a representar a doença em vida (essas imagens podem ser fotografias actuais, obras de arte antiga onde aparece a patologia representada, ilustrações antigas e actuais, etc.)</li> </ul>
<b>MÓDULO 5 – E AGORA</b>	
Componente	Questões contemporâneas.
Objectivos	Discutir problemas da actualidade associados ao tema da exposição.
Enredo	Apresentar algumas questões sobre o estilo de vida actual e as suas consequências no corpo.
Meios de expressão	Painéis de texto. Expositores (material ósseo)
Objectos	Principal: Modelo de gráfico - patologia relacionada com a idade ao longo do tempo Outros: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Gráfico da estatura dos portugueses nos últimos anos</li> <li>- Alguns exemplares com as patologias da actualidade</li> <li>- Gráficos demográficos (e discussão das patologias actuais)</li> </ul>

#### ■ EQUIPAMENTOS EXPOSITIVOS

Os equipamentos expositivos serão muito variados: vitrinas (para expor material ósseo e outros objectos), mesas equipadas (para elementos *hands-on*, microscópio, computadores, etc.), tela de projecção de vídeo, projector, computadores, suportes de parede, painéis de texto, legendas, iluminação, entre outros.

## ANEXO 8. LISTA DE ELEMENTOS EXPOSITIVOS SEGUNDO O ESQUEMA ORGANIZATIVO.

**Tabela 8A.** Elementos expositivos conforme o esquema expositivo.

<b>MÓDULO 1 – OSSÊNCIA</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Em destaque:</b> Modelo dos ossos o pé humano a uma escala de grandes dimensões;</li> <li>▪ Modelos de células ósseas 3D e/ou 2D;</li> <li>▪ Réplicas e/ou originais de crânios, membro superior, anca e membro inferior de alguns animais (e.g. vaca, símio, ave), hominídeos extintos e homem moderno;</li> </ul>
<b>MÓDULO 2 – ERA UMA VEZ...</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Em destaque:</b> Uma fotografia ampliada alusiva a uma Missão Antropológica Portuguesa;</li> <li>▪ Fotografias: alusivas aos contextos históricos representados (retratos de personalidades, imagens das metodologias, imagens das missões antropológicas portuguesas e/ou estrangeiras; imagens alusivas às diferentes áreas da antropologia biológica na actualidade;</li> <li>▪ Ilustrações: realizadas na época representada mostrando como “viam” os investigadores;</li> <li>▪ Instrumentos científicos utilizados nas Missões Antropológicas Portuguesas (empréstimo do IICT).</li> </ul>
<b>MÓDULO 3 – DIÁRIO DE UM ANTROPÓLOGO</b>
<b>3.1 – NO CAMPO</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Representação de um esqueleto em conexão anatómica (ossos autênticos, conexão simulada);</li> <li>▪ Representação de um ossário (ossos autênticos, organização simulada);</li> <li>▪ Réplicas de ossos humanos (alguns em conexão anatómica).</li> </ul>
<b>3.2 – E NO LABORATÓRIO?</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Em destaque:</b> 6 Esqueletos autênticos colocados em vitrinas: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Vitrina 1: um homem e uma mulher (bastante dimórficos sexualmente);</li> <li>- Vitrina 2: um bebé, um adolescente, um adulto jovem/maduro e um adulto velho;</li> </ul> </li> <li>▪ 2 Tabuleiros com réplicas de ossos representando ossários;</li> <li>▪ 2/ 3 Instrumentos usados em laboratório (legenda do que é e para que serve);</li> <li>▪ Conjunto de ossos humanos – para exemplificar um estudo paleodemográfico;</li> <li>▪ Conjunto de osso humanos – para exemplificar um estudo antropológico que contribuiu para a história de determinada população;</li> </ul>
<b>MÓDULO 4 – AS MOSSAS DA VIDA</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Em destaque:</b> um exemplar com uma patologia bem visível a olho nu;</li> <li>▪ Traumáticas - X casos. Exemplo: Fractura exposta, traumatismo craniano;</li> <li>▪ Infeciosas - X casos. Exemplo: Abscesso por cárie, osteomielite, etc;</li> <li>▪ Degenerativas - X casos. Exemplo: “bico de papagaio” em vértebras e outras artroses, osteoporose, etc; Balança de pratos (para explicar osteoporose);</li> <li>▪ Outras (Neoplásicas, metabólicas...) - X casos. Exemplo: tumor, patologia indicadora de stress, carência fisiológica, etc.</li> </ul>
<b>MÓDULO 5 – E AGORA</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Em destaque:</b> Gráfico de grandes dimensões que representa patologia relacionada com a idade ao longo do tempo (em função do aumento de longevidade), por exemplo;</li> <li>▪ Gráfico da estatura dos portugueses nos últimos anos + texto;</li> <li>▪ Alguns exemplares com as patologias da actualidade + imagens no vivo e texto.</li> </ul>



## ANEXO 9. REQUISITOS GERAIS DE CONSERVAÇÃO NA EXPOSIÇÃO ITINERANTE.

**Tabela 9A.** Requisitos de Conservação dos elementos expositivos.

ELEMENTOS EXPOSITIVOS	REQUISITOS DE CONSERVAÇÃO
<b>COLECÇÕES OSTEOLÓGICAS</b>	<p>Principais factores de selecção dos esqueletos ou ossos a expor: estado de conservação e valor (científico ou representativo);</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O material ósseo em mau estado e com risco de se deteriorar durante a exposição é excluído logo à partida;</li> <li>▪ Só escolheremos materiais limpos e) estudados;</li> <li>▪ Embora não exista ainda uma base de dados efectiva, iremos realizar um registo em inventário/base de dados de todo o material ósseo a expor.</li> <li>▪ 1ª) Selecionaremos os casos representativos da colecção identificada por ser uma colecção mais recente (com menor valor histórico), com um estado de conservação razoável e com grande diversidade de patologias;</li> <li>▪ 2ª) Iremos completar a exposição com material de outras colecções: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Casos expressivos do que pretendemos apresentar (depois de garantido um estado de conservação satisfatório para poder ser exposto) (eg. patologia evidente);</li> <li>- Casos “<i>Outstanding</i>”, ou seja, aqueles casos que não podemos substituir porque se perderia o significado.</li> </ul> </li> </ul>
<b>COLECÇÕES DIVERSAS</b>	<p>Serão expostos alguns materiais não ósseos, como fotografias (mais antigas e mais recentes), raio-X, instrumentos científicos actuais e antigos.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Os instrumentos antigos serão expostos em vitrinas fechadas ou outro tipo de barreiras (e.g. instrumentos científicos utilizados durante as Missões Portuguesas às ex-colónias, possível empréstimo do IICT).</li> <li>▪ Os instrumentos actuais serão quase todos para uso dos visitantes (e.g. elementos expositivos <i>hands-on</i>), nesse caso tomaremos outro tipo de medidas: seleccionar materiais economicamente acessíveis e controlar (discretamente) o uso dos mais dispendiosos por parte dos visitantes. De qualquer forma é necessário prever no orçamento algum prejuízo e prováveis danos desses materiais</li> </ul>
<b>RÉPLICAS E MODELOS</b>	<p>As réplicas e modelos são aquisições que irão fazer parte das colecções do Museu.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Os materiais para uso dos visitantes terão uma abordagem de conservação idêntica aos instrumentos usados em actividades <i>hands-on</i>, enquanto os que não são para manuseio dos visitantes, deverão ser alvo de cuidados de preservação tal como outros objectos (resistentes) de colecção.</li> </ul>
<b>VÍDEO, MULTIMÉDIA</b>	<p>Estes elementos expositivos também requerem cuidados de preservação e, tipicamente cuidados de manutenção durante a exposição. Assim, é preciso garantir um técnico especializado disponível para resolver potenciais problemas destes dispositivos.</p>

## ANEXO 10. INQUÉRITO REALIZADO.

Olá a todos,

Estou a fazer o mestrado em Museologia e preciso da vossa ajuda.

No meu projecto de mestrado gostava de conceber uma exposição mas gostava que essa exposição fosse para as pessoas e não só para mim!

Para isso preciso de perceber melhor o que vai ao encontro de cada um para desenvolver o projecto baseado nessa premissa.

E porque não começar pelas pessoas que conheço?

Para isso preciso que me respondam a algumas questões.

Não me interessa se vão a muitas exposições ou se têm algum tipo de hábitos culturais (mas podem dar exemplos de exposições ou outras experiências nas respostas!).

Podem dar respostas mais complexas ou mais simples, é completamente livre. Podem responder a todas ou só a algumas perguntas.

Interessa-me que respondam de forma muito **honest**a e principalmente que RESPONDAM.

Se quiserem dar sugestões, preciso de saber se posso usar ou não as ideias no trabalho.

\*\*\*

### GERAL

1) GOSTAVA QUE RESPONDESSEM O VOS ATRAI (OU ATRAIRIA) A IR A UMA EXPOSIÇÃO? O QUE VOS LEVA (OU LEVARIA) A SAIR DE CASA?

2) O QUE GOSTAM (OU GOSTARIAM) DE VER NUMA EXPOSIÇÃO? (PODEM SER TEMAS, PEÇAS, AMBIENTES, EVENTOS, ETC., ETC.)

3) O QUE GOSTARIAM DE VER NUMA EXPOSIÇÃO QUE NUNCA TENHAM VISTO?

\*\*\*

O meu projecto vai ter como base uma colecção de esqueletos humanos (de várias épocas, desde a pré-história até à actualidade). A área disciplinar que está por trás é a Antropologia Biológica que é uma área "famosa" nalguns países mas que não está ainda potenciada em termos expositivos em Portugal.

A minha ideia é começar por dar a conhecer os ossos e depois mostrar o que se pode "ler nos ossos": se era homem ou mulher, a idade que tinha, as doenças que tinham noutras épocas e agora, um pouco do seu quotidiano, etc. Existem ainda várias abordagens possíveis na exposição.

### PARA A EXPOSIÇÃO "O QUE SE PODE LER NOS OSSOS" (o título ainda está por definir)

1) GOSTAVA QUE RESPONDESSEM O VOS ATRAIRIA A IR A ESTA EXPOSIÇÃO? O QUE VOS LEVARIA A SAIR DE CASA?

2) O QUE GOSTARIAM DE VER NESTA EXPOSIÇÃO? (PODEM SER TEMAS, PEÇAS, AMBIENTES, EVENTOS, ETC., ETC.)

## ANEXO 11. TAG CLOUDS RESULTANTES DO INQUÉRITO INFORMAL.



Figura 3A. TAG CLOUD referente à 1ª parte do inquérito (Geral), excluindo perguntas, palavras comuns (feito automaticamente pelo programa) e as palavras “exposição” e “exposições”.



Figura 4A. TAG CLOUD referente à 2ª parte do inquérito (exposição), excluindo perguntas, palavras comuns (feito automaticamente pelo programa) e as palavras “exposição” e “exposições”.

## ANEXO 12. PERFIS DE PREFERÊNCIAS DE APRENDIZAGEM.

**Tabela 10A.** Perfis de preferências de aprendizagem, segundo Serrel (1996) e aplicação à exposição programada.

<b>Sequencial vs não sequencial</b>	Serrel (1996)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Algunas pessoas gostam de fazer um percurso recomendado, ver as coisas na “ordem certa”;</li> <li>Outras gostam de escolher o seu próprio percurso e de ser surpreendidas;</li> <li>Um bom compromisso é haver uma sequência clara ou um percurso fácil de detectar mas cujas unidades expositivas tenham autonomia suficiente de forma a permitir que cada um faça o seu próprio percurso sem perder a ideia principal da exposição.</li> </ul>
	Exposição programada	A estrutura em módulos temáticos acolhe perfeitamente os dois estilos de visita aqui definidos.
<b>Passada controlada vs não controlada</b>	Serrel (1996)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Existem pessoas que gostam de exposições onde há uma passada pré-estabelecida ou duração limitada (<i>e.g.</i> visita guiada);</li> <li>Também há pessoas que gostam de escolher a sua própria passada, escolher onde ficam mais e menos tempo;</li> <li>Para todas elas será uma mais-valia existir a informação da duração de elementos expositivos (sempre que for aplicável).</li> </ul>
	Exposição programada	O perfil exploratório, interactivo, com elementos <i>hands-on</i> , tende para visitas de duração mais livre. De qualquer forma, dar a informação, sempre que possível, do tempo de utilização dos dispositivos ( <i>e.g.</i> vídeos).
<b>Grupo de pares vs visita conduzida por autoridade</b>	Serrel (1996)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Algunas pessoas gostam de fazer visitas com grupos de amigos ou familiares, não gostam de ter que sussurrar numa exposição;</li> <li>Outros preferem ser conduzidos por alguém com conhecimentos que fale para eles, gostam de visitas guiadas ou <i>audioloops</i>;</li> <li>É possível coexistirem os dois tipos de experiência, contudo, é necessário precaver que não entrem em conflito, por exemplo, garantir que as visitas guiadas não perturbam os outros visitantes.</li> </ul>
	Exposição programada	Desenvolver um plano de visitas guiadas. Garantir que os espaços temporários da exposição têm as dimensões adequadas: espaços suficientemente amplos para cada módulo. O tom das <i>labels</i> pode ser pensado para ser lido alto de forma a ser atractivo, tanto para os grupos de pares como também para outros visitantes.
<b>Experiências concretas vs abstractas</b>	Serrel (1996)	<ul style="list-style-type: none"> <li>A grande maioria dos visitantes procura experiências concretas: ver, fazer, sentir coisas directa e fisicamente;</li> <li>Só uma pequena minoria que gosta de coisas mais abstractas vai procurá-las a museus. Pode ser apelativo para essas pessoas haver informação mais aprofundada num catálogo ou remeter para a página da exposição na <i>Internet</i> onde há liberdade e espaço para muitos tipos de conteúdo;</li> </ul>
	Exposição programada	Proporcionar experiências concretas e, simultaneamente, utilizar dispositivos museográficos que expliquem questões mais abstractas.
<b>Participação activa vs Observação</b>	Serrel (1996)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Algunas pessoas gostam de participar e são atraídas por elementos “<i>hands-on</i>” em exposições;</li> <li>Outro grupo de pessoas que gosta de ver os outros a experimentar as</li> </ul>

<b>“vicária”</b>		actividades sem que sejam eles a participar activamente. Estas pessoas conseguem experimentar e usufruir dos elementos interactivos sem, no entanto, lhes tocar.
	Exposição programada	Neste caso não existe conflito entre perfis de aprendizagem, de qualquer forma é importante garantir que as ideias principais da exposição não tenham acesso exclusivo através de elementos interactivos. Elas deverão estar acessíveis através de outros formatos. Teremos a preocupação de ter sempre bem explícitos os conceitos que estão por trás dos elementos interactivos. Isto permite não só perceber as ideias principais da exposição sem experimentar activamente esses elementos e também dar um <i>feedback</i> a quem experimenta.
<b>Estímulos verbais e não verbais</b>	Serrel (1996)	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Na maioria dos museus não há incompatibilidade entre preferências verbais e não verbais.</li> <li>▪ Há pessoas que gostam mais de ler do que outras mas a maioria gosta de ler quando as palavras ajudam e reforçam as suas experiências concretas e não verbais. A comunicação não verbal (<i>e.g.</i> gráficos, esquemas) é importante para aqueles que não lêem e também para os que lêem porque geralmente reforça a informação verbal e experiência concreta.</li> </ul>
	Exposição programada	Escolher os elementos não verbais consoante o módulo em questão. Recorrer, sempre que possível, a formas visuais que ajudem a perceber os conceitos envolvidos, uma vez que se trata uma disciplina pouco conhecida.
<b>Concentração e relaxe, Ruidoso vs silencioso</b>	Serrel (1996)	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Alguns visitantes precisam de áreas onde possam descansar ou de contemplação para alternar com as zonas de alta densidade sensorial e sobrecarga mental.</li> <li>▪ Enquanto algumas pessoas têm dificuldade em concentrar-se quando existem distrações próximas, outras não têm qualquer problema com isso.</li> <li>▪ As exposições com espaço suficiente entre elementos expositivos e actividades relacionadas mantêm uma atmosfera viva global e, simultaneamente, não conduzem os primeiros à loucura nem aborrece os segundos.</li> </ul>
	Exposição programada	Prever zonas com maior actividade e outras mais calmas na exposição. Em conjunto com os <i>designers</i> de equipamento, fazer separações físicas entre módulos de maneira a criar espaços confortáveis, com uma estética agradável e que cumpram estes (e muitos outros) requisitos. Assim, os módulos não estando desligados uns dos outros, têm alguma independência visual e sonora. Este formato permite criar uma atmosfera que se adequa melhor aos conteúdos específicos. Por exemplo, o Módulo 2 deve ter um ambiente sereno, com uma iluminação pouco intensa. Quase em oposição ao Módulo 1, onde os estímulos visuais devem ser mais enérgicos e o ambiente deve ter bastante claridade.